

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Luís Carlos Pertile

**COMPROMISSO SOCIAL EMPRESARIAL OU
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS:
O MERCADO NO LUGAR DO ESTADO?**

**Porto Alegre
Dezembro/2008**

Luís Carlos Pertile

**COMPROMISSO SOCIAL EMPRESARIAL OU
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS:
O MERCADO NO LUGAR DO ESTADO?**

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Faculdade de Serviço Social da
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul para a obtenção
do grau de Doutor em Serviço Social.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis

**Porto Alegre
Dezembro/2008**

Porto Alegre, ____ de _____ de 200__.

**COMPROMISSO SOCIAL EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS:
O MERCADO NO LUGAR DO ESTADO?**

Luís Carlos Pertile

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de

Doutor em Serviço Social

E aprovada na sua versão final, em _____, atendendo às normas da legislação vigente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Profª. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Ana Lúcia Suarez Maciel

Profª. Dra. Berenice Rojas Couto

Prof. Dr. Edeimar Rotta

Profª. Dra. Gabriela Cardozo Ferreira

Profª. Dra. Rosa Ângela Chieza

À minha esposa Nara que, em todos os momentos, esteve do meu lado e não mediu esforços para que este trabalho ficasse pronto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Nara e aos meus filhos Douglas e Diogo pelo incentivo que recebi para a conclusão deste trabalho. Eles significam muito na minha vida. Isso se mostrou mais evidente ainda por ocasião da realização deste trabalho, quando foram incansavelmente prestativos.

Em memória aos meus pais, pelo amor e carinho que me dedicaram e pela perseverança que me ensinaram.

Ao Professor Dr. Carlos Nelson dos Reis e à Professora Dra. Berenice Rojas Couto, que me orientaram e me ajudaram em todos os momentos, principalmente na conclusão deste trabalho, passando seu conhecimento de forma sutil e essencial.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pelo apoio financeiro.

A todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, me auxiliaram em alguma etapa deste estudo.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo principal contribuir para o estudo da responsabilidade social das empresas, tentando dimensionar esse conceito na solução das demandas sociais, bem como posicionar o Estado como provedor natural dessas políticas, deixando ao mercado o papel de administrar as relações comerciais. Para a elaboração desta tese, realizou-se uma ampla fundamentação teórica, buscando identificar e compreender o papel do Estado e do mercado nas principais escolas do pensamento econômico. Procurou-se, também, retratar a história da responsabilidade social das empresas, citando o entendimento de vários autores acerca do tema, para que haja uma real compreensão do termo. De acordo com a premissa defendida, nesta tese, de que todas as ações divulgadas pelas empresas, via balanço social, expressam o seu compromisso, efetuou-se um estudo de caso de uma empresa do ramo financeiro, para com esses dados, tentar comprovar se a mesma está, de fato, realizando ações de responsabilidade social. Para tanto, foi realizado um teste amparado em figura elaborada pelo autor com base na literatura disponível. Este teste, denominado “Teste de responsabilidade social ou compromisso social empresarial”, é resultante do entendimento, deste autor, acerca do que seriam ações de responsabilidade social. Levando em consideração aspectos legais, econômico-fiscal, de amplitude social e de real benefício às políticas públicas instauradas pelo Estado. Após a ampla revisão bibliográfica realizada e o confronto com a realidade, via estudo de caso, conclui-se que as ações divulgadas como de responsabilidade social não passam, em realidade do cumprimento do compromisso assumido pelas empresas com seus *stakeholders*, uma vez que tais ações devem ir além desses limites. A denominação de compromisso social empresarial é uma idéia nova, cujo autor desta tese sugere que seja utilizada em substituição à denominação de responsabilidade social das empresas. Conclui-se, ainda, que o Estado é soberano para administrar as políticas públicas sociais e que o ideal é haver a confluência de forças entre as iniciativas públicas e privadas, para que a universalização dessas ações seja possível.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Compromisso Social. Estado.

ABSTRACT

This thesis aims to contribute to the main study of corporate social responsibility, trying to gauge this concept in the solution of social demands and position the state as a natural provider of such policies, leaving the market the role of managing trade relations. To produce this thesis, a broad theoretical foundation, seeking to identify and understand the role of the state and the market in major schools of economic thought. It was also portray the history of corporate social responsibility, citing the view of many authors on the subject, to have a real understanding of the term. According to the premise advocated in this thesis, that all shares disclosed by the companies, via social balance, expressing its commitment, made up a case study of a company's financial arm, to the data, trying to prove it it is, in fact, performing actions of social responsibility. To this end, was covered in a test given by the author elaborated on the basis of the available literature. This test, called "Test of social responsibility or corporate social commitment," is a result of understanding, this author, that would be about the actions of social responsibility. Taking into account legal, economic, fiscal, social and breadth of real benefit to public policies established by the state. After extensive literature review conducted and confrontation with reality, through case study, it appears that the shares distributed as social responsibility are not in fact the fulfillment of the commitment made by companies with their stakeholders, because such actions must go beyond those limits. The name of the social enterprise is a new idea, the author suggests that this thesis is used to substitute the name of corporate social responsibility. It is also that the sovereign state is to administer public policies and social ideal that there is a confluence of forces between the public and private initiatives, for the universalization of these actions is possible.

Keywords: Social Responsibility. Social Commitment. State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Degraus da responsabilidade social.....	50
Figura 2 - Compromisso empresarial <i>versus</i> responsabilidade social.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial.....	63
Quadro 2 - Modelo do Balanço Social do IBASE.....	69
Quadro 3 - Modelo de demonstração do valor adicionado das instituições bancárias.	77
Quadro 4 - Estrutura do relatório sugerida pelo Instituto ETHOS.....	80
Quadro 5 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item alimentação, no Banco A – 2006.....	89
Quadro 6 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item encargos sociais compulsórios, no Banco A – 2006.....	91
Quadro 7 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item previdência privada, no Banco A – 2006.....	92
Quadro 8 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item saúde do trabalhador, no Banco A – 2006.....	94
Quadro 9 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item educação, capacitação e desenvolvimento profissional, no Banco A – 2006.....	95
Quadro 10 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item transporte, no Banco A – 2006.....	97
Quadro 11 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item creche ou auxílio-creche, no Banco A – 2006.....	98
Quadro 12 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item participação nos lucros ou resultados, no Banco A – 2006.....	99
Quadro 13 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item educação, no Banco A – 2006.....	101
Quadro 14 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item cultura, no Banco A – 2006.....	102
Quadro 15 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item saúde e saneamento, no Banco A – 2006.....	103
Quadro 16 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item indicadores ambientais, no Banco A – 2006.....	104
Quadro 17 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item geração de postos de trabalho, no Banco A – 2006.....	108
Quadro 18 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item número de estagiários, no Banco A – 2006.....	108
Quadro 19 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item empregados acima de 45 anos, no Banco A – 2006.....	109
Quadro 20 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item mulheres na empresa e em cargos de chefia, no Banco A – 2006.....	110
Quadro 21 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item negros e pardos na empresa e em cargos de chefia, no Banco A – 2006...	111
Quadro 22 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item portadores de deficiência, no Banco A – 2006.....	112
Quadro 23 - Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no item informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, no Banco A – 2006.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Base de cálculo do Balanço Social do Banco A – 2006.....	87
Tabela 2 - Indicadores sociais internos do Banco A – 2006.....	88
Tabela 3 - Indicadores sociais externos do Banco A – 2006.....	100
Tabela 4 - Indicadores ambientais do Banco A – 2006.....	104
Tabela 5 - Indicadores do corpo funcional do Banco A – 2006.....	107
Tabela 6 - Demonstrativo da aplicação do valor adicionado do Banco A – 2006.....	114

LISTA DE SIGLAS

ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
ETHOS	Instituto ETHOS de Responsabilidade Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOB	Informações Objetivas
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPi	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITR	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
ONU	Organização das Nações Unidas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PIS	Programa de Integração Social
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	13
<i>1 O ESTADO E SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</i>	18
1.1 AS PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS	18
1.1.1 <i>O Liberalismo Econômico</i>	19
1.1.2 <i>O Keynesianismo</i>	23
1.1.3 <i>O Neoliberalismo</i>	26
1.2 O PAPEL DO ESTADO E O CENÁRIO DE CRISE.....	29
1.2.1 <i>O Papel do Estado</i>	30
1.2.2 <i>A Crise do Estado</i>	34
1.3 AS ESPECIFICIDADES DO BRASIL.....	36
131.1 <i>O Estado de 1930 a 1980 e a Reforma dos Anos 90</i>	37
<i>2 ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS</i>	44
2.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS	44
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	47
2.3 O PAPEL DAS EMPRESAS E SUA MOTIVAÇÃO PARA O COMPORTAMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL	54
<i>3 AS ARMADILHAS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS SOB A COBERTURA DO COMPROMISSO SOCIAL EMPRESARIAL</i>	57
3.1 COMPROMISSO SOCIAL EMPRESARIAL	57
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	62
3.3 ESTRUTURA E MODELOS DE BALANÇO SOCIAL VIGENTES NO BRASIL.....	66
3.3.1 <i>Metodologia de Cálculo do Modelo IBASE</i>	68
3.3.1.1 Base de Cálculo.....	71
3.3.1.2 Indicadores Sociais Internos	73
3.3.1.3 Indicadores Sociais Externos.....	75
3.3.1.4 Indicadores Ambientais	76
3.3.1.5 Indicadores do Corpo Funcional e Cidadania Empresarial	76
3.3.2 <i>Metodologia utilizada no Balanço Social Modelo ETHOS</i>	79
3.4 ANÁLISE INTERPRETATIVA POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO	86
3.4.1 <i>Caracterização da Empresa</i>	86
3.4.2 <i>Análise pormenorizada do Balanço Social</i>	87
3.4.2.1 Base de Cálculo.....	87
3.4.2.2 Indicadores Sociais Internos	87
3.4.2.3 Indicadores Sociais Externos	100
3.4.2.4 Indicadores Ambientais	104
3.4.2.5 Indicadores do Corpo Funcional e Cidadania Empresarial	107
3.4.2.6 Demonstração do Valor Adicionado	114
3.5 ANÁLISE GLOBAL DOS DADOS.....	115
3.6 COMPROMISSO EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CONFORME BALANÇO SOCIAL ...	116
<i>CONCLUSÃO</i>	119
<i>REFERÊNCIAS</i>	123

INTRODUÇÃO

A sociedade, buscando identificar soluções para suas demandas, acompanhou o nascimento do conceito de responsabilidade social empresarial, vislumbrando através da ótica de alguns sociólogos da atualidade, uma possível ferramenta a ser utilizada na resolução de seus problemas. No entanto, foram incluídas nesse conceito ações que devem ser, obrigatoriamente, cumpridas pelas empresas, mesmo que contenham algum benefício social.

As empresas, a partir do conceito de responsabilidade social empresarial, identificaram uma forma de, cumprindo suas obrigações básicas, obterem retorno desses investimentos em suas vendas e produção, pois, ao honrarem esses compromissos e divulgá-los via balanço social, as instituições passariam a ter um melhor conceito perante a sociedade consumidora.

O Estado, por sua vez, como agente estratégico e viabilizador de serviços públicos essenciais à população de baixa renda nas áreas de saúde, educação, habitação, dentre outras, deve, a partir da prática de seu papel fiscalizador do mercado, garantir a universalidade e a impessoalidade das ações sociais, superpondo-se ao papel do mercado como um dos agentes estratégicos de mudança social. Ele se vê cada vez mais solicitado pela sociedade para resolver suas demandas e estender a todos os seus benefícios. No entanto, nem sempre consegue alcançar o objetivo de universalizar os benefícios de suas ações sociais. Desse modo, a responsabilidade social empresarial adquire maior espaço entre as organizações, que começam a tornar público tudo o que realizam nessa área.

Esta tese constitui uma proposta de estudo de caso que visa buscar um dimensionamento e um maior entendimento sobre os reflexos da transferência do provimento das demandas sociais da esfera público-estatal para a esfera privada, traçando parâmetros entre o conceito de compromisso social empresarial e responsabilidade social. O problema que se busca abordar traduz-se no seguinte questionamento: em que medida as ações de responsabilidade social se confundem com o compromisso social das empresas em sua dinâmica operacional de mercado.

Para obter os subsídios necessários para a realização da análise objeto desta tese, procedeu-se a revisão bibliográfica acerca do papel do Estado, ao longo da história, e o surgimento da responsabilidade social empresarial, sua evolução histórica e o seu conceito.

Nessa perspectiva, estabelecer e analisar, nos contextos social e econômico, a diferença entre compromisso social empresarial e responsabilidade social, decorrentes da idéia de isenção do Estado quanto a essa responsabilidade justifica-se pelo fato de que, no Brasil, é cada vez maior o número de empresas que divulgam suas atividades estratégicas corporativas ou o seu compromisso com o próprio negócio como atuação em projetos sociais ou responsabilidade social. O tema, apesar de contemporâneo, possui poucas produções, o que torna este estudo relevante. Apesar disso, indica-se que, por se constituir um estudo de caso focalizado no balanço social de uma instituição financeira, não possui condições para generalização.

Para que se avalie a real extensão das ações tidas como de responsabilidade social empresarial na sociedade e entendendo que muitas delas podem ser consideradas o compromisso da empresa para com seu negócio, no decorrer dos capítulos desta tese pretende-se apresentar argumentos que tornem possível concluir sobre a aplicabilidade desses conceitos na resolução das demandas públicas.

No Capítulo 1 aborda-se a forma como se deu a relação do Estado com a sociedade e o atendimento de suas demandas sociais. Procuram-se citar e analisar as principais escolas do pensamento econômico e delas retirar a concepção de ação e interferência do Estado perante o mercado, durante sua vigência. São elas o liberalismo econômico, o keynesianismo e o neoliberalismo.

O liberalismo econômico, corrente teórica que surgiu em meados do século XVIII, combate o intervencionismo estatal na economia. Ao Estado cabe criar as regras que visam à proteção do direito de propriedade do cidadão e colocá-las em prática, deixando ao mercado a regulação da economia. Essa escola tem em Adam Smith seu principal defensor, pois o mesmo, em sua obra, prega que o Estado não deve intervir na economia, deixando que essa seja regulada pelas ações do mercado. O pensamento dessa escola vigorou até meados dos anos 30 do século passado, sendo substituída pelas idéias do keynesianismo.

Em 1926, Jonh Maynard Keynes procurou derrubar a idéia liberal do “deixai fazer”, afirmando que o Estado deveria intervir no mercado e na sociedade sempre que achasse necessário. Surgiu o keynesianismo, escola que não acredita que a ação do mercado seja capaz de gerar um contexto econômico e social onde haja estabilidade de preços e que a distribuição de rendas e riquezas geradas se realiza de maneira eqüitativa na sociedade. Partindo dessa crença, o keynesianismo vê na intervenção estatal uma forma de equilibrar a distribuição de renda entre as camadas sociais, o que acontece sempre que essa não ocorre de forma adequada.

Com a intervenção estatal nas relações entre o mercado e a sociedade vigente no keynesianismo começaram a surgir alguns problemas, como o aumento das taxas de inflação e a instabilidade econômica. Na década de 70 do século XX, começou a delinear-se a idéia de que o intervencionismo estatal na economia estava tornando-se prejudicial ao desenvolvimento econômico e social dessa relação. Surgiu então o neoliberalismo.

O neoliberalismo tem em Friedrich Von Hayek um dos principais defensores de suas idéias. Em 1944, com o trabalho *O Caminho da Servidão*, o autor pretendeu defender a idéia de que o controle estatal pode levar à perda de liberdade do indivíduo.

Partindo dessa assertiva, o Estado deve intervir o mínimo possível nas relações entre a sociedade e o mercado. A ideologia neoliberal prega o fim da regulação estatal na economia, mas suas ações acabam fazendo com que competências pertinentes ao Estado sejam transferidas à esfera privada. Nesse momento, surge a responsabilidade social empresarial como possível solução para esses problemas.

No Capítulo 2 discorre-se sobre o conceito de responsabilidade social, procurando identificar o pensamento dos principais economistas da época sobre o tema.

O conceito de responsabilidade social reporta-se à década de 50 do século passado, quando do lançamento do livro *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios*, de Howard Bowen, que retrata as primeiras inferências na definição de responsabilidade social empresarial. É necessário que se entenda a conceituação de responsabilidade social e que possíveis ganhos a sociedade poderá ter com suas ações.

Responsabilidade social empresarial é um conceito ainda em estruturação, que, devido ao momento econômico e social, pode adquirir diversos aspectos, ou seja, pode retratar o cumprimento de leis ou até mesmo uma incursão no aspecto social. Pode-se citar como exemplo o entendimento de Melo Neto, para o qual ela é vista como “[...] um compromisso assumido pela empresa perante a sociedade e a humanidade em geral, além de ser um modo de prestar contas de seu desempenho baseado na apropriação de insumos que não lhe pertencem” (MELO NETO, 2001, p. 84).

Para que se comprove a diferenciação entre os conceitos de compromisso e responsabilidade, proceder-se-á, no Capítulo 3, a um teste denominado Teste de Responsabilidade Social ou Compromisso Empresarial, desenvolvido pelo autor desta tese. Para tanto, primeiramente, será realizada a análise metodológica dos modelos de Balanço Social mais utilizados no Brasil, ou seja, o sugerido pelo Instituto ETHOS de Responsabilidade Social e o sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Ainda no capítulo 3 realiza-se um estudo de caso, no qual o autor procura identificar no balanço social, relatório que retrata as ações de responsabilidade social realizadas pelas empresas, o que pode ser considerado compromisso empresarial e o que pode ser responsabilidade social empresarial.

Para realizar o teste acima mencionado, procurou-se identificar o balanço social de uma empresa do ramo financeiro, escolhida com base em critérios como tamanho da organização, abrangência de sua ação no território nacional e volume de riqueza movimentada pela mesma. O teste de responsabilidade social foi aplicado em todas as contas do balanço social apresentado pela organização, buscando-se amparo na legislação pertinente a cada tema para definir se se tratava de uma ação de compromisso empresarial ou de responsabilidade social.

Com base nas observações realizadas no estudo de caso do terceiro capítulo pretende-se responder alguns questionamentos realizados no início do desenvolvimento desta tese. Ou seja, as ações tidas como de responsabilidade social podem ser assim consideradas, ou expressam apenas o compromisso empresarial? Essas ações podem substituir o Estado como provedor das políticas sociais ou apenas poderiam complementar sua ação?

Por fim, tem-se a conclusão da pesquisa, onde se demonstra a construção teórica social do papel das empresas no que se refere ao tema responsabilidade social, respondendo à indagação inicial sobre a possibilidade de, nessa perspectiva, darem-se respostas de mercado no lugar das do Estado.

1 O ESTADO E SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo primordial embasar, teoricamente, o estudo sobre o Estado e sua relevância enquanto provedor de políticas públicas.

Em um primeiro momento, abordar-se-ão as principais correntes teóricas sobre o papel tanto econômico quanto social do Estado.

Com base nesse conhecimento, serão tecidas considerações sobre a crise estrutural, financeira e social atravessada pelo Estado no século XX e sua necessidade de reestruturação. As especificidades do Estado brasileiro serão abordadas, procurando demonstrar-se a realidade social vivida pelo mesmo.

1.1 AS PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS

A economia e o poder do Estado sempre foram objeto de estudo e debate no transcorrer da história da sociedade. Com o intuito de regular a atuação do Estado na economia e o grau de autonomia do mercado, diversos pensadores e estudiosos econômicos vislumbraram teorias acerca do tema. No século XVIII, surgiu o liberalismo, que prega a autonomia do mercado na regulação da distribuição de renda e deixa a cargo da máquina estatal apenas a função de garantir o direito de propriedade e a segurança da sua posse. No final do século XIX, as teorias keynesianas começaram a ganhar força, e surgiu um Estado interventor nas relações econômicas e sociais, cabendo ao mercado apenas atuar conforme as regras previamente instituídas pelo primeiro. Em desacordo com a intervenção sofrida pelo mercado, encontra-se o neoliberalismo, pregando um Estado mínimo, com as atribuições de apenas administrar sua estrutura e intervir no mercado quando fosse necessário. Quanto ao mercado, o mesmo não usufrue da total liberdade do liberalismo, devendo agir conforme as regras definidas pelo Estado.

Procurando estabelecer uma linha de raciocínio quanto às constantes mudanças ocorridas no papel do Estado e do mercado na sociedade, passa-se a discorrer sobre as três principais correntes teóricas econômicas, a saber: o liberalismo, o keynesianismo e o neoliberalismo.

1.1.1 O Liberalismo Econômico

O liberalismo econômico é uma corrente teórica que se afirmou a partir do século XVIII. As idéias liberais combatem o intervencionismo do Estado na sociedade, defendendo um Estado mínimo. Decorrente dessa assertiva, porém, a filosofia liberal não é contrária à existência da máquina estatal, pregando a necessidade de uma instituição forte e que atue apenas para preservar a liberdade do indivíduo e seu patrimônio. O liberalismo econômico tem como princípio básico a defesa do direito de propriedade privada, devendo o Estado legislar a fim de garantir esse direito. “A razão pela qual o liberalismo se opõe a uma maior extensão da ação do governo na economia é, essencialmente, porque isso significa interferir na propriedade privada e na liberdade dos indivíduos, roubando espaço e se tornando um concorrente do capital.” (HOLANDA, 1998, p. 36).

A maioria dos autores liberais entende o Estado como uma instituição com a finalidade apenas de garantir a ordem jurídica e social e a segurança da riqueza adquirida pelos particulares. Qualquer participação estatal fora desse âmbito pode gerar burocracia e, por conseqüência, segundo acreditava Wilhelm Von Humboldt¹, a ruína dos cidadãos (HOLANDA, 1998). Conforme as idéias de Von Humboldt, há a pressuposição de que toda a regulamentação governamental contém algum grau de coação, fato que pode gerar dependência do homem em relação ao Estado. Porém, com o difícil acesso dos cidadãos aos postos de trabalho disponíveis, por conseqüência à educação, à saúde, etc., o progresso pessoal fica dificultado, passando os mesmos a dependerem de ações estatais para alcançar o mínimo necessário a uma vida digna.

No século XVIII, o liberalismo clássico contou com vários defensores de suas idéias. Adam Smith², principal precursor do liberalismo econômico, pregava que o Estado não deveria intervir na economia, sendo esta regulada pelo mercado, no qual a livre concorrência entre os agentes econômicos garantiria a harmonização dos interesses coletivos (HOLANDA, 1998). O marco referencial no pensamento econômico que fundamenta as idéias do liberalismo econômico é a obra de Smith: *Uma investigação Sobre a Natureza e Causa da*

¹ FRIEDRICH WILHELM CHRISTIAN KARL FERDINAND, BARÃO VON HUMBOLDT (1776-1835) – nasceu na Alemanha, foi funcionário do governo, diplomata, filósofo e fundador da Universidade de Berlim.

² ADAM SMITH (1723-1790) – era economista e filósofo e pai da economia moderna, considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico. Sua principal obra foi *A Riqueza das Nações* (1776). (CORAZZA, 1985).

Riqueza das Nações, que prega que a riqueza das nações é resultado da ação de uma harmonia natural entre o interesse individual e o coletivo (CORAZZA, 1985), que acarretaria o crescimento econômico e o avanço tecnológico. A fundamentação filosófica do liberalismo econômico reside no conceito de liberdade, entendido como liberdade do agir humano, sem impedimentos ao alcance das satisfações pessoais, rechaçando qualquer interferência externa que impossibilite a concretização desse propósito. Essa concepção está presente em Locke e Stuart Mill³ (HOLANDA, 1998). Essa interferência é aceita por Hobbes⁴ (CORAZZA, 1985), pois o mesmo crê ser o homem naturalmente egoísta, necessitando da ação coercitiva do Estado para a constituição de uma sociedade civil.

Para John Locke, em suas idéias liberais, o papel do Estado deveria ser o de preservar os bens civis do cidadão.

A tarefa do governo consiste em estabelecer regras fundamentais para a solução de conflitos e competição entre associações privadas e empregar seu poder a fim de assegurar que nenhum dos grandes interesses da nação abusará de sua influência ou obterá incontrolável domínio sobre algum setor da vida social (TROMBETTA, 1997, p. 30).

Os ideais liberais de Locke têm como princípio a separação dos domínios da Igreja e do Estado, atribuindo ao Estado a função de proteger o direito de propriedade do homem, limitando-se a executar as leis com justiça (TROMBETTA, 1997). A religião visa à salvação pela fé e pelo culto, sendo a Igreja uma instituição apolítica. Em Locke, a mesma adquire nuances de mantenedora da ordem social, para que os homens possam desfrutar de seus bens materiais. “A Igreja é uma sociedade livre e voluntária ou uma sociedade espontânea [...] nasce da necessidade de afirmar publicamente a sua fé, de servir e honrar a Deus em público e em comum.” (TROMBETTA, 1997, p. 33).

³ JOHN LOCKE (1632-1704) – era filósofo e sua principal obra foi *Tratado do Governo Civil* (1689) e o *Ensaio Sobre o Intelecto Humano* (1690). Destaca-se pela sua teoria de idéias e pelo seu postulado da legitimidade da propriedade inserido na sua teoria política e social. Acreditava que o direito de propriedade é a base da liberdade humana, [...] porque todo homem tem uma propriedade que é a sua própria pessoa. O governo existe para proteger esse direito. Foi contemporâneo de THOMAS HOBBS, mas, ao contrário deste, era liberal e tinha convicções parlamentaristas.

JOHN STUART MILL (1806-1873) – era filósofo e economista. Suas principais obras foram *A Liberdade* (1859) e *Utilitarismo* (1861). Foi um dos liberais mais influentes do século XIX e defensor do utilitarismo.

⁴ THOMAS HOBBS (1588-1679) - era matemático, teórico político e filósofo inglês. Suas principais obras foram: *Leviatã* (1651) e *Do Cidadão* (1651). Fundava a sua filosofia política em uma construção racional da sociedade, que permitisse explicar o poder absoluto dos soberanos. Suas teses publicadas e apresentadas em sua principal obra, *Leviatã*, em 1651, não foram bem aceitas. A justificativa de Hobbes para o poder absoluto é a existência de um pacto social, rejeitando a origem divina do poder.

Jeremy Bentham⁵, grande seguidor das idéias de Adam Smith, defende uma concepção do setor privado em que as empresas, ao trabalharem para atingir seus objetivos, já estão colaborando para o desenvolvimento e a riqueza da sociedade. Foi fundador da doutrina utilitarista, cuja teoria exerceu grande influência no depuramento do liberalismo econômico. O utilitarismo prega a utilidade das coisas e das ações como valor imprescindível, sendo considerado útil tudo o que agrega à vida felicidade e bem-estar. Considerado por Bentham como critério para reforma da sociedade, o mérito dessa doutrina está em avaliar uma ação por seus resultados amplos e não individualistas, considerando justo todo ato que proporciona o maior bem possível à coletividade.

Sendo um dos principais seguidores de Bentham, John Stuart Mill repensou o utilitarismo realizando uma distinção entre os prazeres mais elevados e os convenientes, classificando as utilidades em função de princípios morais intuitivos. A noção de liberdade individual como a primeira das utilidades sociais foi idéia a fundamental de Mill no tratado que influenciou o liberalismo, *On Liberty* (1859, Sobre a Liberdade), que o autor prega que não deveria ser aceita a intervenção do Estado em aspectos que o próprio indivíduo fosse capaz de resolver. Para Mill, o Estado liberal deveria encarregar-se de promover e oportunizar o desenvolvimento pessoal e social de todos, usando como foco principal a educação (HOLANDA, 1998). É característica constante de seu pensamento a defesa da liberdade do homem contra as conseqüências de atos do Estado e da sociedade. As idéias liberais de Mill estão alicerçadas em crenças de que todo o indivíduo deve ter liberdade para alcançar sua felicidade. O liberalismo defendido por Mill compreende a interferência estatal visando apenas evitar os danos à sociedade (SIMÕES, 2005).

A influência das idéias liberais continuou presente no cenário político, econômico e social do século XIX. Até a primeira metade do século, os liberais defendiam a propriedade privada, a economia de mercado e o livre comércio internacional. A função do Estado ainda se restringia a assegurar as condições de defesa, justiça, segurança e regulação das soluções entre os indivíduos.

⁵ JEREMY BENTHAM (1748-1832) – foi um filósofo e jurista inglês. Difundiu o utilitarismo, teoria ética que responde todas as questões acerca do que fazer, do que admirar e de como viver, em termos da maximização da utilidade e da felicidade. Suas idéias exerceram grande influência sobre o desenvolvimento do liberalismo político e econômico.

À medida que as condições de negociação entre mercados internacionais foram sendo facilitadas, na segunda metade do século XIX, os mercados internos começaram a ser ameaçados pela nova concorrência. Devido a essa concorrência, os defensores do liberalismo passaram a cobrar do Estado uma postura intervencionista na conquista de novos mercados. Mas, na sua essência, o liberalismo ainda espera do Estado condições para que os detentores do capital continuem progredindo e que ele mantenha a ordem social.

No âmbito social, a doutrina liberal não atribui ao Estado o papel de provedor de necessidades básicas do cidadão. Coloca a família como instituição de primordial importância, sendo responsável pela subsistência de necessidades como educação e saúde do cidadão. Segundo essa concepção, os cidadãos que constituem a sociedade estão unidos por um sentimento de egoísmo o qual, segundo os liberais, é a solução para que a desigualdade de aptidões e a diversidade de recursos não conduzam à desigualdade de direitos e à falta liberdade dos menos capazes.

O liberalismo econômico vigorou até meados de 1930 e baseou-se na idéia defendida por Adam Smith a respeito do argumento da “mão invisível”⁶, onde o próprio capitalismo continha mecanismos racionais e eficientes de auto-regulação das condições socioeconômicas de uma sociedade. Assim, para os liberais, o Estado deveria limitar-se a apenas duas funções: cumprir os contratos e garantir a propriedade privada.

Essa “mão invisível” do capitalismo começou a ser criticada no início do século XX, pois, na verdade, a realidade vista era muito diferente da teoria liberal. Os mecanismos do capitalismo não eram racionais e eficientes no sentido de uma regulação social como a teoria pregava, talvez fossem apenas reguladores econômicos.

A ação da “mão invisível” do capitalismo entrou em descrédito em um dos períodos mais difíceis da economia mundial: a crise de 1929, que foi considerada uma prova da ineficiência dessa ação. A crise do Estado liberal deveu-se à ineficiência, por parte do mesmo, em resolver o problema econômico das camadas proletárias da sociedade, além de não solucionar as desigualdades sociais, pois não era meta do mesmo a solução dos problemas

⁶ “Mão invisível” – é o termo introduzido por Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* com a finalidade de descrever como numa economia de mercado, mesmo não contando com um órgão que realize a coordenação dos interesses comuns, há uma relativa ordenação. Como se houvesse a ação de uma mão invisível a orientá-los.

sociais (BONAVIDES, 1972). O declínio das idéias liberais iniciou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, e a Grande Depressão. Oriundas dessa realidade econômica começaram a ser delineadas teorias intervencionistas, onde o Estado deveria abandonar o papel de simples regulamentador e fiscal da lei e da ordem econômica e social.

No ímpeto de apresentar uma solução para a crise vivida pelas idéias liberais, John Maynard Keynes⁷, em 1936, postulou sua teoria que rompia totalmente com a idéia liberalista do “deixai fazer”, afirmando que o Estado deveria interferir na sociedade, na economia e em quais áreas achasse necessário.

1.1.2 O Keynesianismo

O pensamento keynesiano surgiu com John Maynard Keynes, através de uma série de ensaios e livros publicados no início do século passado. Desde seu primeiro trabalho, *Indian Currency and Finance* (1913), sempre demonstrou sua preocupação em entender a instabilidade do nível de preços, do produto e do emprego e as crises do sistema monetário-financeiro internacional, além de apresentar possíveis soluções para esses problemas. (FERRARI FILHO, 1996).

Em sua principal contribuição teórica *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), Keynes expressou sua incredulidade na “mão invisível” do mercado, demonstrando sua ineficiência em alcançar o pleno emprego. A teoria keynesiana não acreditava que a “mão invisível” do mercado fosse capaz de gerar um contexto econômico onde houvesse estabilidade de preços e onde a distribuição de renda e riquezas fosse socialmente aceita. Com base nessa crença, Keynes defendia a intervenção estatal como meio de equilibrar as possíveis distorções de preço e distribuição de renda (LIMA, 2005).

Keynes identificou o investimento como propulsor da economia, sendo que sua teoria leva em consideração elementos fundamentais em sua visão de mercado. Reconhece o fator tempo como essencial na compreensão do mercado, não usando subterfúgios como “mercados

⁷JOHN MAYNARD KEYNES (1883-1946) – é considerado um dos mais importantes economistas britânicos. Suas principais obras foram: *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, *As Conseqüências Econômicas da Paz* e *Tratado sobre a Moeda*. Keynes foi o maior economista do século XX; contrariando os princípios da microeconomia e do *laisse faire*, fundou a macroeconomia.

de contingências futuras”, etc. Tendo como parâmetro a economia de trocas, vê no dinheiro e na produção elementos que tornam a atual economia mais ágil. No aspecto humano, o keynesianismo reconhece as limitações humanas e, por conseguinte, a mutação constante de interesses de produtores e consumidores (HUTTON, 1998).

Keynes procurou demonstrar que a visão vigente da então teoria clássica, pregando a “mão invisível” do mercado como reguladora das ações econômicas, ou seja, uma economia de mercado não era eficaz na resolução da distribuição da renda, da estabilidade de preços, etc. Nesse contexto, a intervenção estatal, sob a forma de políticas econômicas ativas, seria necessária. A teoria keynesiana prega idéias econômicas a serem utilizadas internamente, sendo dosada de um “certo nacionalismo econômico” (DEFAULT, 1977). A ação estatal deveria ser mais efetiva na geração e na aplicação dos investimentos. Os instrumentos a serem utilizados pelo Estado seriam o controle dos meios de pagamento e das taxas de juros. (KEYNES, 1978).

No contexto do keynesianismo, surge o Estado do Bem-Estar Social, que perdurou até a década de 70 do século XX, tendo seu auge no pós-guerra, especificamente nas décadas de 50 e 60 do século passado. O Estado pode ser assim considerado no momento em que suas ações objetivam o estreitamento das diferenças entre as classes sociais sob a égide de distintos regimes políticos (BONAVIDES, 1972).

O Estado do Bem-Estar Social é “[...] em parte investidor econômico, em parte regulador da economia e dos conflitos, mas também Estado benfeitor que procura conciliar crescimento econômico com legitimidade da ordem social” (LAURELL, 1995, p. 75). O keynesianismo procurou representar um avanço sobre o liberalismo, pois, com suas idéias, pretendeu retomar a consciência da igualdade de todos os cidadãos no exercício das liberdades fundamentais. Seu objetivo era o de garantir à toda a sociedade o mínimo de liberdade e escolha que oportunizam a igualdade no exercício dos direitos sociais. No liberalismo, a garantia desse direito era, em tese, estendida à toda a sociedade, no entanto, só uma minoria, que detinha o poder econômico, tinha acesso à mesma.

As idéias keynesianas concebidas através do Estado social representam uma transformação das idéias liberais, no aspecto social, concebidas via Estado liberal. Na concepção keynesiana, todos os esforços deveriam ser utilizados pela máquina estatal para

atingir-se uma melhor distribuição de renda e mais geração de empregos, resultando, assim, em menor desigualdade social. Já para o liberalismo econômico, tais aspectos deveriam ser resultados da ação do mercado (BONAVIDES, 1972).

Levando-se em conta suas características, o Estado do Bem-Estar Social é intervencionista, pois necessita da presença do poder político nas esferas sociais. As camadas sociais, por sua vez, mantêm com o Estado uma relação de dependência. Devido à impossibilidade de gerir sua subsistência, o indivíduo passa a esperar do Estado ações que venham a suprir suas necessidades (BONAVIDES, 1972).

No aspecto econômico, o Estado do Bem-Estar Social significa o abandono das concepções de que a ação da “mão invisível” do mercado, idéia até então dominante, poderia resultar no equilíbrio da distribuição da renda, ou seja, “[...] o equilíbrio poderia ser conseguido de forma espontânea” (LAURELL, 1995, p. 76).

Os principais fatores que desencadearam a crise do Estado do Bem-Estar Social passam pelo aspecto fiscal, pela inflação e são consequência do modelo de produção adotado na época (LAURELL, 1995).

Decorrente da inflação experimentada pelo Estado do Bem-Estar Social, a alta produtividade e a queda na taxa de lucros levou a iniciativa privada a uma crise de acumulação de capital. Com a redução da receita percebida pelas empresas, o pagamento de impostos também sofreu uma significativa redução, afetando a arrecadação pública.

Como reflexo da crise de acumulação de capital pelas empresas, ao desempenhar o papel de gestor social, o Estado precisou direcionar suas ações a problemas sociais que lhe pareciam mais prementes, uma vez que não era capaz de, financeiramente, arcar com todas as demandas sociais. Estava implícito o déficit orçamentário contido nas ações de subsídio e investimento à produção e ao consumo adotadas pelo mesmo.

O papel intervencionista do Estado na economia, defendido por Keynes, que compreende a política monetária, a política fiscal e também o aumento do investimento público estatal em setores menos rentáveis, que possuíam subsídios do Estado em seu processo produtivo, levou o mesmo a um processo de endividamento, que acabou por gerar a

possibilidade de aumento inflacionário. A crise do pensamento keynesiano começou a ser sentida no momento em que o Estado, devido ao seu endividamento, já não tinha capacidade de financiar a acumulação de capital (LIMA, 2005).

Visando abranger a sociedade em geral, as ações implementadas pelos ideais do Estado de Bem-Estar Social acabam fazendo com que a estrutura da máquina estatal crescesse, tornando-a de difícil administração. O crescimento da estrutura do Estado termina sendo pago pelo próprio cidadão-beneficiário, além de gerar uma dependência entre os mesmos (MORAES, 2001). A importância desse argumento está no fato de que ele abre as portas para que os neoliberais intensifiquem a campanha pela redução da estrutura estatal via privatizações.

A partir do final dos anos de 60 do século XX, com a crise vivida por alguns países, ocasionada pela acumulação intensiva e por uma regulação monopolista, a proposta keynesiana começou a declinar, pois problemas como inflação e instabilidade econômica se tornaram reais. A partir daí, nasceu o novo liberalismo, ou neoliberalismo, estabelecendo certo limite ao Estado, afirmando que a garantia das liberdades econômica e política estava ameaçada pelo intervencionismo.

1.1.3 O Neoliberalismo

As idéias do neoliberalismo começaram a ganhar força através de um de seus autores, Ludwig Von Mises⁸ (1881-1973), mas foi através das idéias e das obras de Friedrich Von Hayek⁹ que surgiu a obra neoliberal inaugural intitulada *O Caminho da Servidão* lançado em 1944 (MORAES, 2001). Em sua obra, Hayek expôs um dos princípios básicos de sua teoria, ou seja, o crescente controle do Estado leva à completa perda de liberdade do indivíduo.

⁸ LUDWIG VON MISES foi um importante economista do século XX e grande defensor da liberdade econômica como suporte básico da liberdade individual. É um dos ícones da Escola Austríaca. Mises defendia que as pessoas demandam dinheiro por causa da sua utilidade como meio para aquisição de outros bens e não por algum valor intrínseco desse e que qualquer expansão de oferta de crédito causa ciclos econômicos.

⁹ FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK (1899-1992) era economista da Escola Austríaca. Deu importantes contribuições para a Psicologia, a Teoria do Direito, a Economia e a Política. Hayek defendeu os méritos da ordem espontânea. Segundo ele, uma economia é um sistema demasiado complexo para ser planejado por uma instituição central e deve evoluir espontaneamente.

O pensamento neoliberal desmembrou-se em três escolas, a saber: a Escola Austríaca, a Escola de Chicago e a Escola da Virgínia. Veio da Escola Austríaca a maior contribuição teórica do neoliberalismo e sua concepção de mundo. “A principal obra que trata desta questão é o livro de Ludwig Von Mises – *Ação Humana: um tratado de economia* – publicado em 1949” (HOLANDA, 1998, p. 52). Friedrich August Von Hayek, patrono do pensamento neoliberal contemporâneo, através de suas idéias e trabalhos, prega as relações sociais livres e a descentralização das decisões.

Na visão da Escola Austríaca, o mercado é movido pelo interesse próprio dos cidadãos, e a força propulsora é o empreendedorismo e a concorrência (MORAES, 2001).

A Escola de Chicago foi concebida na década de 50 do século XX e é assim denominada em referência aos professores da Universidade de Chicago. Personificada em Milton Friedmann¹⁰ obteve relevância através dos acordos firmados entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica do Chile. Foram treinados economistas que viriam a trabalhar no experimento neoliberal de Pinochet¹¹.

Através da obra de Friedmann, essa escola pregava a mínima intervenção estatal no mercado, ou seja, é uma escola do pensamento econômico que defende o mercado livre. Segundo essa teoria, as ações estatais, como, por exemplo, fixação do salário mínimo, exclui mão-de-obra menos qualificada do mercado de trabalho, gerando o aumento do desemprego e do empobrecimento da sociedade.

A terceira escola, a da Virgínia, tem em James M. Buchanan¹² seu principal nome e na Public Choice as suas principais idéias. As idéias da Public Choice abordam temas como

¹⁰ MILTON FRIEDMAN (1912-2006) foi um destacado economista do século XX e influente teórico do liberalismo econômico, um dos mais influentes teóricos do liberalismo econômico e defensor do capitalismo *laissez-faire* e do fundamentalismo de livre mercado. Durante décadas, defendeu um governo constitucionalmente limitado no seu papel, garantindo apenas a estabilidade monetária, as liberdades econômicas, o Estado de direito e o direito de propriedade. A sua idéia de liberdade restringiu-se basicamente ao direito de consumir.

¹¹ AUGUSTO JOSÉ RÁMON PINOCHET UGARTE (1915-2006) foi Presidente do Chile entre 1973 e 1990, com poderes de ditador, depois de liderar um golpe militar que derrubou o governo do presidente socialista legalmente eleito, Salvador Allende.

¹² JAMES M. BUCHANAN, vinculado à George Mason University no estado de Virgínia, era um Economista estadunidense da corrente neoliberal, fundador e principal expoente da teoria da Escola Pública (*public choice*). Buchanan retomou a tradição de explicação da sociedade via o artifício do contrato social. A teoria do contrato de Buchanan parte de uma situação de guerra de todos contra todos, explicado em função do caráter racional maximizador de utilidades que o autor pressupõe como constituinte da natureza humana e da ausência de um poder de coação. Após os indivíduos alcançarem um estado de "equilíbrio natural", em que não há mudanças significativas de posições e os custos para manter seus bens superam a utilidade marginal do seu usufruto, eles acham racional discutir os termos sobre o qual se fundará a sociedade, até firmarem um contrato social.

privatização, desregulamentação e as políticas públicas, ou seja, “Mais mercado, menos Estado”.

O neoliberalismo constitui uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, pregando “Um Estado mínimo, normativo e administrador” (LAURELL, 1995, p. 53), cujas ações não interferem no funcionamento do mercado. Essa teoria crê que a intervenção estatal no mercado, além de gerar distorções no mesmo, pode acarretar índices inflacionários.

As idéias neoliberais desencadeiam duas grandes exigências, ou seja, privatizar empresas estatais e serviços públicos e criar novas regulamentações, que dêem maior autonomia ao mercado. Em suma, o Estado deve deixar a cargo do mercado as atividades produtivas e as atividades reguladoras do mesmo (MORAES, 2001).

O neoliberalismo adotou dois significados diversos, levando em consideração a época analisada, ou seja, na primeira metade do século XX, significou a doutrina proposta por economistas como Hayek, Von Mises, etc, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista; e, a partir da década de 70 do século passado, passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, a qual só deve ocorrer em setores imprescindíveis e, ainda assim, num grau mínimo (minarquia)¹³. É nesse segundo sentido que o termo é mais usado.

Os neoliberais continuaram o combate ao Estado mercantilista e as corporações, ou seja, o conjunto institucional Estado de Bem Estar Social, à planificação e à intervenção estatal na economia (MORAES, 2001). A figura dos sindicatos e a imposição ao Estado de pesadas despesas sociais também foram combatidas. Cabe ao Estado o papel de árbitro das questões econômicas, ou seja, “[...] evitar que as pessoas cometam ações lesivas à preservação e ao funcionamento da economia de mercado” (HOLANDA, 1998, p.63).

¹³ Minarquia ou minarquismo – é a teoria política que prega que a função do Estado é assegurar a segurança, a justiça e desempenhar seu poder de polícia, além da criação de legislação necessária para assegurar o cumprimento dessas funções. Os defensores do minarquismo são contrários a Estados com grande peso na economia e defendem um capitalismo do tipo *laissez-faire*.

As idéias neoliberais pregam um homem capaz de necessidades e desejos que se exteriorizam através de seus desconfortos e escolhas. Por conseqüência, prega uma sociedade fundamentada no comportamento e no interesse individual e “[...] nada mais sendo do que divisão de trabalho e combinação de esforços” (HOLANDA, 1998, p. 54). O mercado é um sistema que coordena e organiza toda a sociedade, como “[...] processo movimentado pela interação das ações individuais num sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção” (HOLANDA, 1998, p. 58) E o Estado, é a figura de “preservação do funcionamento do mercado” (HOLANDA, 1998, p. 62).

Em um primeiro momento, os neoliberais apontam os erros do Estado intervencionista: a atuação estatal na legislação; a oferta de bens públicos e a proteção social, que leva a sociedade a empregar irracionalmente os recursos; a transformação do Estado em instrumento por parte de grupos que tentam conquistar privilégios através do discurso das políticas sociais; o endividamento do Estado para pôr em prática as políticas sociais; e a conseqüente evasão de recursos (fraudes fiscais), devido ao aumento dos impostos. A ideologia neoliberal apregoa o fim da regulação estatal na economia, mas suas ações acabam fazendo com que competências pertinentes ao Estado sejam transferidas à esfera privada. A iniciativa privada, por sua vez, não dispõe de estrutura e nem pode universalizar as políticas sociais, pois, sendo objetivo maior das empresas o lucro, as mesmas, quando atuam socialmente, conseguem abranger apenas uma pequena parcela da comunidade, via de regra, comunidades adjacentes à empresa e que podem trazer algum benefício à mesma. O Estado como provedor das políticas públicas tem maiores condições de estender esses benefícios a uma parcela maior da sociedade.

1.2 O PAPEL DO ESTADO E O CENÁRIO DE CRISE

No transcorrer do item anterior, procurou-se explorar as idéias das principais correntes econômicas vigentes ao longo da história. Na leitura do exposto, surge a necessidade de definição do papel do Estado, tanto no aspecto político, quanto no econômico e no social.

As referidas escolas do pensamento econômico procuraram definir atribuições ao Estado em conformidade com a realidade de cada época. Para o liberalismo, tem-se um Estado mínimo, cujas atribuições são, apenas, garantir o direito de propriedade e a segurança

do patrimônio; o keynesianismo prega um Estado interventor e protecionista; e o neoliberalismo, um Estado mínimo, normativo e administrador.

Assim como há a necessidade de vislumbrar as atribuições do Estado conforme a teoria econômica vigente, há, também, a idéia de discorrer sobre a crise vivenciada pela máquina estatal e sua reestruturação.

1.2.1 O Papel do Estado

Estado e mercado são duas organizações criadas pela sociedade: a primeira para regular, gerir e proporcionar condições favoráveis ao convívio social, inclusive estabelecendo as normas do mercado; a segunda para coordenar a comercialização de bens e serviços oriunda do trabalho realizado por indivíduos e empresas. Em sendo entendidas como organizações e situando-se na sociedade, Estado e mercado são extensões da vida social que precisam, a cada instante, a cada momento histórico, ser revistas e reformuladas.

A definição das atribuições do Estado, durante um longo período da história, era ditada por uma lei divina, a qual além de definir as relações sociais, ainda dizia quem e de que forma exerceria o governo. O exercício da autoridade estatal dependia da interpretação da lei divina, definida pela hierarquia das instituições religiosas, ou seja, atendia às expectativas da Igreja e da aristocracia (CARNOY, 1990).

A interpretação da lei divina começou a declinar com o enfraquecimento da Igreja e, por conseqüência, afetou a aristocracia que sustentava o poder econômico da época. Em meados do século XVIII começou a existir uma redefinição do Estado e de suas atribuições. A aplicação da lei divina deu lugar à condição natural do homem e aos seus direitos.

Historicamente, são levantadas questões acerca do papel e de quais as funções que o Estado deveria desempenhar na sociedade. Para esses questionamentos, desenvolveram-se várias concepções, como, por exemplo, “A teoria que explica a formação do Estado a partir da vontade dos indivíduos e com o objetivo de proteção comum” (COSTA, 2006, p. 25), justificando a formação de sua concepção moderna. A teoria jusnaturalista, cujo objetivo é explicar a origem e a legitimidade do poder estatal, ganhou força a partir do século XVI e

influenciou o pensamento político ocidental, resultado de transformações econômicas e sociais que impuseram mudanças na concepção da origem do Estado e que se formaram a partir da idéia de que os homens possuíam “direitos naturais” que deveriam ser garantidos pelo Estado a partir do consentimento dos indivíduos. No transcorrer do tempo, ampliando-se a visão jusnaturalista, surgiram as idéias da teoria contratualista, que define o Estado como responsável por assegurar a propriedade e a liberdade dos indivíduos (COSTA, 2006).

As atribuições da máquina estatal, no liberalismo, passam pelo não-intervencionismo, cujos objetos centrais são o indivíduo e a preservação de sua liberdade, desencadeando um distanciamento em relação à vida econômica, social e religiosa dos mesmos. Suas atividades, nessa corrente teórica, restringem-se à defesa nacional, à segurança interna, à arrecadação e ao exercício do poder de polícia. As demais atividades públicas são transferidas aos particulares, por meio de contrato, e a intervenção do Estado no mercado resume-se ao mínimo necessário.

Em meados da década de 20 do século passado, as idéias do Estado liberal já não atendiam aos anseios e às expectativas da sociedade, pois este só reconhecia os proprietários e os cidadãos como parte integrante da sociedade, bem como pregava a separação entre o Estado e a economia. Este último fato gerava desigualdade, uma vez que a maioria da população não tinha acesso aos meios de produção (LAURELL, 1995).

Sob as premissas do keynesianismo, a sociedade da época entendia que o Estado deveria assumir o papel de interventor na área econômica e social, sendo sua finalidade promover ações que gerassem a possibilidade de alcançar a igualdade entre os homens e ajudar os menos favorecidos.

Tendo em vista as diversas atividades econômicas e sociais que passaram a compor o rol de atribuições do Estado keynesiano, o mesmo tornou-se uma máquina extremamente grande e, por conseguinte, de difícil administração. Seu crescimento excessivo para possibilitar o desempenho de suas atribuições acabou por gerar uma administração com excesso de formalidades, dificultando a execução das ações sociais.

O papel do Estado, em conformidade com as mudanças ocorridas nos cenários econômico e social mundial, apresenta três estágios bem definidos, ou seja, a era da regulação

(1945-1970), quando a maioria dos países presenciou um aumento da intervenção governamental na forma de um aumento dos gastos do governo, de nacionalização, de ampliação da regulação, com desdobramentos paralelos nas teorias econômicas intervencionistas; o período de transição (1970-1980), quando os regimes intervencionistas do pós-guerra começaram a ser expostos a um ataque político de porte, apoiado no surgimento de teorias econômicas antiintervencionistas; e a era da desregulação (1980 em diante), quando muitos países começaram a reduzir a intervenção do governo por meio da privatização, dos cortes orçamentários e da desregulação, muitas vezes extraindo suas justificativas das implicações teóricas das teorias antiintervencionistas que tiveram origem na década de 70 do século passado, e que foram elaboradas na década de 80, do Século passado (BRESSER PEREIRA, 2002).

O Estado vem sendo chamado em toda parte – e especialmente nos países que possuem estrutura de Welfare State – a garantir a sobrevivência dos cidadãos, que estão sendo expulsos, em grande quantidade, do mercado formal. É também entendido como Estado do Bem-Estar Social ou Estado providência, sendo o tipo de organização política e econômica que atribui ao mesmo o papel de agente protetor, defensor social e organizador da economia. Seguindo essa premissa, trata-se de agente regulamentador da vida e da saúde social, política e econômica em parceria com sindicatos e as empresas privadas, de acordo com cada nação, devendo garantir serviços públicos e proteção à população. Mas a questão quanto ao futuro papel dos Estados nacionais continua em aberto, bem como a crescente disparidade entre as demandas sociais crescentes e a impossibilidade do Estado em atendê-las do modo convencional. A outra grande questão é o crescimento da percepção das sociedades de que o novo modelo global de produção agrava a exclusão social. Isso tende a aumentar a pressão sobre os Estados nacionais, exigindo a retomada de políticas públicas eficazes na área social.

Com efeito, a generosa “universalização das oportunidades” veiculada pela globalização informativa é ainda apenas retórica; vastos setores e países inteiros ainda estão à margem de sua utilização, excluídos de seus eventuais benefícios. O Estado, assim como as demais instituições da sociedade, enfrenta, portanto, o desafio de sua reestruturação a partir de uma redefinição de sua própria razão de ser, assim como de sua relação com as demais instituições. O exame e o aperfeiçoamento de seu desempenho interno, de sua eficiência e eficácia, embora convenientes e necessários, são apenas uma parte do desafio. É o contexto

das novas realidades de um mundo em transformação, acima esboçadas, que constitui o maior desafio para a adequação das instituições.

Segundo essa concepção, todo o indivíduo teria o direito, desde seu nascimento, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ser fornecidos diretamente pelo Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esse direito iria desde a cobertura de saúde e educação em todos os níveis até o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima e de recursos adicionais para sustentação dos filhos, dentre outros.

Sendo a função social básica do Estado garantir a proteção social sob critérios de universalidade, na atualidade, observa-se um sistema de proteção social completamente obsoleto e com pouca efetividade em suas ações, configurando um processo seletivo, pois não consegue abranger a totalidade da população carente, constituído por atos isolados que beneficiam apenas algumas poucas comunidades. “Há uma percepção generalizada de que o Estado nacional não tem tido condições para responder às necessidades de suas populações.” (GRIESSE, 2003, p. 35).

Na atualidade, o Estado passa a desempenhar o papel de mediador das relações sociais, papel que advém da necessidade de assegurar a legitimidade dos contratos estabelecidos entre as pessoas, assegurando liberdade e igualdade (COSTA, 2006).

Espera-se que o Estado, através de suas ações, seja mínimo para o mercado, não gerando nenhum transtorno ao seu bom funcionamento, e forte com relação às ações sociais, minimizando seus conflitos e proporcionando uma melhor qualidade de vida à sociedade em geral (DUPAS, 1999).

O papel do Estado no incentivo e no suporte direto e indireto às atividades empresariais tenderá a decrescer num mundo que, provavelmente, não estará mais baseado no paradigma do trabalho e na universalização do emprego. De sorte que a empresa bem-sucedida do século XXI será aquela adequadamente inserida numa rede social que lhe dê sustentação, inclusive ofertando um conjunto de ações e equipamentos públicos não-estatais que se tornarão cada vez mais indispensáveis ao seu funcionamento.

1.2.2 A Crise do Estado

O cenário mundial sofreu profundas transformações após a I Guerra Mundial. As economias das nações que participaram, direta e indiretamente, do conflito se reergueram rapidamente, mas de forma desigual. Países com desenvolvimento industrial recente, ricos em matérias-primas e produtores de alimentos foram beneficiados (OHLWEILER, 1988).

A grande crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, foi um quadro de enorme recessão econômica ao longo da década de 30 do século XX, tendo como resultados diretos: altas taxas de desemprego, quedas do Produto Interno Bruto de diversos países e redução da produção. A recessão econômica já vinha sendo sentida na produção norte-americana, tendo seu marco inicial na queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

No final da década de 60 do século passado, despontou com vigor um processo de emergência da sociedade civil, no qual ela era protagonista expressa, exigindo, primeiro, ser percebida e aceita e, em seguida, pleiteando poder, para, finalmente, assentar-se na posição de participante crítica organizada, com iniciativas próprias, ou participante de parcerias: um longo processo democratizante a forçar novas relações com o Estado.

Na década de 70 do século XX, o Estado entrou em uma crise fiscal, em uma crise do modo de intervenção no econômico e no social e da forma burocrática de sua administração. É nesse quadro que, nos anos 90 do século passado, as sociedades civis democráticas se colocaram como projeto a reforma ou a reconstrução do Estado. Essa reforma enfatizava o fortalecimento do Estado e a recuperação da governabilidade, ou seja, a sociedade devia fortalecer o Estado em seu próprio benefício (BRESSER PEREIRA, 2002).

Diante da crise estrutural e financeira do Estado e do desafio representado pela globalização, que limitava a autonomia dos Estados nacionais, economistas e cientistas políticos passaram a analisar as causas e a natureza da reforma institucional em curso, cujo objetivo era, para alguns, reduzir o Estado ao mínimo e para outros, reconstruí-lo, para que pudesse fazer frente às novas realidades do mercado global.

A reforma do Estado iniciou-se, em quase todo o mundo, na década de 70 do século XX, e ganhou força na década de 80, do século XX (BRESSER PEREIRA, 2002) “O Estado

social burocrático vivenciou três formas: o Estado do Bem-Estar, no chamado primeiro mundo; o Estado Comunista, naquilo que constituía o segundo mundo; e o Estado desenvolvimentista, no terceiro mundo.” (BRESSER PEREIRA, 2002, p. 32).

Além do processo de globalização vivenciado pelos mercados e pelos Estados, uma das causas do início da reforma estatal foi a crise fiscal apresentada pelos últimos. Crise esta advinda da utopia dos neoliberais em tentar alcançar um Estado mínimo. Ou seja, uma máquina estatal menos inchada e mais eficiente. (BRESSER PEREIRA, 2002) Nesta primeira fase, a reforma do Estado se deu através das privatizações.

Do ponto de vista político e econômico, a idéia do Estado mínimo, objetivo dos neoliberais, demonstrou ser inviável, pois não gerava desenvolvimento e não contava com o apoio dos eleitores (BRESSER PEREIRA, 2002).

Na década de 90 do século passado, após a queda da idéia do Estado mínimo, começaram a ser implantadas novas medidas para tornar o Estado mais ágil e capaz de desenvolver suas funções. A reforma gerencial do Estado começou a ganhar força, abrangendo medidas que objetivavam a sua reconstrução (BRESSER PEREIRA, 2002).

As medidas até então adotadas partiam do princípio de que o Estado pode ser eficiente, em especial nas áreas social e científica, desde que utilize estratégias gerenciais na administração e organizações públicas não estatais para executar os serviços. Essa postura nega o pressuposto neoliberal da ineficiência generalizada do Estado (BRESSER PEREIRA, 2002). O plano de reforma estatal adotado nessa década constituiu uma reação à onda neoliberal.

Para a reforma do Estado, na visão neoliberal, seria necessário que as medidas fossem direcionadas para a redução do Estado e o pleno controle da economia pelo mercado (BRESSER PEREIRA, 2002) Para tanto, as ações a serem adotadas seriam privatizar, liberalizar, desregular e flexibilizar o mercado de trabalho de forma radical. “O Estado deve limitar-se a garantir a propriedade e os contratos [...]” (BRESSER PEREIRA, 2002, p. 38). Quanto ao aspecto social, na visão neoliberal, o Estado não deveria atuar nas políticas sociais, podendo tais ações ser prejudiciais à economia.

Na década de 90 do século XX, a crise da proposta neoliberal adquiriu maiores proporções, por suas ações não serem efetivas e nem politicamente viáveis. A crise do Estado que estava na raiz dos processos de reforma obrigava a adoção de uma perspectiva ainda mais abrangente do que aquelas cobertas pela categoria de “crise fiscal do Estado”, ou “crise no modo de intervenção do Estado na economia”, ou, ainda, “crise no modo de gestão”. Para pensar o lugar da política e da política democrática, faz-se necessário deslocar o foco analítico, situando o problema em termos da crise de legitimação do poder do Estado.

É justamente nas formas de intermediação política entre Estado e sociedade, nos partidos políticos, que melhor se observa a tensão entre dois princípios que voltaram a coexistir, embora redimensionados. Entre nós, as formas de estruturação entre Estado e sociedade, função clássica dos partidos em uma democracia representativa, tradicionalmente apresentaram feição diversa, na medida em que essas instituições e a classe política se orientavam prioritariamente por outro tipo de racionalidade: o da lógica patrimonial. Tal lógica se revela problemática, quando a reestruturação dos esquemas de financiamento e de gastos do Estado deve ser compatibilizada com gestão democrática da economia, em particular, com o processo de institucionalização de controles democráticos.

A reforma do Estado, que se tornou tema central nos anos 90 do século XX, em todo o mundo, é uma resposta ao processo de globalização em curso que reduziu a autonomia dos Estados de formular e implementar políticas e, principalmente, à crise do Estado, que começou a se delinear, em quase todo o mundo, nos anos 70, mas que só assumiu plena definição nos anos 80.

A crise vivida pelo papel do Estado no âmbito mundial leva à necessidade de situá-la também na realidade brasileira.

1.3 AS ESPECIFICIDADES DO BRASIL

O Estado brasileiro, no decorrer da história, passou por inúmeras transformações em seu papéis econômico, político e social. Durante a Era Vargas, procurou estabelecer benefícios trabalhistas aos empregados, tendo sido marco importante nessa área. Já na ditadura militar, foi um Estado repressor e cerceador das liberdades individuais. Atualmente,

ele busca proporcionar liberdade para seus indivíduos e melhorar as condições de vida da grande maioria da população brasileira.

As políticas sociais implementadas pelo Estado visam proporcionar maiores benefícios à população de mais baixa renda; no entanto, as dificuldades financeiras, de administração e políticas vêm tornando cada vez mais difícil a realização dessa tarefa.

1.3.1 O Estado de 1930 a 1980 e a Reforma dos Anos 90

O cenário mundial, no início da década de 30 do século passado, apresentava uma realidade econômica e social fragilizada e uma distribuição de renda cada vez mais desigual. Nos aspectos políticos e sociais, vários golpes de Estado e movimentos de cunho desumanos começaram a eclodir. Na Alemanha, as idéias de Hitler¹⁴ passaram a ganhar força; nos Estados Unidos, o Presidente Roosevelt implementou um plano econômico, a fim de reerguer a economia após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A economia brasileira foi severamente atingida, pois as exportações de produtos agrícolas, principalmente as de café, foram reduzidas drasticamente. Em consequência, criou-se um déficit de recursos para equilibrar o balanço de pagamentos. O desenvolvimento econômico brasileiro começou nos anos 30 do século XX, tendo início a revolução industrial no País.

A revolução industrial brasileira teve como origem a combinação de dois fatores: a oportunidade de investimentos industriais, advinda da depressão econômica, e a revolução de 1930, que significou a queda da oligarquia agrário-comercial brasileira do poder econômico, político e social da época (BRESSER PEREIRA, 1968).

Na década de 30 do século passado, durante a Era Vargas, o Brasil vivenciou um grande avanço no aspecto social-trabalhista. Nesse período, foi instituída uma série de leis trabalhistas, que viriam a organizar as relações entre capital e trabalho. O Estado passou a

¹⁴ ADOLF HITLER (1889-1945) foi o líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, chanceler e ditador Alemão. No período da sua ditadura, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como testemunhas de Jeová, eslavos, poloneses, ciganos, negros, homossexuais, deficientes físicos e mentais, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de holocausto.

desempenhar um papel controlador sobre as forças sindicais, uma vez que a pluralidade sindical foi abolida. O Estado passou a reconhecer apenas um sindicato por categoria, desempenhando o papel de intermediário nas relações entre trabalhador e sindicato.

O desenvolvimento industrial brasileiro sofreu uma queda em seu ritmo durante a década de 40 do século passado. A II Guerra Mundial, que, para alguns países, representou um fator de aceleração de seu desenvolvimento, para o Brasil, significou uma sensível redução nas taxas de crescimento do parque industrial.

A causa básica dessa redução do ritmo de desenvolvimento, quando a procura interna em ascensão propiciava ampla oportunidade nos investimentos industriais, pode ser encontrada em um fato muito simples: o desenvolvimento industrial brasileiro estava ainda na dependência quase total da importação de equipamentos (BRESSER PEREIRA, 1968, p. 37).

O pós-guerra encontrou a economia brasileira com saldos cambiais, que mesmo tendo sido desperdiçados em importações de bens de consumo, ainda conseguiram dar início a um período de renovação do maquinário da indústria nacional (BRESSER PEREIRA, 1968). A partir de 1946, o Brasil começou um novo processo de crescimento da economia, bem como de sua indústria.

No período de 1956 a 1961 o País experimentou três grandes obstáculos à continuidade de seu crescimento: o processo inflacionário que se iniciou em 1954 com a queda de comercialização do café; a relação de troca entrou em declínio; e houve uma crise na sua infra-estrutura econômica (BRESSER PEREIRA, 1968). Mesmo com todas essas dificuldades, nesse período, consolidou-se e encerrou-se a primeira fase da revolução industrial brasileira.

A sociedade brasileira, entre 1930 e 1961, sofreu profundas alterações em sua estrutura. Os operários emergiram da classe trabalhadora como voz a ser ouvida; o empresariado oriundo do segmento industrial em ascensão passou a ter papel relevante na classe alta brasileira; o foco expansivo social teve como personagem a classe média composta de funções de nível médio, surgidas a partir das empresas burocráticas da segunda revolução industrial (BRESSER PEREIRA, 1998).

No final da década de 70 do século XX, o Brasil apresentava grandes dificuldades para elaborar políticas econômicas que gerassem impacto nos investimentos e na distribuição de renda (BEHRING, 2004).

No Brasil, a percepção da natureza da crise do Estado e, em seguida, da necessidade de reformar sua estrutura ocorreu de forma acidentada e contraditória, em meio ao desenrolar da própria crise. Entre 1979 e 1994, o País viveu um período sem precedentes de estagnação da renda *per capita*¹⁵ e de inflação alta. Em 1994, finalmente, estabilizaram-se os preços através do Plano Real, criando-se as condições para a retomada do crescimento. A causa fundamental dessa crise econômica foi a crise do Estado – a qual ainda não está plenamente superada, apesar de todas as reformas já realizadas – que se desencadeou em 1979, com o segundo choque do petróleo. Ela se caracterizou pela perda da capacidade do Estado de coordenar o sistema econômico de forma complementar ao mercado, definindo-se como uma crise fiscal, como uma crise do modo de intervenção do Estado, como uma crise da forma burocrática pela qual o Estado é administrado. A crise fiscal ou financeira caracterizou-se pela perda do crédito público e pela poupança pública negativa, e do modo de intervenção, acelerada pelo processo de globalização da economia mundial, pelo esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações, que foi bem-sucedido em promover a industrialização de 1930 a 1950, mas deixou de sê-lo a partir dos anos 60 do século passado, que transpareceu na falta de competitividade de uma parte ponderável das empresas brasileiras. Por fim, a crise da forma burocrática de administrar o Estado emergiu com toda a força depois de 1988, antes mesmo que a própria administração pública burocrática pudesse ser plenamente instaurada no País (BRESSER PEREIRA, 1998).

Segundo Bresser Pereira (1998), a crise da administração pública burocrática começou ainda no regime militar, não apenas porque não foi capaz de extirpar o patrimonialismo que sempre a vitimou, mas também porque esse regime, ao invés de consolidar uma burocracia profissional no País por meio da redefinição das carreiras e de um processo sistemático de abertura de concursos públicos para a alta administração, preferiu o caminho mais curto, o do recrutamento de administradores por intermédio das empresas estatais. Essa estratégia oportunista inviabilizou a construção, no País, de uma burocracia civil forte, nos moldes propostos pela reforma de 1936. A crise agravou-se, entretanto, a partir da Constituição de

¹⁵ *Per capita* - por cabeça, por cada um. Dicionário Michaellis. (Disponível em: <<http://www.michaellis.com.br>>. Acesso em: 04 jun. 2008).

1988, quando se saltou para o extremo oposto, e a administração pública brasileira passou a sofrer com um enrijecimento burocrático extremo. As conseqüências da sobrevivência do patrimonialismo e do enrijecimento burocrático, muitas vezes perversamente misturados, são o alto custo e a baixa qualidade da administração pública brasileira.

Ao final da década de 80 do século XX, o Estado vivenciou um cenário de crise econômica fiscal, que resultou em uma drástica redução do desenvolvimento de diversos países. Essa crise evidenciou-se através do aumento da dívida externa (BRESSER PEREIRA, 1998).

Dois fatores desencadearam a necessidade de reformar o Estado na década de 90 do século passado: o processo de globalização, que expandiu mercados, abriu fronteiras e tornou a competitividade internacional condição de desenvolvimento econômico; e a redução da poupança pública, que restringiu a função de agente desenvolvimentista do Estado (BRESSER PEREIRA, 1999).

A reforma ou a reconstrução do Estado tornou-se premente, uma vez que a concepção do Estado mínimo não conseguia agir de modo a suprir as divergências do mercado.

O cenário brasileiro do início de 1990 foi marcado pela insatisfação do controle burguês, demonstrado através das eleições de 1989. Nesse pleito, esse descontentamento traduziu-se na candidatura de um representante dos “processos de organização dos trabalhadores e das camadas médias” (BEHRING, 2004, p. 113).

No aspecto econômico, encontrava-se um país com “dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda” (BEHRING, 2004, p. 131), com altos índices inflacionários, sem vislumbrar soluções para o problema das dívidas externa e interna, com quase nenhum investimento e com uma situação social preocupante (BEHRING, 2004).

A realidade brasileira e mundial está mostrando que nem o Estado é suficiente, nem o mercado. Ambos são, entretanto, partes que compõem o mundo contemporâneo. Ninguém, em sã consciência, consegue visualizar uma sociedade complexa funcionando sem Estado ou sem mercado.

A partir do evento da globalização, o modelo de gestão utilizado pelos Estados passou a não atender às expectativas da sociedade. Já não havia mais lugar para administrações voltadas apenas para a sociedade interna, mas para administrações que aliassem o bem estar interno e o bom relacionamento externo. “A crise do Estado impôs a necessidade de reconstruí-lo; a globalização, o imperativo de redefinir suas funções.” (BRESSER PEREIRA, 2002, p. 33).

No Brasil, a reforma do Estado começou na década de 80, em meio a uma grande crise econômica, que chegou ao auge em 1990 com um episódio hiperinflacionário.

Ao longo dos anos 70 e 80, o Estado brasileiro buscou implantar o Welfare State para tentar suprir algumas demandas da sociedade. No entanto, a economia e a sustentação financeira das políticas sociais brasileiras eram contrárias aos ideais de universalização.

A idéia de reforma do Estado foi crescendo à medida que a crise vivida pelo mesmo foi tomando maiores proporções. Não só a sua estrutura, mas também sua função, seu papel social, começou a ser questionado. Com a globalização, tornou-se imperativo redefinir as funções do Estado, pois a integração experimentada entre os países já não permitia atos voltados apenas para a economia e para a sociedade interna.

Porém a interveniência do Estado ainda se fazia necessária em áreas primordiais, como educação, saúde, dentre outras, interveniência esta que possibilitava a capacitação dos agentes econômicos para atuarem em nível mundial.

Pode-se, por certo, pensar no Estado – seus políticos e sua burocracia – como um ator de mudança social. Em um primeiro momento, a partir da sua consolidação, foi isso o que ocorreu. É conveniente, entretanto, distinguirem-se os agentes políticos oligárquicos, que, a partir do Estado, se colocam acima da sociedade – o que foi próprio dos regimes despóticos do passado e está ainda presente nos regimes autoritários de hoje –, daqueles que agem a partir da própria sociedade, estruturados informalmente enquanto sociedade civil, como é próprio das democracias hoje dominantes.

Na medida em que os sistemas econômicos e sociais se tornam historicamente cada vez mais complexos e os sistemas políticos cada vez mais democráticos, a idéia de agentes

políticos autônomos da sociedade localizados dentro do próprio Estado perde legitimidade e poder explicativo. Em princípio, no regime democrático, o ator deveria ser a sociedade em geral, ou sua expressão política abstrata, o povo, *demos*, o conjunto dos cidadãos com direitos iguais. Na prática, não se chegou ainda a esse ponto, mas àquele em que a sociedade civil desempenha esse papel – sociedade civil entendida como a sociedade que, fora do Estado, é politicamente organizada, sendo o poder nela existente o resultado ponderado dos poderes econômico, intelectual e, principalmente, organizacional que seus membros detêm. A sociedade assim estruturada na forma de sociedade civil passa a ser o ator fundamental que, nas democracias contemporâneas, está, de uma forma ou de outra, promovendo as reformas institucionais do Estado e do mercado (BRESSER PEREIRA, 2002).

O Estado torna-se forte, logra poder, quando consegue vencer a resistência da sociedade. Esse tipo de relação foi verdadeira no passado, mas perdeu grande parte de seu poder explicativo quando o regime democrático foi-se universalizando, e a sociedade civil assumiu um poder crescente. A democracia pode ser ainda incompleta. Oligarquias de vários tipos ainda existem. Mas, agora, é a sociedade civil, independente do Estado, que determina ou busca determinar a organização do Estado e do mercado e não o contrário; uma sociedade civil que, além de autônoma em relação ao Estado, não mais se confunde com o mercado, já não sendo mais a sociedade civil burguesa de Hegel¹⁶, mas a sociedade civil democrática dos nossos dias.

Para que a reforma do Estado seja efetiva e alcance seu objetivo de gerir as políticas que regulam as ações do convívio social, é necessário que haja um engajamento dos três mecanismos de coordenação: o Estado, o mercado e a própria sociedade. O Estado através das leis e das políticas públicas; o mercado através da troca e da competição regulada pelo Estado; e a sociedade ou a comunidade através dos valores morais e das crenças tradicionais. Faz-se necessário haver harmonia entre os fundamentos da ordem social, de forma a um não neutralizar a ação dos demais.

A ação estatal no aspecto social vem sendo questionada, uma vez que o Estado vem encontrando dificuldades para universalizar seus projetos nessa área. Esse questionamento faz

¹⁶ GEORGE WITTELM FRIEDRICH HEGEL (1770-1831) nasceu em Estugarda e estudou filosofia e teologia em Tubinga. Considerava a sociedade civil como a sociedade dos particulares ou a sociedade dos burgueses, onde domina uma idéia de Estado privado de eticidade, ou de Estado externo, ou seja, depois da sociedade natural (família) e antes da sociedade política (Estado) já constituída por cidadãos.

com que as discussões acerca da responsabilidade social das empresas ganhem maior relevância, levando a que as empresas adquiram, muitas vezes, a pretensão de substituir o Estado no implemento das ações sociais. Faz-se necessário, para um maior entendimento, situar historicamente a responsabilidade social, bem como definir a real amplitude da mesma.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

Em virtude do papel do Estado nas diversas escolas de pensamento econômico (abordado no Capítulo 1) e da idéia de uma possível adoção das políticas públicas pelo mercado, surgiu o termo responsabilidade social como ferramenta a ser utilizada pelas empresas para alcançarem esse objetivo. Faz-se necessário conceituar e entender o que significa responsabilidade social e, também, com base nessa revisão, estabelecer o que é o compromisso empresarial.

Este capítulo aborda o histórico, a conceituação e a evolução da responsabilidade social das empresas através da revisão da bibliografia existente sobre o tema.

2.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

A história da responsabilidade social empresarial tem registros já no século XIX, nos EUA, onde as empresas adotavam algumas regras morais de conduta. Apesar de ser uma época econômica de grande concorrência, uma regra moral preestabelecida já dava pinceladas da responsabilidade social empresarial, quando dizia que os homens de negócios eram responsáveis pela conduta dos seus empreendimentos na proteção da integridade física dos trabalhadores e do público em geral (BOWEN, 1957).

Até o século XIX, a responsabilidade social, nos Estados Unidos e na Europa, era tida como doutrina a ser seguida pelas empresas. Nessa época, o Estado possuía a prerrogativa de conduzir os negócios de forma corporativa, não sendo interesse econômico privado. As licenças para o funcionamento das corporações privadas eram concedidas mediante compromisso de realização de ações sociais.

No início do século XIX, a simples constituição de uma empresa já era considerada um passo na direção da responsabilidade social. A sociedade da época entendia que a geração de postos de trabalho e o desenvolvimento da região onde a empresa estava inserida já constituíam um benefício social. Com o tempo, essas ações consideradas benefícios foram adquirindo cunho de obrigatoriedade e passaram a ser o mínimo que se podia esperar das empresas.

Já no século XX, o caso Dodge *versus* Ford dá a dimensão de uma mudança nos princípios éticos por parte de alguns empresários. Henry Ford pretendeu reinvestir parte do lucro da companhia dentro da própria instituição, visando a redução dos preços dos automóveis e a expansão da empresa. Os irmãos Dodge processaram Ford, buscando receber uma maior parcela dos lucros. Na época, Ford declarou:

Minha ambição é empregar mais homens ainda, disseminar os benefícios deste sistema industrial pelo maior número possível, para ajudá-los a organizar suas vidas e a construir seus lares. Para fazer isto, estamos colocando a maior porção de nossos lucros no próprio negócio (BOWEN, 1957, p. 155).

A magistratura norte-americana, em conformidade com a ótica econômica da época, concluiu pela distribuição de uma parcela maior de lucros aos acionistas, lembrando a responsabilidade dos diretores com seus acionistas e a distribuição dos lucros apresentados pela empresa. No entanto, houve uma sensível mudança na mentalidade do consumidor norte-americano, que passou a cobrar das empresas uma postura mais responsável com relação às suas ações (BOWEN, 1957).

A legislação aplicada às corporações até meados do século XX entendia que o objetivo das mesmas era gerar lucro para os acionistas. As corporações podiam realizar ações de cunho social e investir em sua imagem, desde que revertessem lucros mais significativos aos seus acionistas. A idéia de que as corporações deviam responder apenas a seus acionistas começou a enfraquecer após a Grande Depressão e a II Guerra Mundial.

Outro caso que teve muita repercussão foi o da A P Smith Manufacturing Company *versus* Barlow, que resolveu doar recursos à Universidade de Princeton e cujos acionistas foram desfavoráveis, instaurando um processo judicial, no qual a justiça de Nova Jersey foi favorável à doação para a Universidade de Princeton. Essa decisão abriu um precedente legal para a possibilidade de que as empresas direcionassem parte do seu lucro às ações sociais.

A política que se denomina o “economicamente correto” começou na década de 1950 nos Estados Unidos, sob a investigação de instituições religiosas. Seu campo de incidência restringia-se, então, às aplicações financeiras e limitava-se basicamente à recusa de qualquer tipo de negócio com indústrias “controversas”, como as de armamento, tabaco, bebidas e material nuclear. Hoje, o movimento visa conciliar a ética com os lucros (SROUR, 2003, p. 314).

A partir do surgimento pós-industrial e da situação mundial de crises que vivenciaram os países industrializados em torno dos anos 70 do século passado, começaram a surgir distintos planejamentos e teses sobre a responsabilidade da empresa frente a seus agentes sociais. As Igrejas católica e protestante passaram a questionar o comportamento ético da responsabilidade do empresário frente ao excesso de lucro, à distribuição da riqueza, à qualidade de vida e à democratização do capital.

No Brasil, os registros da responsabilidade social das empresas remontam à década de 60 do século passado, com a constituição da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Essa instituição reúne empresários comprometidos com o social, utilizando a estrutura empresarial em prol do desenvolvimento da comunidade.

Em 1977, a idéia da confecção e da publicação do Balanço Social surgiu com maior expressão. As primeiras empresas a prestarem contas de seus investimentos na área social foram a Nitrofertil (1984) e o Banespa (1992). As publicações das informações sociais dessas empresas ainda não tinham a forma do balanço social, eram relatórios mais simplificados.

Outra incursão no âmbito da responsabilidade social verificou-se com a instituição do prêmio Eco-empresa e comunidade, pela Câmara Americana de São Paulo, em 1982, visando reconhecer o desenvolvimento de projetos sociais. A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) promoveu, em 1986, diversos encontros entre empresários das Regiões Sul e Sudeste, para instaurar o diálogo acerca do tema responsabilidade social.

A partir da década de 80 do século XX, foram constituídos diversos grupos e instituições com o intuito de debater e trocar experiências na área de desenvolvimento de projetos sociais. Como exemplo, pode-se mencionar a Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente, constituída em 1990 e mantida com recursos de empresas. A atuação marcante dessa fundação foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A publicação do Balanço Social no Brasil tornou-se mais efetiva com a criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas pelo Sociólogo Herbert de Souza, um dos expoentes sociais à época, que, por intermédio de suas atividades sociais e de seus vários

artigos e textos a respeito, evocou a responsabilidade social para as empresas, representadas pelos seus respectivos corpos de diretores.

A responsabilidade social defendida por Betinho já está arraigada na filosofia de muitas empresas brasileiras e está tendo um enorme dimensionamento social no Estado do Rio Grande do Sul. Como exemplo, pode-se citar o Certificado de Responsabilidade Social – RS, que é conferido anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do RS, às empresas e às demais entidades com sede no Estado que apresentarem os seus balanços sociais do exercício anterior.

Esse certificado, bem como o Troféu Responsabilidade Social – Destaque – RS, foi criado através de Projeto de Lei nº 133/99 e consolidado a partir da Lei nº. 11.440, de 18 de janeiro de 2000, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

O Certificado é o diploma que o poder público outorga, às organizações que transformaram em iniciativas a consciência de que a construção de uma sociedade mais justa é tarefa a que todos os seus segmentos – e não apenas o poder público – tem que se dedicar.

Após elencar alguns aspectos históricos da responsabilidade social empresarial no Brasil e no mundo, faz-se necessário rever seu conceito segundo a literatura disponível sobre o tema.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Data da década de 50 do século XX, o primeiro conceito de responsabilidade social empresarial. O livro *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios*, de 1957, de Howard Bowen, retrata as primeiras inferências na definição de responsabilidade social empresarial.

Carroll (1999) dá a idéia de um conceito de responsabilidade social estático, havendo ocorrido mudanças apenas nas questões enfrentadas pelas empresas e pela sociedade e, por conseguinte, nas relações empresas-sociedade.

O termo responsabilidade social é de conceituação ampla e pode variar de acordo com o momento e com a realidade política e econômica de uma determinada sociedade. Vários autores da literatura social e econômica tentaram conceituar a responsabilidade social. Alguns a retratam como a responsabilidade legal, ou o mero cumprir das leis; outros vão além da legalidade, entendendo-a como uma incursão das empresas na área social.

A responsabilidade social pode ser definida como uma obrigação das empresas em maximizar seus resultados positivos e minimizar os negativos sobre os *stakeholders*¹⁷. A essência da responsabilidade social é reconhecer o valor do diálogo com os *stakeholders* externos e depende da compreensão dos valores e dos princípios dos que participam das atividades das empresas. Estas por sua vez, devem conhecer a opinião de seus diversos públicos com relação às questões sociais, éticas e ambientais. Além disso, é necessário ter consciência de que os conceitos não são imutáveis, dependendo do contexto social onde a empresa atua, e poder prever as possíveis alterações no relacionamento empresa-*stakeholders*.

Um modelo de engajamento na atuação de responsabilidade social requer que os gestores definam os elementos básicos da responsabilidade social empresarial, compreendendo suas questões e identificando os seus *stakeholders*.

Para Ferrel (2004), conforme o mostrado na Figura 1, existem quatro tipos de responsabilidade social, que abrangem todos os aspectos inerentes à formação, ao desenvolvimento e os negócios de uma empresa. A responsabilidade econômica é aquela que retrata o compromisso que a empresa tem com a produção de bens e serviços a preços que satisfaçam suas obrigações com os investidores e dêem continuidade às suas atividades. “Duas áreas na dimensão econômica da responsabilidade social são consideradas fundamentos da mesma: os impactos produzidos pela economia e a concorrência.” (FERREL, 2004, p. 80-81).

O impacto da responsabilidade social empresarial sobre a economia dá-se de acordo com o relacionamento mantido pelas empresas com os *stakeholders*. A economia é, por exemplo, influenciada pelo poder econômico das empresas. A concorrência intensa leva os

¹⁷ *Stakeholder*, em português, significa parte interessada ou interveniente. Na prática, são todos os envolvidos no processo produtivo da empresa, sendo eles os clientes, os consumidores, a sociedade, os colaboradores, os investidores, os fornecedores e o governo.

administradores a pensarem que a própria sobrevivência da empresa está em jogo. (FERREL, 2004).

“As responsabilidades legais da organização estão consignadas nas leis que ela é obrigada a cumprir.” (FERREL, 2004, p. 7). As instituições legalmente responsáveis agem em conformidade com as leis e os padrões sociais vigentes na região onde estão localizadas. Desde sua constituição até o momento do possível encerramento de suas atividades, as empresas estão sujeitas a cumprir todas as exigências legais instituídas pelo Estado em seu papel legislador.

“As responsabilidades éticas são definidas como comportamentos ou atividades que a sociedade espera das empresas, mas que não estão codificadas em lei.” (FERREL, 2004, p. 7). A responsabilidade ética compreende atividades e comportamentos esperados ou proibidos que interessem aos funcionários, à comunidade e à sociedade, mesmo que não estejam estabelecidos em lei. Do ponto de vista empresarial, a responsabilidade de natureza ética inclui padrões, normas ou expectativas que refletem as preocupações dos grandes stakeholders. “A condução ética na empresa refere-se ao que é certo ou errado, aceitável ou inaceitável.” (FERREL, 2004, p. 78). A empresa ética e socialmente responsável depende de valores e princípios morais sustentados pelos indivíduos e pelos grupos que dela fazem parte.

A obrigação final que a empresa assume com a sociedade são as suas responsabilidades filantrópicas, que significam “[...] os comportamentos e as atividades desejadas pela sociedade e que são ditados pelos valores empresariais.” (FERREL, 2004, p. 8). A empresa que, desempenha suas atividades de acordo com a dimensão filantrópica da responsabilidade social, contribui de alguma forma, para a qualidade de vida e para o bem-estar da sociedade onde está inserida.

A Figura 1, apresentada a seguir, resume o entendimento de Ferrel acerca dos vários tipos de responsabilidade social praticada pelas empresas no transcorrer do desempenho de suas atividades econômicas.

FIGURA 1
Degraus da responsabilidade social

Filantrópico	“restituir” à sociedade o que dela foi recebido
Econômico:	maximizar para os <i>stakeholders</i> a riqueza e/ou o valor
Ético:	seguir padrões de conduta aceitável, da maneira definida pelos <i>stakeholders</i> .
Legal:	cumprir todas as leis e regulamentos do governo

FONTE: FERREL, O. C.; FRAEDRICH, John; FERREL, Linda. *Ética Empresarial: dilemas, decisões e casos*. Rio de Janeiro: Ed. Reichmann & Affonso, 2004, p. 68.

Para Srour, “A responsabilidade social trata-se do compromisso das empresas com o bem-estar social, quando convertem parte dos lucros em ganhos sociais; são ações conjugadas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos *stakeholders*.” (SROUR, 2003, p. 316).

Já para Melo Neto, “A responsabilidade social empresarial é vista como um compromisso da empresa com relação à sociedade e à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada na apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem”. (MELO NETO, 2001, p. 84).

Entende-se por responsabilidade social a obrigação moral que adquire uma organização de contribuir para a satisfação das expectativas criadas a partir de sua relação com os setores com os quais deve interagir para o cumprimento de sua razão social.

No Brasil, a preocupação dos empresários em contribuir para o bem-estar da sociedade é relativamente nova. No entanto, já se observa um movimento cada vez maior das empresas no sentido de arcar com responsabilidades em relação a seus funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, à comunidade onde atuam e ao meio ambiente. A consciência crítica que se desenvolve na sociedade de uma forma geral, obriga as empresas a assumirem um planejamento cada vez mais criterioso, especialmente quanto ao resultado de suas ações.

Uma empresa não pode buscar somente lucros. No seu relacionamento com a sociedade existem obrigações, tais como a preservação do meio-ambiente, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional, a qualidade dos bens/serviços e outras que não estão legalmente assumidas, mas que são importantíssimas até mesmo para a continuidade da empresa.

O compromisso social de uma empresa é, sem dúvida, muito maior hoje do que há alguns anos. Isto porque vem se tornando uma das peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação (DE LUCA, 1998, p. 18).

A ética e a responsabilidade, conforme sugere o Instituto ETHOS (2002), são premissas básicas para que uma empresa se mantenha em uma posição competitiva em um mercado globalizado.

Hendriksen afirma que,

Numa visão mais tradicional, supõe-se que uma empresa que está maximizando seus lucros está maximizando sua contribuição para a sociedade. Entretanto, esta visão tradicional não tem atendido às necessidades da comunidade, devido às complexas mudanças econômicas e políticas do mundo moderno, que alteram o comportamento social desta comunidade. Os problemas de gastos com o controle da poluição ambiental e condições de higiene e segurança do trabalho são alguns dos problemas sociais que devem ser evidenciados pelas empresas (HENDRIKSEN, 1969, p. 18).

Segundo Orem (1999), no mundo onde paradigmas tais como pensar globalmente e agir localmente são assumidos como desafios estratégicos, nada mais adequado do que encontrar na responsabilidade social a solução que satisfaz os anseios da comunidade, ao mesmo tempo em que agrega valor à corporação. Enquanto a globalização tem sido entendida como sinônimo de competitividade, é ela também que está gerando essa nova empresa que pratica a responsabilidade social como instrumento estratégico, resgatando o caráter eminentemente humanitário da gestão.

A responsabilidade social é a demonstração da preocupação da empresa em participar de forma ativa nos programas sociais voltados para o bem-estar da comunidade onde está inserida e na sociedade em geral. Ela vem ganhando uma importância muito grande nos principais centros de economia mundial. Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, são desenvolvidos grandes fundos de investimento formados por empresas socialmente responsáveis.

Atenta às contínuas mudanças no panorama político e sócio econômico, a empresa moderna, há décadas, vem sendo palco de diversas experimentações em seu modelo de gestão, e as aplicações de instrumentos estratégicos. Depois da reengenharia, de programas de qualidade, *down-sizings* e de outras ferramentas menos conhecidas, o mundo empresarial deu-se conta de que não há modelo pronto e de que qualquer um que venha a ser adotado não é permanente. Afinal, é essa a grande lição da sociedade da comunicação: tudo muda a todo instante.

Sensível a esse cenário de mudanças constantes e à intensificação da comunicação mundial, o mundo corporativo assume uma condição onde é questão de sobrevivência a identificação de fontes de estímulo à criatividade e à formação de novas lideranças. Essas fontes inspiradoras devem ser capazes de proporcionar ao ambiente corporativo um influxo permanente de novas idéias que, submetidas aos objetivos maiores da empresa, serão capazes de se traduzir em melhores condições de trabalho, melhor gestão e, em última instância, melhores produtos a preços mais competitivos.

Como conseqüência natural da evolução da empresa num mundo onde a comunicação é valor e os efeitos da globalização pesam sobre a administração, ao mesmo tempo em que a impulsionam para a transformação sistemática, surge a responsabilidade social empresarial como novo fator de desenvolvimento corporativo.

O que essas empresas têm feito é colocar à disposição da sociedade toda a sua tecnologia de gestão, recursos e cultura em favor de uma sociedade carente de oportunidades. A empresa considerada socialmente responsável é aquela que consegue criar métodos, planos e incentivos para que, interna e externamente, seja identificada como uma empresa cidadã. Esse planejamento, socialmente responsável gera benefícios tanto para ela como para a sociedade. A empresa criará, perante a sociedade em geral, uma imagem responsável e solidária, podendo obter excelentes resultados. A sociedade, através dos projetos sociais desenvolvidos pelas empresas, terá oportunidade de suprir necessidades e deficiências que, sem essa ajuda valiosa, não seria possível.

A consciência crescente dos problemas do Brasil, sobretudo da flagrante injustiça social, geradora do quadro vergonhoso de miséria em que ainda vive grande parte da população, levou ao fortalecimento da temática estritamente social. Saúde e educação têm sido as mais contempladas.

É interessante observar que, na educação programas de educação complementar – como o Acelera Brasil, desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna – têm recebido maior atenção do que os de educação fundamental e as iniciativas voltadas para pensar a relação entre escola e sociedade. Ou seja, de certa forma, é como se a maior parte dos projetos desenvolvidos pelo terceiro setor repetisse práticas do primeiro e do segundo, deixando de perceber a real necessidade de investimento.

Por um lado, seguem conceitos estruturais do Estado, colocando em departamentos estanques o que poderia merecer tratamento intersetorial, prática que, embora propalada pelo primeiro setor, apenas lentamente se estabelece em programas interministeriais, por problemas tanto políticos como burocráticos. Por exemplo, ainda não se conseguiu pensar uma lei Rouanet¹⁸ para o campo social.

Por outro lado, sendo limitados os recursos financeiros, estabelecem-se práticas próprias do mercado entre instituições e indivíduos parceiros ou prestadores de serviços, em particular no que se refere à concorrência – prática que, em princípio, não deveria ser encontrada em trabalhos voltados para a solidariedade.

O conceito histórico e a abrangência da responsabilidade social das empresas podem ser divididos em três estágios. No primeiro, a responsabilidade social é voltada para questões básicas patronais e outros benefícios a funcionários e dependentes. O segundo estágio é dirigido a questões externas à empresa, abrangendo os consumidores e a comunidade em questões relativas a meio ambiente, qualidade dos produtos, etc. No exercício da gestão social, ou seja, o terceiro estágio, as ações empresariais abarcam a sociedade como um todo. As empresas atuam de forma efetiva no desenvolvimento de projetos sociais.

Segundo Melo Neto, os três estágios seriam: o exercício da gestão social interna; o exercício da gestão social externa e o exercício da gestão social cidadã (MELO NETO, 2001, p. 80-81). Carroll (1999) define a responsabilidade social empresarial de forma mais abrangente, sugerindo que, além das responsabilidades básicas empresariais, a mesma compreenderia ações que extrapolam a geração de lucros e os aspectos legais.

No entendimento de Borges (2001), a responsabilidade social empresarial divide-se em dois aspectos comportamentais das empresas: o comportamento empresarial em resposta ao mercado e as restrições legais como obrigações sociais. Para o autor, a responsabilidade social abrange ações que vão além desses aspectos.

¹⁸ Lei nº. 8.313/91 que permite que os projetos aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) recebam patrocínios e doações de empresas e pessoas, que poderão abater, ainda que parcialmente, os benefícios concedidos no Imposto de Renda devido. (Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/projs/projsb.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2008).

A conceituação de responsabilidade social empresarial elaborada pelos diversos autores abordados dimensiona ações de caráter legal da constituição das empresas e os compromissos assumidos com seus diversos públicos.

As ações sociais implementadas por essa responsabilidade social têm pouca abrangência na resolução dos problemas da sociedade como um todo, no máximo, beneficia as comunidades adjacentes à empresa.

Levando em consideração que as ações divulgadas pelo meio empresarial podem traduzir atos de cunho essencial na execução do objetivo fundamental da empresa, é importante tentar dimensionar e entender o real papel das empresas na sociedade e, por consequência, mensurar sua motivação para ser socialmente responsável.

2.3 O PAPEL DAS EMPRESAS E SUA MOTIVAÇÃO PARA O COMPORTAMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

Na sociedade das últimas décadas, a idéia de que as empresas não deveriam envolver-se na questão social era tida como verdade. Seu papel primordial era gerar e maximizar lucros para seus acionistas. O atendimento das demandas sociais e a criação de projetos sociais ficariam a cargo do Estado.

Ultimamente um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm uma responsabilidade social além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Este ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter e da natureza de uma economia livre. Em tal economia só há uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude. (FRIEDMAN, 1985, p. 23).

A organização social é dividida pelos economistas neoclássicos em grandes áreas funcionais, cada uma delas com sua função: a função política é incumbência das organizações políticas; a função social é competência do governo e a função econômica pertence às empresas, competindo a elas a maximização do lucro e o desenvolvimento do negócio.

No entendimento de Borges (2001), as empresas têm o dever de avaliar as conseqüências e os reflexos de suas decisões, procurando com isso agregar benefícios à sociedade além da desejada maximização dos lucros.

O papel das empresas na sociedade vem sofrendo profundas alterações. Nas últimas décadas, a idéia de que elas são simples geradoras de lucros para seus acionistas está defasada. Atualmente, a sociedade espera que as empresas, além de seu objetivo primordial, desempenhem suas atividades de maneira que revertam em benefícios para todos (LETTIERI, 2004).

Segundo o Instituto ETHOS (2002), as empresas são apresentadas como “importantes agentes de desenvolvimento econômico e de avanço tecnológico”, sendo capazes de influenciar e modificar o meio em que atuam. Para essa organização, é fundamental que exista uma consciência global que possibilite engajar todos no processo de desenvolvimento, estabelecendo como meta a preservação do meio ambiente, o patrimônio cultural, a promoção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade economicamente próspera e socialmente justa.

Na verdade, o que se percebe é que investir em ações socialmente responsáveis reverte em significativos ganhos para os empresários, mas não só para eles, pois melhora a qualidade de vida da comunidade, desenvolve a economia, faz crescer a sociedade, aumenta a qualidade do ensino, dentre outros benefícios. “Isso tudo sem que seja necessário identificar o real motivo pelo qual o investimento está sendo feito, visto que muitas vezes a motivação pode ser ética, mas implica valores tão relevantes que fica praticamente impossível detectarem o real motivo.” (GOMES, 2004, p. 45).

Para Gomes (2004), a real motivação dos empresários para realizarem ações sociais pode ser ética, seguida de interesse – no caso de empresários nobres –, e, outras vezes, o interesse é, realmente, a motivação principal, não deixando, entretanto, de transformar em uma atitude ética a ação social, haja vista que, para ter o real e pleno reconhecimento por parte da sociedade e por parte das outras partes envolvidas, as ações também devem ser reais. “Nesse contexto, é relevante ressaltar a presença das empresas como importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico, pois são possuidoras de grande capacidade de criação e de geração de recursos.” (GOMES, 2004, p. 47).

A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e aos compromissos éticos da empresa fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

Já é consenso a tese de que as empresas que quiserem crescer, ser lucrativas e ter sucesso no longo prazo precisam incorporar em suas práticas cotidianas a qualidade ética nas relações com seus diversos públicos. Nessa perspectiva, a responsabilidade social das empresas ultrapassa a geração de empregos, o pagamento de impostos, a implementação de ações filantrópicas isoladas – muitas vezes paliativas, mas, ainda assim, importantes em uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade e que privilegia o capital em detrimento da dignidade humana.

A prática de ações de responsabilidade social por parte das empresas não implica o desvio de seus objetivos econômicos, mas, sim, ações que vão além de seu papel primordial e da prestação de contas, à sociedade, dos insumos e da mão-de-obra fornecidos pela mesma. Para que a publicidade dessas ações seja mais efetiva e de fácil entendimento por parte do público-alvo, foi elaborado um relatório denominado Balanço Social, no qual são mencionados todos os valores gastos com as ações sociais implementadas pelas organizações.

O Balanço Social serve como orientação para que se proceda a análise das contas apresentadas por uma instituição do ramo financeiro, cujo relatório será demonstrado no próximo capítulo, tendo como base os conceitos de responsabilidade social e compromisso empresarial.

3 AS ARMADILHAS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS SOB A COBERTURA DO COMPROMISSO SOCIAL EMPRESARIAL

No primeiro capítulo desta tese, procurou-se discorrer sobre as diversas escolas do pensamento econômico e o papel do Estado em cada momento histórico da sociedade, bem como sobre a realidade brasileira no século XX. Essa análise fez-se necessária para tentar-se abstrair dos diversos momentos apresentados acerca do papel do Estado no aspecto social aquele que melhor atende à idéia de responsabilidade defendida por esse autor.

No segundo capítulo, abordou-se o surgimento e o desenvolvimento do conceito de responsabilidade social empresarial através da literatura disponível sobre o tema, procurando-se, com base na análise realizada, obter subsídios para, no caso prático, através da revisão do Balanço Social, verificar se as ações publicadas retratam a responsabilidade ou o compromisso empresarial.

Neste capítulo, aliando a teoria à prática, procura-se demonstrar que muitas ações divulgadas pelas empresas como de responsabilidade social empresarial nada mais são, em realidade, do que a expressão do compromisso empresarial. Para isso, tendo como base a revisão bibliográfica realizada no capítulo anterior, que define a responsabilidade social, tecem-se comentários sobre o entendimento do conceito de compromisso empresarial. Após, analisa-se a metodologia para a confecção utilizada nos modelos de Balanço Social, procurando-se dimensionar sua real aplicabilidade. Na seqüência, apresenta-se o Balanço Social, modelo IBASE, publicado por uma instituição do ramo financeiro, confrontando os dados informados com a legislação pertinente a cada item do referido relatório.

3.1 COMPROMISSO SOCIAL EMPRESARIAL

A idéia que se pretende demonstrar é que a grande maioria das ações publicadas como de responsabilidade social empresarial é, na realidade, conseqüência do compromisso assumido pelas organizações. Mas, para que se diferenciem essas ações das de responsabilidade social, faz-se necessário conceituar o compromisso empresarial social. Esse é um conceito não disponível na literatura, pois os autores entendem que essas ações são a expressão da responsabilidade social das empresas.

A leitura e a revisão desses conceitos fizeram com que a idéia do autor ganhasse consistência, evidenciando que o que é praticado e divulgado pelas empresas é o retrato do compromisso das organizações. O compromisso empresarial é o cumprimento das obrigações básicas de uma empresa com seus diversos públicos. A constituição de uma empresa nada mais é do que uma promessa, ou um acordo tácito, que a mesma faz à sociedade onde está inserida de que exercerá suas atividades honrando os compromissos com seus funcionários, financiadores, acionistas, com o Governo e com a sociedade. A sociedade, por sua vez, tende a consumir produtos oriundos de empresas transparentes em seus negócios e transações.

O público interno de uma empresa é constituído por seus funcionários e dependentes e por seus acionistas. Em troca de seu trabalho, os funcionários esperam receber um salário digno, com o qual possam suprir suas necessidades básicas e as de sua família. Além do salário direto, adicionam-se os benefícios que não podem ser convertidos em pecúnia. Podem-se citar os planos de saúde, o vale-alimentação e o vale-rancho, o auxílio-educação, o vale-transporte e os planos de aposentadoria e pensão, bem como os encargos trabalhistas, o fundo de garantia e o recolhimento do INSS.

A remuneração do trabalho compreende todas as despesas efetuadas pelos empregadores a seus empregados em contrapartida ao trabalho realizado no período, compreendendo pagamentos diretos aos assalariados, encargos sociais a cargo do empregador e outras vantagens dadas aos assalariados sob a forma de fornecimento de bens e serviços gratuitos. (DE LUCA, 1998, p. 69).

A remuneração do capital, ou seja, seu compromisso com acionistas e financiadores, ocorre mediante o pagamento de dividendos, juros e aluguéis. Quando da constituição de uma empresa, os detentores do capital investem seus ativos para a obtenção de lucros através das atividades desenvolvidas pela mesma. É compromisso da empresa com seus investidores o ressarcimento do capital investido e o conseqüente pagamento da parcela dos lucros auferidos.

Os dividendos e outros rendimentos distribuídos pelas empresas representam todas as rendas que as empresas, em vista dos resultados de sua atividade, decidem distribuir, sob a forma de dividendos e outros rendimentos, aos detentores do seu capital (os acionistas). (DE LUCA, 1998, p.70).

O Governo faz parte do público externo de uma empresa, ou seja, ela deve honrar seus compromissos com o mesmo através do pagamento de taxas e impostos. Segundo De Luca

(1998), o valor dos impostos e das taxas pagos ao Governo seria uma forma de pagamento das condições propícias oferecidas pelo mesmo ao desenvolvimento empresarial. As empresas teriam maior chance de sucesso em seus negócios ao trabalharem em uma sociedade com infra-estrutura política, social e econômica. São exemplos de impostos: impostos sobre as vendas – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto Sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Nesse contexto, o desempenho social empresarial adquire dois significados que, na prática, se confundem: o compromisso¹⁹ social empresarial e a responsabilidade²⁰ social das empresas. Levando em consideração que as ações de cunho social executadas pelas empresas e divulgadas como de responsabilidade social empresarial têm como objetivo primordial o desenvolvimento do negócio e o aumento dos índices de lucro, pode-se afirmar que ela está divulgando para a sociedade os resultados de seu compromisso social empresarial. É imprescindível que as empresas, para manterem sua saúde financeira, tentem implementar estratégias que lhes possibilitem construir bases sólidas em seu nicho mercadológico. Para tanto, quando, na década de 90 do século passado, o Sociólogo Herbert de Souza, através do IBASE, lançou a idéia da publicação do Balanço Social, o empresariado vislumbrou a oportunidade de transformar em propaganda gratuita medidas que já vinham sendo adotadas e que beneficiavam uma parcela muito restrita da sociedade.

Exemplificando o acima exposto, citam-se grandes empresas calçadistas do RS que mantêm conjuntos residenciais para seus funcionários em locais próximos das fábricas e dos escritórios. Essa medida beneficia a ambos, pois os funcionários estão próximos das suas sedes de trabalho, gastando, com isso, menos tempo de locomoção, e, por conseguinte, a empresa é beneficiada, pois há uma redução das faltas e de atrasos. A comunidade onde está

¹⁹ Obrigação ou promessa mais ou menos solene; acordo entre litigantes pelo qual se sujeita a arbitragem à decisão de um pleito; promessa de trato a ser cumprido; obrigação de caráter social. Dicionário Michaelis (Disponível em: <<http://www.michaelis.com.br>>. Acesso em: 18 fev. 2008).

²⁰ Situação de um agente consciente com relação aos atos que ele pratica voluntariamente. Obrigação de reparar o mal que causou a outros. Dicionário Michaelis. (Disponível em: <<http://www.michaelis.com.br>>. Acesso em: 18 fev. 2008).

inserido o conjunto residencial também vem a ser beneficiada, pois esses funcionários consumirão produtos e serviços da região. No entanto, essa ação não caracteriza a responsabilidade social empresarial, mas sim, o compromisso empresarial social, pois essa medida está revestida de intenções benéficas à empresa e não atingem a sociedade em geral.

Mas levando em consideração que a totalidade de ações divulgadas pelas empresas pode ser considerada como de compromisso social empresarial, pode-se concluir que apenas aquelas que não revertem em prol da lucratividade e do *marketing* institucional são entendidas como de responsabilidade social empresarial. Essas ações requerem uma mudança de valores do empresariado que possibilite projetos mais efetivos em prol de toda a sociedade, que vise promover o encaminhamento de soluções para os problemas sociais que estão aquém dos interesses da empresa e da legislação local. Tais ações devem ser embasadas em um “novo modelo de desenvolvimento” (MELO NETO, 2001 p. 4), cujo objetivo principal seja a promoção do bem-estar, e o atendimento das demandas sociais e a construção de um desenvolvimento sustentado, comunitário e integrado, onde haja ênfase na comunidade e na capacitação do ser humano, tornando-o independente e auto-suficiente. O desenvolvimento integrado dá-se por força da união e da rede de cooperação de agentes públicos e privados.

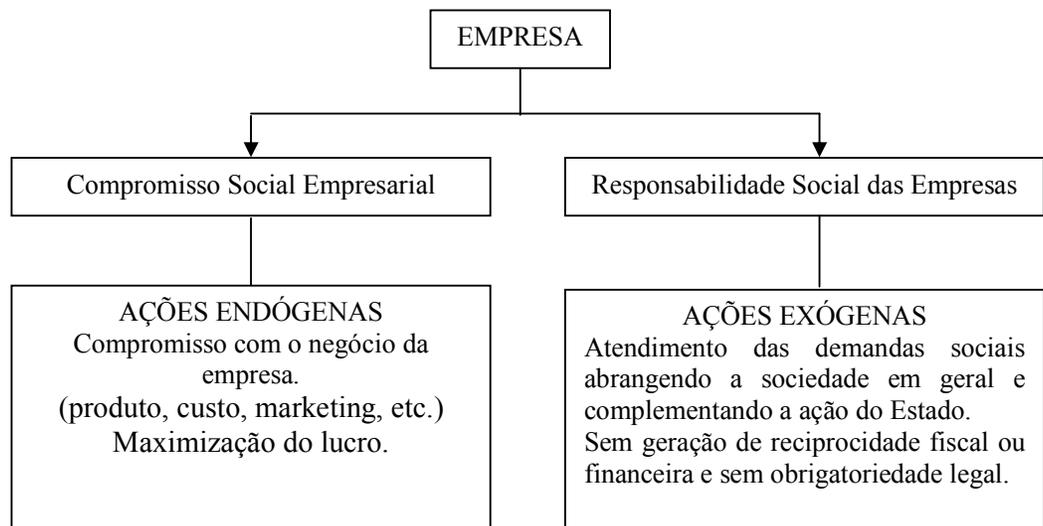
Analisando a Figura 2, constata-se que o compromisso social empresarial se refere às ações endógenas e tem como objetivo o aprimoramento da eficácia dos negócios empresariais; é a capacidade da empresa de demonstrar à sociedade em geral uma boa reputação, com o intuito de aumentar sua viabilidade. A responsabilidade social empresarial diz respeito às ações exógenas e tem como objetivo o atendimento de demandas sociais que, na regra geral, não devem ser fundamentadas em reciprocidade fiscal e abrangem a sociedade como um todo e não apenas uma parcela.

A Figura 2 resume a conclusão dessa análise, ou seja, a de que se considera como compromisso empresarial todas as ações voltadas, de alguma forma, para o objetivo da empresa e que dêem algum tipo de retorno à mesma e como responsabilidade social todas as que reflitam a preocupação para com a sociedade em geral no que concerne ao atendimento das demandas sociais, não havendo nenhum tipo de retorno financeiro e/ou fiscal.

Nesse esquema, as ações da empresa que, de algum modo, refletem a obrigatoriedade legal, bem como o cuidado com o negócio objetivo da mesma, são consideradas como de

compromisso social empresarial. Além disso, há ainda, a questão da abrangência da ação. O compromisso empresarial gera ações cujos resultados beneficiam uma comunidade específica. Já as ações de responsabilidade social são aquelas que não incutem nenhum benefício financeiro, legal e/ou fiscal, cuja ação atende a uma demanda social, e seu benefício estende-se à sociedade em geral, complementando a ação do Estado.

FIGURA 2
Compromisso empresarial *versus* responsabilidade social



FONTE: Elaborada pelo autor.

Nessa mesma linha de raciocínio, Melo Neto (2001) faz uma diferenciação conceitual de empreendedorismo social e empreendedorismo, ou seja, o primeiro não produz bens e serviços, mas solução para os problemas sociais e sua aplicação visa a comunidades carentes. Essa diferenciação serve como base para uma análise dos conceitos de compromisso empresarial e responsabilidade social. Por analogia, o compromisso social empresarial é o empreendedorismo puro e simples, ou seja, as empresas buscam identificar oportunidades onde possam aliar o desenvolvimento e o lucro, podendo resultar em benefícios sociais. Já as ações de responsabilidade social correspondem às idéias do empreendedorismo social, onde as empresas atuam na busca de soluções das demandas sociais. Tais ações vão além das atividades primordiais da empresa e além do seu compromisso social empresarial.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Para a realização desta tese foi utilizado o método científico dialético crítico, que consiste em realizar uma análise crítica da realidade com o objetivo de conhecê-la, e também, de transformá-la. A pesquisa é de característica qualitativa, pois, trabalha com descrições, comparações e interpretações.

Para obter os dados necessários ao desenvolvimento desta tese, foi realizada uma pesquisa exploratória a partir de publicação do balanço social e demonstrativo do valor adicionado de empresa da área financeira. A avaliação das informações sociais publicadas foi realizada através da análise documental estruturada, a partir de um roteiro de itens e da observação dos relatórios da empresa. Os itens que foram utilizados na diferenciação de compromisso social e responsabilidade social foram definidos pela categorização provinda da revisão teórica e teve como finalidade compilar e agregar novas informações ao estudo.

Neste capítulo realiza-se um estudo de caso, onde são analisados e testados os diversos itens do balanço social publicado por uma empresa escolhida com base no tamanho, na abrangência e no volume de riqueza gerado. Estudo de caso que consiste em um método de abordagem que realiza um estudo aprofundado de um objeto, que permita o conhecimento detalhado do mesmo. Essa análise tem como embasamento os conceitos de compromisso empresarial e responsabilidade social empresarial definidos através de um esquema elaborado pelo autor. Através do estudo e da análise realizados no segundo capítulo, onde foram citados diversos autores que conceituam responsabilidade social, e pelo entendimento do autor desta tese acerca do compromisso empresarial, obteve-se a base para elaborar os parâmetros constantes na Figura 2.

A fim de informar e embasar teoricamente o estudo prático a ser desenvolvido, aborda-se a metodologia de confecção dos modelos de balanço social mais utilizados no Brasil, ou seja, os sugeridos pelos institutos IBASE e ETHOS, procurando citar que tipo de ação poderá ser mencionada em cada item desses relatórios.

Realiza-se um teste que avalia se as ações divulgadas pela empresa podem ser consideradas como de responsabilidade social ou se expressam apenas seu compromisso empresarial. Os parâmetros de avaliação utilizados nesse teste são os seguintes: obrigatoriedade legal, retorno financeiro, retorno fiscal, se é uma demanda social, sua abrangência na sociedade e a possibilidade de vir a complementar as ações do Estado.

Para essa avaliação, criou-se o Quadro 1, onde constam algumas perguntas a serem respondidas de forma afirmativa, ou não, após a análise do material teórico disponível. Procede-se a uma análise de cada ação informada no balanço social publicado pela empresa, tendo como base o Quadro 1.

QUADRO 1
Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		
Gera retorno financeiro?		
Gera retorno fiscal?		
Abrange a sociedade em geral?		
É uma demanda social?		
Complementa a ação do Estado?		
Essa ação pode ser considerada como:	<input type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

A criação dos parâmetros de avaliação definidos para o estudo de caso teve como base a literatura constante no primeiro e no segundo capítulo. O Estado e sua atuação na sociedade e no mercado durante as diversas escolas de pensamento econômico foram contemplados no primeiro capítulo e serviram como embasamento teórico para as questões legais e financeiras.

O Estado, em sua função legisladora, cria as leis que devem servir de orientação para a vida das pessoas e das empresas. Estas últimas buscam nas leis amparo para a realização de suas transações comerciais e também possíveis incentivos financeiros e fiscais, quando realizam alguma ação de cunho social.

O item “Possui obrigatoriedade legal” foi definido após a pesquisa realizada na legislação pertinente a cada assunto constante no Balanço Social, verificando-se que, muitas das suas ações eram previstas e faziam parte das obrigações da empresa para com seu público. Podem-se citar como exemplo o Programa de Integração Social (PIS), o Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujo recolhimento aos cofres do Estado é uma obrigação empresarial prevista por lei e cujo descumprimento pode acarretar multas para a empresa.

A importância de definir-se se a ação gera algum tipo de retorno financeiro, segundo item do Quadro 1, foi levantada pela premissa defendida nesta tese de que as ações de responsabilidade social não produzem nenhum lucro para a empresa que a realiza. Para exemplificar, todas as ações realizadas para beneficiar o corpo funcional da empresa trazem, de alguma forma, retorno financeiro para a mesma, pois empregados que têm suas necessidades satisfeitas, a princípio, executam suas tarefas com melhor desempenho, gerando uma maior produtividade.

Tendo como base a ação estatal no âmbito legal, contemplado no Capítulo 1 desta tese, questiona-se o retorno fiscal originado das ações executadas pelas empresas e tidas como de responsabilidade social. O Estado, procurando obter parcerias para captar maiores recursos financeiros, a fim de executar suas políticas sociais, contemplou as empresas com algumas isenções fiscais, quando da realização de uma ação social. A necessidade de avaliar a ação informada pela empresa no aspecto fiscal decorre do fato de que a mesma a classifica como de responsabilidade social, quando está, de certa forma, “sendo paga” pelo Estado para atuar socialmente.

A maioria dos valores investidos pelas empresas no aspecto social gera de alguma forma, reciprocidade fiscal, pois, quando não há incentivo governamental, pode haver dedução do Imposto de Renda devido à Receita Federal.

Os parâmetros de cunho social do teste a ser realizado estão amparados nos conceitos de compromisso empresarial e responsabilidade social empresarial. O histórico, a evolução e o conceito de responsabilidade social empresarial foram objetos de estudo no Capítulo 2 desta tese. Através da conceituação desse termo por diversos autores, foi possível estabelecer-se o significado ideal de uma ação de responsabilidade social, que pode ser retratada em esquema elaborado pelo autor, servindo como parâmetro de análise das ações de cunho social. Já o compromisso empresarial está sendo colocado como um termo novo e que melhor identifica as ações publicadas, via Balanço Social, pelas empresas.

O primeiro parâmetro de cunho social questiona a abrangência da ação empresarial na sociedade. Mesmo beneficiando alguma comunidade específica, as ações realizadas pelas empresas não têm o poder de contribuir de uma forma efetiva para a resolução dos problemas da sociedade em geral. O embasamento teórico do questionamento sobre a abrangência da ação na sociedade está contemplado no conceito de responsabilidade social, no qual, conforme se defende nesta tese, estão presentes ações que beneficiam a sociedade em geral e não apenas uma pequena parcela dela.

Outro quesito importante a ser analisado, por isso constante no Quadro 1, é se a ação retrata uma demanda social, ou não, pois, para ajudar na solução dos problemas da sociedade, a empresa deve destinar seus recursos para projetos mais amplos e que visem auxiliar na sua implementação. Verificar se a ação retrata, ou não, uma demanda social é um fato que ocorre através da observação da atual realidade da sociedade brasileira, ou seja, quais os seus problemas mais prementes e visíveis. Atualmente, ela possui demandas em quase todas as áreas econômicas e sociais. Exemplificando, existem demandas por mais trabalho, por mais e melhor saúde para o povo em geral, por salários mais justos, aumentando, assim, o poder aquisitivo social, por educação gratuita e extensiva a todos, retirando as crianças e os adolescentes das ruas, por garantia de alimentação para todos, etc.

A responsabilidade social empresarial vem sendo citada por alguns sociólogos como uma possível saída para os problemas enfrentados pela sociedade brasileira, inclusive mencionando que as ações oriundas dessa prática podem fazer com que o mercado venha a substituir o Estado no atendimento das demandas sociais. No entanto, tendo em vista o papel atribuído pela sociedade ao Estado, o mesmo deve desempenhar o papel de fiscalizador, regulador e articulador entre ela e o mercado; as ações empresariais não conseguem substituir a máquina estatal na implementação das soluções para essas demandas. Essas ações podem agir de forma complementar ao Estado. Para avaliar esse quesito, é necessário vislumbrar o que o Estado vem realizando em cada item e verificar se a ação da empresa pode ajudar de alguma forma a implementação do projeto social em questão.

Como resultado final do teste, para se caracterizar uma ação de compromisso empresarial, é necessário que se obtenha, pelo menos, uma resposta afirmativa nas três primeiras questões e pelo menos uma resposta negativa nas três últimas. Para que se tenha uma ação de responsabilidade social empresarial, as respostas às três primeiras perguntas

deverão ser negativas, e as das três últimas, afirmativas. Ou seja, ela não deve ter obrigatoriedade legal, não deve gerar retorno financeiro e/ou fiscal, deve ter uma maior abrangência na sociedade, pode ser entendida como uma demanda social e considerada complementar às iniciativas do Estado.

3.3 ESTRUTURA E MODELOS DE BALANÇO SOCIAL VIGENTES NO BRASIL

Após o movimento liderado pelo Sociólogo Herbert de Souza, conclamando as empresas a publicarem, via Balanço Social, ações realizadas no âmbito social, criou-se um entendimento de que essas organizações passariam a contar com um melhor conceito perante a sociedade e seus consumidores.

A origem do Balanço Social no Brasil reporta-se a década de 70 do século passado, quando, segundo Martins (1999), há menção ao assunto, no Decálogo do Empresário Cristão, elaborado pela Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas.

O Balanço Social é considerado o porta-voz da responsabilidade social empresarial, uma vez que relaciona todas as ações sociais realizadas pelas organizações. Conforme o Projeto de Lei nº. 3.116, de 14 de maio de 1997, apresentado pelas Deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria Conceição Tavares, as principais informações que devem fazer parte desse relatório são faturamento bruto, lucro operacional e folha de pagamento bruta da empresa, número de empregados no início e no final do período, impostos pagos, alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança no trabalho, educação, participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados, outros benefícios que tenham sido proporcionados ao corpo funcional; contribuições para a sociedade e investimentos realizados em meio ambiente.

Para possibilitar o real entendimento do que vem a ser o balanço social, diversos autores conceituaram esse relatório de acordo com seu entendimento. É interessante mencionarem-se alguns conceitos, para, depois, analisarem-se as informações que devem constar no mesmo.

Teixeira (1998) menciona que o Balanço Social é um instrumento à disposição do empresário para conhecer melhor a empresa no campo social.

Tinoco (1984) conceitua o Balanço Social como sendo um instrumento de gestão e de informação que visa mostrar, da forma mais transparente possível, as informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários da informação, dentre eles usuários e trabalhadores.

De Luca (1998) define essa demonstração como um instrumento de medida que permite avaliar a situação da empresa no campo social, registrar suas realizações efetuadas nessa área e, principalmente, avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

Para Kroetz (2000), o Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências favoráveis e desfavoráveis recebidas e transmitidas pelas entidades na promoção humana, social e ecológica.

Perottoni e Cunha (1997) entendem que o Balanço Social é um conjunto de informações econômicas e sociais que tem como objetivo divulgar o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.

Sá (1999) classifica o Balanço Social como uma peça que se produz visando refletir a destinação de riqueza em favor de terceiros, sob o prisma de uma utilidade que transcende os limites da empresa.

Ribeiro e Lisboa (1999) dizem que o Balanço Social se traduz em vários instrumentos necessários para a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos, envolvendo a demonstração da interação da empresa com os elementos que o cercam, ou que contribuem para sua existência.

Já Frey e Bitarello (1999) colocam o Balanço Social como um instrumento utilizado para atender às necessidades de informação dos usuários da contabilidade no campo social. Para os autores, o Balanço Social deve ter seu foco na missão da empresa, isto é, na sua responsabilidade maior de agregar valor à sociedade, através do aumento de seu patrimônio,

da oferta de empregos, do desenvolvimento tecnológico, da capacitação empresarial, da qualificação dos trabalhadores e, acima de tudo, da promoção do homem como sujeito do trabalho.

Após se apresentar o entendimento dos autores sobre o Balanço Social, constata-se que todos são unânimes em afirmar que esse relatório procura tornar transparente as ações sociais realizadas pelas empresas, sendo considerado expressão da responsabilidade social empresarial.

Analisando as informações que devem ser prestadas no balanço social, depara-se com ações que fazem parte do compromisso da empresa para com seu objetivo primordial, ou seja, as que expressam o cumprimento das leis a que a empresa está obrigada na execução de suas atividades.

É importante não só conceituar esse relatório social, mas também entender a metodologia utilizada na confecção do mesmo, quais as informações a serem consideradas e qual a relevância das mesmas à sociedade em geral.

3.3.1 Metodologia de Cálculo do Modelo IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas criado em 1981, com o intuito de auxiliar na construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã elaborou um modelo de balanço social como sugestão para as empresas dos diversos segmentos mercadológicos.

O Balanço Social de uma empresa é composto por diversos tipos de informações a serem prestadas à comunidade, ou seja, relativas ao seu faturamento e ao seu consequente resultado, aos valores gastos com impostos, à folha de pagamento, incluindo benefícios oferecidos ao corpo funcional, aos investimentos realizados em aspectos inerentes à sociedade em geral, aos valores gastos com o meio ambiente e à posição da empresa quanto à contratação de empregados amparados por legislação específica.

Com o intuito de melhor visualização do exposto na página anterior, faz-se necessário apresentar o modelo do balanço social sugerido pelo IBASE, para o exercício de 2006, que é o ano-base do balanço social da empresa analisada nesse capítulo.

QUADRO 2

Modelo do Balanço Social do IBASE

Balanço Social Anual / 2006



Empresa:

1 - Base de Cálculo		2006 Valor (Mil reais)		
Receita Líquida (RL)				
Resultado operacional (RO)				
Folha de pagamento bruta (FPB)				
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação				
Encargos sociais compulsórios				
Previdência privada				
Saúde				
Segurança e saúde no trabalho				
Educação				
Cultura				
Capacitação e desenvolvimento profissional				
Creches ou auxílio-creche				
Participação nos lucros ou resultados				
Outros				
Total - Indicadores sociais internos				
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação				
Cultura				
Saúde e saneamento				
Esporte				
Combate à fome e segurança alimentar				
Outros				
Total das contribuições para a sociedade				
Tributos (excluídos encargos sociais)				
Total - Indicadores sociais externos				
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa				
Investimentos em programas e/ou projetos externos				
Total dos investimentos em meio ambiente				
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2006		
Nº de empregados(as) ao final do período				
Nº de admissões durante o período				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)				
Nº de estagiários(as)				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos				
Nº de mulheres que trabalham na empresa				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais				

(continua na próxima página)

(continuação do Quadro 2 da página anterior)

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			
Número total de acidentes de trabalho			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____% governo	_____% colaboradores(as)	_____% terceiros
7 - Outras Informações	_____% acionistas	_____% retido	

FONTE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008).

A estrutura do Balanço Social do IBASE apresenta contas que já fazem parte de outros demonstrativos contábeis, ou seja, os indicadores sociais internos são informações já contempladas no balanço patrimonial da instituição. A questão é por que as empresas colocam nele valores gastos com seu público interno, quando, na realidade, eles expressam gastos necessários ao bom andamento das atividades empresariais. Não há mérito social em divulgar esses dados.

Quanto à publicação dos itens constantes na base de cálculo, é importante ser divulgado ao público o valor auferido pela organização em seus negócios, pois, assim, a sociedade pode ter idéia do percentual do montante faturado investido no social.

Quanto as demais informações publicadas, é importante dar à sociedade o posicionamento da organização em relação ao atendimento das demandas sociais.

3.3.1.1 Base de Cálculo

A base de cálculo informada no Balanço Social refere-se a valores sobre os quais se baseiam os montantes informados como tendo sido investidos em aspectos sociais internos e externos à empresa. Esses valores são compostos pela receita líquida, pelo resultado operacional e a pela folha de pagamento bruta.

O resultado operacional da empresa e a receita líquida – que constituem informação do Balanço Social – estão expressos na Demonstração do Resultado do Exercício, instrumento contábil que deve ser elaborado ao final de cada ano, contendo o resultado alcançado pela instituição em suas atividades.

a) Receita líquida

A receita líquida é considerada a diferença entre a receita bruta de vendas ou serviços – também chamada de receita operacional bruta –, a devolução de vendas, os descontos comerciais e os impostos incidentes sobre as transações comerciais da empresa. Os valores decorrentes das atividades-fim das instituições constituem as receitas brutas de vendas ou serviços, dependendo do segmento mercadológico onde as mesmas estejam inseridas. Mas, desse resultado, ainda deve ser abatido o valor referente a possíveis devoluções de vendas,

descontos comerciais que tenham sido fornecidos aos seus clientes e o montante recolhido aos cofres do Governo a título de impostos incidentes sobre as operações comerciais. Esses impostos são o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Programa de Integração Social e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para melhor se visualizar o acima exposto, exemplifica-se o cálculo que deve ser realizado para o conhecimento da receita líquida de um período.

Receita bruta de vendas e serviços

(-) Devoluções de vendas

(-) Descontos comerciais

(-) Impostos incidentes sobre as vendas

(=) Receita líquida

Após o levantamento da receita líquida, ou receita operacional líquida, faz-se necessário apurar todos os custos e as despesas operacionais que a empresa contabilizou no exercício de suas atividades comerciais, para se definir o resultado operacional da mesma.

b) Resultado operacional

O resultado operacional pode expressar o lucro ou o prejuízo auferido pela empresa no processo de suas vendas, em um exercício. Esse resultado é expresso na diferença entre o resultado operacional bruto, ou seja, a receita operacional líquida menos o custo da mercadoria vendida, e as despesas operacionais que constituem os gastos realizados que não estejam diretamente ligados à fabricação do produto, mas sim, à estrutura de vendas utilizada para a comercialização. É relevante demonstrar como esse cálculo é realizado para que se tenha a exata dimensão do que esse valor informado no Balanço Social demonstra.

Receita líquida

(-) Custo da mercadoria vendida e/ou custo do serviço prestado

(=) Resultado operacional bruto

(-) Despesas operacionais

- Despesas com vendas

- Despesas financeiras

- Despesas gerais e administrativas

- Outras despesas operacionais

(=) Resultado operacional

Os valores da receita líquida e do resultado operacional informados pela empresa no balanço social possibilitam demonstrar à sociedade os resultados apurados pela mesma no período em pauta, tornando transparente o quanto faturaram em suas atividades comerciais e o possível lucro ou prejuízo que foi contabilizado.

c) Folha de pagamento bruta

O valor total da folha de pagamento bruta, ou seja, o total da remuneração a ser paga ao corpo funcional da empresa no período, antes de realizar os devidos descontos, é o valor composto pelo somatório de remuneração – estando incluídos os valores de salários, comissões e abonos –, 13º salário, férias e encargos sociais obrigatórios, como INSS, FGTS e contribuição sindical. Na organização dos valores expressos na folha de pagamento, a empresa deverá fazer constar o montante pago aos seus funcionários, bem como o percentual representativo desse valor no resultado operacional da mesma.

3.3.1.2 Indicadores Sociais Internos

Esses indicadores traduzem os valores gastos pela empresa em benefícios oferecidos ao seu corpo funcional, a seus dependentes e, muitas vezes, aos funcionários aposentados e encargos obrigatórios que devam ser recolhidos aos cofres do governo como garantia de assegurar algum benefício futuro aos trabalhadores. Nesses benefícios, estão inseridos itens como alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e saúde no trabalho, educação, cultura, capacitação profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados, dentre outros.

a) Alimentação

No quesito alimentação, são demonstrados o valor e o percentual sobre o resultado operacional gasto com despesas que visam auxiliar o funcionário na sua nutrição. Esse auxílio pode se dar de várias maneiras, desde a manutenção de um refeitório próprio, com fornecimento de almoço, até o pagamento de tíquetes-refeição. Ainda pode ser considerado, nesse valor, o fornecimento de cestas básicas aos empregados.

b) Encargos sociais compulsórios

Sobre a folha de pagamento inclusive férias e 13º salário dos funcionários incidem impostos e contribuições que devem ser recolhidos, mensalmente, ao órgão competente. O recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço por parte da empresa garante ao funcionário indenização por demissão sem justa causa. A contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social é constituída por percentual descontado do funcionário e percentual pago pela empresa, visando garantir o acesso à aposentadoria ao final da vida laboral do empregado.

c) Previdência privada

Como, atualmente, os valores pagos pela previdência a título de aposentadoria são insuficientes para a manutenção do padrão salarial, muitas empresas oportunizam aos seus funcionários o acesso a planos de previdência privada. Neste item, aparecem todos os valores desembolsados pela empresa com planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias e complementações de benefícios aos inativos.

d) Saúde e segurança e medicina no trabalho

A saúde do funcionário e de seus dependentes e a segurança no trabalho são preocupações cada vez mais presentes nas organizações, portanto, para tornar transparente o investimento realizado nessa área, devem-se listar todos os valores gastos com planos de saúde, medicina preventiva e outras iniciativas que colaborem com o bem-estar do quadro funcional.

e) Educação, cultura e capacitação profissional

Iniciativas que promovam a educação, a cultura e a capacitação profissional dos empregados estão presentes na maioria das grandes empresas, pois possibilitando o crescimento intelectual dos mesmos, elas passarão a contar com funcionários de altíssima qualidade. Os tópicos aqui mencionados devem elencar gastos realizados com cursos de treinamento, bolsas de estudos e pagamento de educação, revistas e periódicos, manutenção de biblioteca e outros valores investidos na capacitação de pessoal.

f) Creches ou auxílio-creche

Não basta somente a preocupação, por parte da empresa, com os quesitos saúde e educação, quando o número de mulheres em seu quadro está cada vez maior. Nesses casos, é

importante a manutenção de creches no próprio local de trabalho, ou o acesso às mesmas através do auxílio-creche, ou, mesmo, a manutenção de convênios com creches particulares. Neste item, a empresa deverá enumerar os gastos realizados com a manutenção desse benefício ao seu quadro funcional.

g) Participação nos lucros ou resultados

Para manter os funcionários mais motivados, muitas organizações ainda oferecem aos mesmos participação nos lucros, valores que não caracterizam complemento salarial e cujo montante gasto deve ser informado neste item.

h) Outros benefícios

Ainda faz parte dos indicadores internos a concessão de outros benefícios aos empregados, que abrangem valores gastos com parcelas de seguro pagas pela empresa, custo de empréstimos disponibilizados aos funcionários, bem como benefícios com moradia, transporte e atividades recreativas.

Na estrutura do balanço social devem ser citados, tendo como base a receita líquida e o resultado operacional, os valores e os percentuais gastos com os benefícios fornecidos aos empregados e a seus dependentes.

3.3.1.3 Indicadores Sociais Externos

Os indicadores externos expressam os investimentos realizados pela organização na sociedade, devendo ser citados os valores gastos em projetos direcionados à educação, esporte e cultura, saúde e saneamento, programas de diminuição da fome. Os valores mencionados devem se referir ao ano-base do balanço social e ao ano anterior, pois isso, permiti uma melhor análise do crescimento da quantidade de investimento da empresa tanto na comunidade onde atua quanto na sociedade em geral.

Os tributos, que são valores de caráter obrigatório e devido de forma direta ou indireta ao poder público, também devem ser relacionados neste item. Destacam-se nessa categoria o Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços, Impostos Predial e Territorial, dentre outros de caráter federal, estadual ou municipal.

3.3.1.4 Indicadores Ambientais

As empresas, em sua grande maioria, buscam na natureza a matéria-prima para desenvolverem os produtos comercializados em suas atividades-fim. Os indicadores ambientais devem expressar os valores desembolsados na manutenção de projetos ligados à manutenção do meio ambiente da comunidade onde está inserida. Uma ação muito utilizada na atualidade é o “Adote uma praça”, desenvolvida por diversas empresas, em muitos locais do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse projeto as mesmas cuidam do plantio e da conservação de plantas e zelam pela limpeza de uma praça, pretendendo, com essa ação, fazer com que o entorno de suas instalações mostre seu interesse em zelar pela natureza.

Além de mencionar o valor investido na manutenção do meio ambiente, em decorrência de sua atividade, a empresa deve, neste item, citar também todo o investimento que tenha realizado em projetos ambientais de natureza mais ampla.

3.3.1.5 Indicadores do Corpo Funcional e Cidadania Empresarial

A composição do corpo funcional das empresas é contemplada neste item do balanço social, devendo ser informada a situação do mesmo no final do exercício a que se refere o relatório. Os números apresentados, em comparação com os do ano anterior, possibilitam visualizar a rotatividade de pessoal da empresa, bem como o número de postos de trabalho colocados à disposição de algumas minorias. Muitas empresas, na atualidade, estão terceirizando alguns serviços básicos, como os de limpeza, elevadores, portaria, etc., portanto, é importante mencionar quantos não são funcionárias diretos da organização, ou seja, pertencem ao quadro das empresas que prestam serviço nas instalações da mesma, o que expressa também o número de postos de trabalho indiretos gerados pela atividade da empresa.

No entanto, outros aspectos devem ser mencionados, como os relativos aos acidentes de trabalho ocorridos no ano, a relação entre o maior e o menor salário percebido pelos seus funcionários, a segurança e a salubridade das instalações.

Neste item, a empresa deve abordar, além dos resultados alcançados no ano-base do balanço, o planejamento para o exercício seguinte quanto aos projetos sociais dos quais a mesma pretende participar e os níveis funcionais neles envolvidos nesses projetos.

A cidadania empresarial traduz-se nas informações prestadas pela empresa sobre os critérios de seleção dos seus fornecedores segundo sua concepção de responsabilidade social, uma vez que a mesma deve ter coerência e exigir de seus pares os mesmos padrões éticos que utiliza em suas negociações.

Um dos aspectos mais relevantes do balanço social é a informação da quantidade de riqueza gerada pela empresa no exercício de suas atividades, além do modo como esse valor foi distribuído entre os seus acionistas e colaboradores e o Governo e o que ficou retido a título de investimento na própria organização, sendo que essa informação é retirada da demonstração do valor adicionado, um importante relatório contábil. Faz-se necessário exemplificar a demonstração do valor adicionado para melhor compreensão do acima exposto.

QUADRO 3

Modelo de demonstração do valor adicionado das instituições bancárias

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	\$	%
1. (+) Resultado de Intermediação		
(+) Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
2. (+) Receitas de Prestação de Serviços		
3. (-) Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais de terceiros		
Serviços de terceiros		
4. Valor Adicionado Bruto (1+2+3)		
5. (-) Depreciação		
6. Valor Adicionado Líquido (4-5)		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	\$	%
7. Empregados		
Salários		
Encargos (13 salário, férias, gratificações)		
8. Governo		
Impostos e Contribuições		
9. Acionistas		
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio		
10. Lucros Retidos		
11. Total Distribuído		

FONTE: CARVALHO, J. Eduardo. *O Balanço Social da Empresa: uma abordagem sistêmica*. Portugal: Editorial Minerva, 2000.

a) Resultado de intermediação

São as receitas menos as despesas de intermediação financeira (incluindo receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil, rendas de câmbio, rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez, despesas de captação no mercado, resultado de operações com títulos e valores mobiliários, câmbio aplicações compulsórias e outros).

b) Receitas de prestação de serviços

São as rendas provenientes da administração de fundos de investimento, cobranças, corretagens, comissões na colocação de títulos, administração de fundos, etc.

c) Insumos adquiridos de terceiros

São as matérias-primas consumidas, incluídas no custo do produto vendido, custo das mercadorias e serviços vendidos, serviços prestados por terceiros (energia, água, telefone), etc.

d) Valor adicionado bruto

É a soma do total do resultado de intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços diminuindo o valor total dos insumos adquiridos de terceiros.

e) Depreciação

São as despesas com o desgaste dos bens pelo uso ou tempo de vida útil.

f) Valor adicionado líquido

É o resultado do Valor Adicionado Bruto diminuído do total da depreciação.

g) Empregados

Incluem todos os valores gastos com os empregados da instituição, tais como, salário, férias, 13º salário, FGTS, alimentação e transporte.

h) Governo

Engloba todos os impostos, taxas e contribuições, incluindo o INSS.

i) Acionistas

Representa os valores pagos ou creditados aos acionistas referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio.

j) Lucros retidos

Resultado do período destinado à reserva de lucros ainda sem destinação específica.

k) Total distribuído

É a soma total dos itens 8 – governo, 9 – acionistas, 10 – lucros retidos do Quadro 3. Esse total deve ser exatamente igual ao valor do total do Valor Adicionado Líquido.

Todas as informações prestadas no balanço social do modelo IBASE são relevantes para a expressão da cidadania empresarial perante a sociedade. Mas somente os números demonstrados nesse relatório não são suficientes para esclarecer em que segmentos sociais a empresa vem investindo. Para tanto, faz-se necessária uma complementação das informações prestadas. O Instituto ETHOS sugere que, além do demonstrativo do modelo IBASE, sejam anexadas notas acerca dos resultados apresentados pelas organizações em seu balanço social.

3.3.2 Metodologia utilizada no Balanço Social do Modelo ETHOS

O balanço social do modelo IBASE contém informações de natureza quantitativa, sendo sugestão desse instituto que o relatório seja constituído de apenas uma página, facilitando, assim, a análise e a comparação com exercícios anteriores. Mas o aspecto qualitativo desse relatório torna-se pouco abrangente e não fornece a real dimensão das ações sociais desenvolvidas pelas empresas. Sendo assim, o Instituto ETHOS sugere uma estrutura mais completa, onde sejam contemplados os aspectos quantitativos e qualitativos do desempenho dessas ações.

No intuito de apresentar à sociedade mais informações acerca da ação social das empresas privadas, o Instituto ETHOS propõe um relatório mais abrangente, que, além de fornecer os valores gastos nessas iniciativas, situe e caracterize as organizações no contexto social.

QUADRO 4
Estrutura do relatório sugerida pelo Instituto ETHOS

APRESENTAÇÃO
01 Mensagem do presidente
02 Perfil do empreendimento
03 Setor da economia
Parte I – A Empresa
04 Histórico
05 Princípios e valores
06 Estrutura e funcionamento
07 Governança corporativa
Parte II – A Atividade Empresarial
08 Visão
09 Diálogo com partes interessadas
10 Indicadores de desempenho
10.1 Indicadores de desempenho econômico
10.2 Indicadores de desempenho social
10.3 Indicadores de desempenho ambiental
Anexos
11 Demonstrativo do Balanço Social (Modelo IBASE)
12 Iniciativas do interesse da sociedade (projetos sociais)
12 Notas gerais

FONTE: Instituto ETHOS de Responsabilidade Social. (Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2008).

A estrutura do balanço social apresentada contém informações em uma seqüência lógica, visando possibilitar ao leitor um maior entendimento do que está sendo exposto e proporcionando uma melhor visualização do posicionamento da organização perante as questões sociais. A primeira parte do relatório é composta por itens que situam e caracterizam a empresa, definindo seu perfil e o setor da economia onde exerce suas atividades.

a) Mensagem do Presidente

O presidente, representante da organização, exerce a função de emissário das atividades e experiências econômicas e sociais da mesma. O início do relatório do balanço social deve contemplar uma mensagem deste, relatando todo o seu processo de elaboração e

traduzindo a vontade da empresa de atuar socialmente, suas experiências na área, sucessos e insucessos.

b) Perfil do empreendimento e setor da economia

No perfil do empreendimento, é descrito o porte da empresa, seus principais itens comercializados, o tamanho de seu quadro funcional, se é de origem pública ou privada. Após informar à sociedade suas metas e experiências sociais e caracterizar sua estrutura, é importante que a empresa declare o nicho mercadológico onde atua, citando os principais aspectos do ramo econômico onde está inserida.

c) A Empresa

A primeira parte do balanço social fornece subsídios para que as informações nele contidas possibilitem o entendimento do contexto onde a empresa exerce suas atividades. A continuação do demonstrativo engloba, especificamente, dados inerentes à empresa sua constituição e evolução histórica, princípios e valores que procura seguir e informa à sociedade a sua estrutura e o modo como realiza suas atividades. O item governança corporativa refere-se ao sistema de administração adotado pela empresa, em especial se possuir um conselho de administração, descrevendo, assim, o modo como esse trabalha, seu critério de seleção dos conselheiros, a qualificação mínima exigida e seu tempo de mandato. O Instituto recomenda que seja mencionado, nesse item, o possível engajamento dos conselheiros nas questões socioambientais, evidenciando, assim, o interesse, desde os mais altos escalões da empresa, por essas questões.

d) Atividade empresarial

O conhecimento da empresa e de seus objetivos é primordial para que se possam analisar as informações publicadas no balanço social e dimensionar a extensão dos benefícios gerados pelas ações sociais desenvolvidas pela mesma. A segunda parte do relatório desenvolve, especificamente, os métodos utilizados pela empresa na execução de seu objetivo primordial.

e) Visão e diálogo com partes interessadas

No item visão, para que a sociedade tenha conhecimento do planejamento da empresa, tanto no aspecto econômico quanto no social, deve ser mencionado como a mesma se vê no futuro e as estratégias que pretende adotar para alcançar suas metas e posição diante dos

desafios. Além de firmar suas pretensões futuras, é de suma importância definir os públicos com os quais ela deve manter um diálogo mais efetivo acerca de suas ações. A abordagem dos *stakeholders* deve ser planejada na escolha do público-alvo, bem como devem ser pesquisados os seus temas de interesse.

f) Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho constituem informações sobre as ações de responsabilidade social realizadas no exercício em análise. Essas informações são relevantes na prestação de contas à sociedade e no diálogo com seus principais *stakeholders*, colaborando para tornar as ações empresariais econômicas e sociais, transparentes. Os indicadores estão divididos em aspectos qualitativos, quantitativos e em outros que contemplem esses dois aspectos.

g) Indicadores de desempenho econômico

Os indicadores econômicos buscam tornar mais acessíveis as informações quantitativas publicadas pelas empresas em seus demonstrativos contábeis, pois o público leitor desses demonstrativos se tiver acesso apenas ao aspecto numérico, não terá uma real dimensão do que foi realizado no âmbito social, pelas organizações. O aspecto qualitativo desses indicadores é de extrema importância, visto que é através deles que a sociedade poderá conhecer e avaliar o impacto causado pelas ações empresariais. O Instituto ETHOS sugere que sejam mencionados nesses indicadores os impactos oriundos da geração de riquezas e sua distribuição, a produtividade alcançada no período analisado e os critérios de escolha dos investimentos a serem realizados na sociedade, os métodos que serão utilizados nesses investimentos e os possíveis retornos alcançados.

Os aspectos quantitativos dos indicadores econômicos são retirados da demonstração do Valor Adicionado da empresa, que traduz a sua geração de riqueza no exercício de suas transações comerciais e sua distribuição entre os públicos que, de alguma forma, contribuíram para a mesma. Além da riqueza, a produtividade e os investimentos também devem ser relacionados nesse item. Os indicadores de produtividade são expressos através da margem bruta, da margem líquida, do giro dos ativos, do retorno sobre o ativo médio, do índice de endividamento e do índice de liquidez. A margem bruta é considerada um dos melhores indicadores de produtividade e é a diferença entre a receita total das vendas e os custos variáveis que oscilam conforme o volume de produção. A margem líquida é obtida

calculando-se a diferença entre a receita total, os custos variáveis e os custos fixos. Estes últimos são aquele custo que não sofre alteração em seus valores, mesmo quando há variação na produção. O giro dos ativos é alcançado através da divisão da margem líquida pelo ativo médio, expressando a eficiência com que as empresas utilizam seus ativos na geração das vendas. O retorno sobre o ativo médio mede a quantidade de lucro gerado através da utilização dos ativos da empresa, sendo calculado pelo lucro operacional dividido pelo ativo médio. O índice de endividamento é obtido através da fórmula empréstimos mais financiamento dividido pelo patrimônio líquido, significando a relação entre o capital da empresa adquirido de terceiros e o capital de seus acionistas. E, por último, o índice de liquidez é a capacidade que a empresa tem de gerar recursos que podem ser convertidos rapidamente em moeda, sendo função de sua disponibilidade de caixa, dos títulos negociáveis e dos ativos circulantes que possui.

Finalizando os indicadores econômicos, têm-se os investimentos realizados pela empresa nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, melhoria de produtividade, aumento da capacidade produtiva, educação e treinamento e programas para a comunidade. Outros indicadores podem ser informados para dar maior transparência aos dados divulgados no balanço social, sendo eles os efeitos que podem ter sido causados por fechamento de filiais, terceirização de processos e serviços, níveis de produtividade por categoria profissional, melhorias de desempenho de fornecedores e distribuidores e cumprimento efetivo de seus contratos com fornecedores.

h) Indicadores sociais

No aspecto social, os indicadores publicados devem apresentar o impacto ocasionado pela atividade empresarial sobre os seus funcionários, o Governo, os acionistas, os clientes e a sociedade em geral. A publicação dessas informações é realizada na perspectiva de melhoria da imagem perante o mercado e, conseqüentemente, de crescimento no volume de negócios.

Os funcionários de uma organização constituem seu público interno e requerem ações que os estimulem e façam com que desempenhem suas tarefas no processo produtivo com satisfação, sentindo-se valorizados. Essas ações devem ser um investimento no desenvolvimento profissional do funcionário e em melhorias nas condições de trabalho, resultando em um estreitamento das relações entre empresa e corpo funcional.

Com essa melhor relação, as informações a serem prestadas no balanço social adquirem um aspecto qualitativo e quantitativo. O aspecto qualitativo deve demonstrar a qualidade da parceria empresa-empregado, mencionando o envolvimento desses na gestão dos negócios empresariais e na participação nos lucros e as ações que tenham sido adotadas em caso de redução de quadro e de preparação para aposentadoria. Um item que deve ser valorizado é a questão da educação e do desenvolvimento profissional do funcionário, uma vez que esses conhecimentos serão utilizados além da empresa. Devem ser mencionadas ações como a oferta de bolsas de estudos e a constituição de programas de capacitação pessoal e profissional.

Além de fornecer a descrição das ações realizadas para seu público interno, também devem ser apresentados os números referentes a elas. No aspecto quantitativo devem ser abordados números relativos à composição de seu quadro funcional: o número de mulheres que trabalham na organização e quantas delas têm cargo de chefia; o número de funcionários de origem negra e quantos desempenham funções de chefia; e o número de portadores de deficiências e maiores de 45 anos que trabalham na organização. O perfil salarial da empresa deve ser definido através da diferenciação e da comparação entre a remuneração percebida pelas diversas categorias de funcionários que compõem o quadro da mesma. Mas a empresa não deve preocupar-se apenas com seu público interno, pois dentro das suas relações comerciais existem outras parcerias importantes.

Para que a organização seja bem-sucedida em suas operações comerciais, é necessário que constitua relações sólidas com seus fornecedores e parceiros. Na escolha destes, deve levar em consideração seus princípios éticos e padrões sociais, observando que eles sejam afins. Os aspectos qualitativos dessa relação são demonstrados na descrição dos diversos tipos e tamanhos das empresas fornecedoras e nos critérios utilizados na sua escolha.

O desenvolvimento e o constante aprimoramento dos produtos e serviços fazem com que as empresas conquistem novos clientes e solidifiquem as relações já existentes. Os indicadores de desempenho social referentes aos clientes devem expressar todas as ações realizadas com o intuito de disponibilizar maiores informações acerca de seus produtos e serviços, visando garantir que os mesmos sejam utilizados de forma correta. A empresa deve mencionar a realização de pesquisas de satisfação que tenham sido feitas no período e o resultado obtido; caso haja Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), devem ser relacionadas

as principais reclamações, as soluções adotadas, as situações que envolvam o código de defesa do consumidor, etc. É importante mencionar não só o aspecto qualitativo, ou seja, a ação realizada, mas também a quantidade de atendimentos efetuados pelo SAC, quantos deles se referem a reclamações, o percentual destas que não pôde ser solucionado e o tempo médio de espera para ser atendido.

A atenção da empresa deve estar voltada não só para seus clientes, mas também para a comunidade onde está inserida, pois é ela que lhe fornece toda a infra-estrutura e a mão-de-obra para o desempenho de seus objetivos. Nesse item, devem ser enumeradas todas as ações realizadas pela empresa que possam, de alguma forma, reverter em benefícios para a comunidade. O Instituto ETHOS sugere que sejam publicadas no Balanço Social iniciativas como as de apoio ao trabalho voluntário e as que auxiliem na erradicação do trabalho infantil, dentre outras, bem como os valores e recursos humanos envolvidos nessas ações.

Dentre os diversos públicos a quem a empresa deve prestar contas de suas ações está o Governo. Seu relacionamento deve ser ético e responsável, visando tornar transparentes suas ações à sociedade em geral. Para tanto, a empresa deve atuar de acordo com as leis vigentes, procurando colaborar para a melhoria das condições sociais e políticas do País. As iniciativas a serem informadas devem ser qualitativas e quantitativas. No aspecto qualitativo, é preciso enumerar as participações em fóruns que visam elaborar propostas de interesse público e caráter social e políticas de prevenção contra a corrupção. No quantitativo, deve ser mencionado o percentual do faturamento bruto da empresa gasto com patrocínio ou realização de campanhas de interesse público.

i) Indicadores ambientais

Um dos itens de extrema importância do Balanço Social é o que posiciona a empresa e suas ações em relação ao ambiente, onde é preciso mencionar os possíveis impactos gerados pela utilização dos insumos fornecidos pela natureza. Devem ser descritas todas as participações em políticas para a melhoria de infra-estrutura e gerenciamento dos impactos ambientais de seus processos produtivos; a adoção de medidas relacionadas à geração de resíduos, à educação ambiental, ao melhor aproveitamento dos recursos naturais e às ações de compensação. Exemplifica-se este último item, citando-se o corte de árvores pela indústria do papel e o conseqüente plantio para reflorestamento. Numericamente, a empresa deve citar o

quanto foi gasto de energia, água, combustível e a quantidade de lixo e dejetos gerados ao final da produção.

Quanto aos anexos sugeridos pelo Instituto ETHOS, neles estão inseridos o demonstrativo de Balanço Social do modelo IBASE, as iniciativas de interesse da sociedade e as notas gerais.

A metodologia do demonstrativo do Balanço Social do modelo IBASE é explicada, passo a passo, no item 3.3.1. As iniciativas empresariais de caráter social, além das já enumeradas nos indicadores de desempenho social, podem ser neles citadas. O espaço notas gerais pode ser utilizado para a publicação de notas explicativas acerca da metodologia utilizada na coleta das informações que compõem o Balanço Social e de dados que a empresa julgue de interesse público.

3.4 ANÁLISE INTERPRETATIVA POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO

Após o entendimento da metodologia utilizada na confecção do Balanço Social, proceder-se-á à análise de um Balanço Social publicado por um banco no exercício de 2006. A escolha dessa empresa seguiu critérios como tamanho da organização, quadro funcional, ramo mercadológico e sua atuação em todo o território nacional.

3.4.1 Caracterização da Empresa

O Balanço Social a ser analisado pertence a uma empresa do ramo financeiro e tem como ano-base o exercício de 2006. O Banco A faz parte do sistema financeiro nacional, contando com um quadro funcional de aproximadamente 52.000 funcionários, distribuídos em agências espalhadas por todo o território nacional.

Direciona seus serviços principalmente à pessoa física, por isso, pode ser considerado um banco varejista. Disponibiliza aos seus clientes serviços de conta corrente, poupança, cheques especiais, empréstimos pessoais e ao consumidor, cartões de crédito, seguro de residência, vida e acidentes, financiamento de automóveis, plano de previdência privada, administração de ativos e planos de capitalização.

3.4.2 Análise pormenorizada do Balanço Social

3.4.2.1 Base de Cálculo

Nesse item, a empresa procura informar à sociedade em geral o montante arrecadado em suas transações comerciais, no período apurado. Informa, também, se a mesma obteve lucro ou prejuízo em suas operações e o quanto foi desembolsado para realizar o pagamento do seu corpo funcional.

TABELA 1
Base de cálculo do Balanço Social do Banco A – 2006

1 - Base de Cálculo	2006 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	12.529.696
Resultado operacional (RO)	6.076.928
Folha de pagamento bruta (FPB)	5.493.860

FONTE: Balanço Social da Instituição Financeira.

A base de cálculo utilizada na apuração dos resultados do Balanço Social em análise leva em consideração a receita líquida obtida pela empresa no período apurado, receita esta que se define através da receita bruta excluídos os impostos, as contribuições, as devoluções, os abatimentos e os descontos comerciais. No primeiro item do Balanço Social, a empresa também demonstra à sociedade o resultado operacional alcançado, ou seja, o lucro ou o prejuízo apresentado pela mesma no período em análise, bem como o total gasto com a remuneração de seu quadro funcional e pagamento dos encargos sociais devidos. Essa remuneração abrange o total de salários, gratificações, comissões e abonos, 13º salário, férias e os encargos sociais oriundos das relações trabalhistas (INSS e contribuição sindical).

3.4.2.2 Indicadores Sociais Internos

São considerados indicadores sociais internos todos os valores gastos com as obrigações empresariais relativas ao seu corpo funcional, ativos e inativos, e seus

dependentes, excluindo o montante gasto com salários, bem como os encargos inerentes à sua atividade.

TABELA 2
Indicadores sociais internos do Banco A – 2006

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	323.825	5,89%	2,58%
Encargos sociais compulsórios	932.183	16,97%	7,44%
Previdência privada	66.500	1,21%	0,53%
Saúde	170.412	3,10%	1,36%
Segurança e medicina no trabalho	4.690	0,09%	0,04%
Educação	15.212	0,28%	0,12%
Transporte	29.309	0,53%	0,23%
Capacitação e desenvolvimento profissional	55.357	1,01%	0,44%
Creches ou auxílio-creche	16.539	0,30%	0,13%
Participação nos lucros ou resultados	957.218	17,42%	7,64%
Outros	39.687	0,72%	0,32%
Total - Indicadores Sociais Internos	2.610.932	47,52%	20,84%

FONTE: Balanço Social da Instituição Financeira.

a) Alimentação

A empresa em análise gastou um total de R\$ 323.825 nesse item, representando 2,58% da receita líquida apurada no ano de 2006. Por possuir um quadro funcional grande e disperso por todo o território nacional, a mesma optou por fornecer vale-alimentação.

Consideram-se em alimentação os gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas, etc. O Decreto nº. 2.101, de 23 de dezembro de 1996, diz que a empresa pode praticar uma política de alimentação ao trabalhador de diversas formas, ou seja,

Art. 4º Para a execução dos programas de alimentação do trabalhador, a pessoa jurídica beneficiária pode manter serviço próprio de refeições, distribuir alimentos e firmar convênio com entidades fornecedoras de alimentação coletiva, sociedades civis, sociedades comerciais e sociedades cooperativas. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 fev 2008.

De acordo com a Lei nº. 6.321, de 14 de abril de 1976, regulamentada pelo Decreto nº. 5, de 14 de janeiro de 1991, que institui o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), é

prioritário o atendimento alimentar aos trabalhadores de baixa renda, podendo esse benefício ser estendido aos demais empregados. Essa lei foi promulgada pelo Governo Federal e proporciona à empresa isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida e incentivo fiscal, ou seja, dedução de até quatro por cento no Imposto de Renda devido.

Além da legislação pertinente ao assunto, o fornecimento do auxílio alimentação também está contemplado nas convenções trabalhistas realizadas entre as empresas do sistema financeiro nacional e o sindicato dos bancários constituídos na quase totalidade dos estados.

Essa ação informada como de responsabilidade social empresarial pela empresa no Balanço Social publicado em 2006 retrata a obrigatoriedade de honrar o compromisso firmado com seu corpo funcional através de convenções e acordos salariais intermediados pelo sindicato da categoria.

QUADRO 5
Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem alimentação, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?	X	
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	<input checked="" type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

O fornecimento de tíquetes alimentação constitui um benefício que, além de contemplar o funcionário, pode abranger também seus dependentes, quando a empresa mantém um programa de vale-rancho ou sacola econômica. A obrigatoriedade legal para essa ação está prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas, que reconhece a legalidade dos acordos trabalhistas e sindicais por ocasião da data-base da categoria. O retorno financeiro é revelado através do bom rendimento de funcionários mais bem alimentados e satisfeitos, e o fiscal, via dedução das despesas da base de cálculo do Imposto de Renda devido.

b) Encargos sociais compulsórios

Além dos acordos firmados entre a categoria e as empresas, também existe a obrigatoriedade do pagamento dos encargos sociais estabelecidos por lei, que são contribuições pagas pelo empregador para financiamento das políticas públicas que beneficiam de forma indireta o trabalhador. Esses encargos são constituídos pelas contribuições para o FGTS, para o PIS/PASEP e para o INSS (seguridade e previdência social). Até a década de 1960, todo o empregado que permanecesse na empresa por período igual ou superior a 10 anos adquiria estabilidade, somente podendo ser demitido mediante falta grave ou pagamento de onerosas indenizações. Na prática, essa estabilidade não se concretizava, uma vez que o empregado tinha seu contrato de trabalho extinto antes de completar o período necessário para a aquisição desse direito. Procurando uma alternativa à estabilidade, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço instituído pela Lei nº. 5.107, de 13 de setembro de 1966. A publicação da Constituição Federal de 1988, através de seu art. 7º, tornou a opção pelo FGTS, até então facultativa, obrigatória.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço.

(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 fev 2008.

O FGTS constitui um fundo mantido pelos empregadores, através de depósitos bancários mensais, durante a vigência das relações trabalhistas, ao qual, em se extinguindo essa relação, o empregado faz jus. Os recursos arrecadados com este fundo financiam projetos públicos na área de habitação, infra-estrutura e saneamento administrados pela Caixa Econômica Federal.

Outro encargo social recolhido obrigatoriamente pela empresa é o valor destinado ao Programa de Integração Social, que foi instituído pela Lei Complementar Federal nº. 07, de 7 de setembro de 1970, e que, em seu art. 1º, se define como programa destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas. Esse encargo tem natureza tributária, segundo a Lei nº 9.718/98, em seu art. 1º, sendo calculado sobre a

totalidade das receitas percebidas pela empresa e os recursos arrecadados destinados ao pagamento do seguro-desemprego e do abono para os trabalhadores que percebem até dois salários mínimos mensais. O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público foi criado pela Lei Complementar Federal nº. 8, de 3 de dezembro de 1970, e tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal e das fundações.

Durante a vigência do contrato de trabalho, empregado e empregador devem recolher ao INSS um valor mensal, a fim de custear, futuramente, a aposentadoria. Esse montante recolhido aos cofres do INSS pelas empresas tem a finalidade de custear, além de aposentadorias, pensão por morte, auxílio doença, auxílio acidente, dentre outros previstos na legislação.

Ao honrar o compromisso do recolhimento dos encargos sociais devidos, a empresa beneficia seu corpo funcional, uma vez que está garantindo aos mesmos o direito de acesso a alguns benefícios por ocasião da extinção do contrato de trabalho, quer por demissão, quer por aposentadoria.

QUADRO 6

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem encargos sociais compulsórios, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?	X	
Gera retorno financeiro?		X
Gera retorno fiscal?		X
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?		X
Complementa a ação do Estado?		X
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

O recolhimento dos encargos compulsórios está previsto na legislação, sendo que seu não-cumprimento pode resultar em pesadas multas à empresa inadimplente. Quanto ao aspecto de abrangência social, entende-se que o montante arrecadado através desses impostos beneficia a sociedade em geral, pois, esses valores são direcionados, pelo Estado, à realização

de projetos sociais que abrangem a sociedade como um todo. Mesmo assim, essa ação espelha o compromisso social empresarial da instituição.

c) Previdência privada

Com as constantes mudanças ocorridas nas regras para aposentadoria e, em especial, no cálculo utilizado para esse benefício e também com o achatamento do poder aquisitivo dos valores pagos, a previdência privada passou a constituir uma forma de complemento aos valores a serem percebidos após o encerramento da vida laboral do funcionário, por conseguinte, uma forma de manter o poder aquisitivo por ocasião da aposentadoria. Nesse item, são contemplados os planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados (as) e seus dependentes.

Os valores gastos pela empresa com previdência privada correspondem a 0,53% de sua receita líquida e são estendidos a todos os funcionários, sem restrição de cargo ou categoria salarial.

QUADRO 7
Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no item previdência privada, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?		X
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

O benefício da previdência privada não tem obrigatoriedade legal, constituindo um *plus* que a organização fornece ao seu quadro funcional. Não possui retorno financeiro direto, apenas a satisfação do empregado que trabalha mais motivado, na certeza de ter um complemento à sua aposentadoria, mantendo, assim, seu padrão salarial ao encerrar sua vida laboral.

O retorno fiscal gerado pelo fornecimento de um plano de previdência privada, por parte da empresa a seus funcionários, está previsto na legislação do imposto de renda. A empresa poderá deduzir até 12% da renda bruta na declaração anual de imposto de renda.

A manutenção do padrão salarial mínimo após a aposentadoria é uma demanda social que, muitas vezes, não é concretizada. O Estado tenta agir de forma a estender esse benefício à população em geral, mas o orçamento da organização responsável não comporta essa ação. Portanto, o plano de previdência privada instituído pela empresa pode ser considerado complementar à ação do Estado. Esta ação não abrange a sociedade em geral, e sim, apenas os funcionários da empresa.

d) Saúde do trabalhador

Como a aposentadoria está acontecendo cada vez mais tarde, o cuidado com a saúde do empregado torna-se uma condição favorável à manutenção da produção e da assiduidade do mesmo ao trabalho.

A saúde do trabalhador é uma preocupação cada vez mais presente nas empresas, uma vez que grande parte das faltas é decorrente de licenças-médicas, quer por moléstias adquiridas quer por acidentes de trabalho. Uma forma de tentar diminuir essas ocorrências é a empresa manter programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida. Os gastos informados com saúde podem abranger, também, planos de saúde, assistência médica e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados (as).

A empresa em análise mantém, em alguns Estados, plano de saúde próprio, pelos quais foram realizadas aproximadamente 290.000 consultas e exames em 2006, e, nos demais, são utilizadas instituições do ramo para administrar o plano oferecido aos seus funcionários.

Além disso, em 2006, a empresa lançou diversos programas de prevenção de saúde, tais como programa para parar de fumar, programa de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e programa de ajuste ergonômico e de preservação da voz para funcionários das centrais de atendimentos. Essas ações foram realizadas através de palestras de conscientização, bem como da formação de grupos de apoio, no caso do programa de incentivo a parar de fumar.

Quanto à segurança do trabalhador, foram tomadas algumas iniciativas visando diminuir o número de acidentes de trabalho e no caso de sua ocorrência, apurar seus motivos. As iniciativas nesse aspecto foram manutenção e estímulo à atuação da CIPA, treinamento de ergonomia para os gerentes da administração central e descentralizada, além da aquisição de desfibriladores e treinamento de funcionários para sua utilização.

QUADRO 8
Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no item saúde do trabalhador, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial () Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

A manutenção de plano de saúde retrata uma ação de compromisso social empresarial, pois, apesar de não haver obrigatoriedade legal, é uma demanda social, complementa a ação do Estado e seus benefícios não atingem a sociedade em geral.

O retorno fiscal, obtido com o fornecimento de planos de saúde ao quadro funcional, está presente na possibilidade de dedução das despesas, destinadas a custear esses planos, da apuração do lucro real para o imposto de renda.

Quanto às ações de segurança e medicina do trabalhador, existem as Normas Regulamentadoras (NRS), de iniciativa do Ministério do Trabalho, que em suas disposições gerais cria a obrigatoriedade da observância das medidas de segurança e medicina do trabalho por parte das empresas públicas e privadas que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A empresa objeto deste estudo, além da adoção de medidas de segurança já citadas, adquiriu desfibriladores, que mesmo sendo uma obrigação legal, também retrata o compromisso social empresarial.

e) Educação, capacitação e desenvolvimento profissional

Outro quesito importante a ser considerado são os gastos realizados com a educação e o desenvolvimento profissional do corpo funcional. Uma vez que a empresa objeto desta análise se situa no âmbito econômico-financeiro, seus funcionários necessitam um nível educacional condizente com suas atribuições. Os recursos por ela investidos em aperfeiçoamento educacional, cultural e profissional revertem em maior produtividade e excelência na execução das funções inerentes ao seu segmento mercadológico.

Além do benefício profissional, o investimento, em educação e desenvolvimento do funcionário resulta em um crescimento pessoal, que acarreta uma maior satisfação no desempenho de suas atribuições. Isso é extremamente benéfico para os resultados operacionais da instituição.

A empresa procura realizar seminários que possibilitam a discussão de assuntos atuais e de extrema importância, levando seus funcionários a desenvolverem o raciocínio lógico, o que será utilizado em suas funções. A educação é contemplada através de ações como o programa de incentivo a formação acadêmica e pós-acadêmica, que conta com a participação de aproximadamente 2.000 funcionários, em todo o Brasil, recebendo subsídios para tal.

QUADRO 9

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem educação, capacitação e desenvolvimento profissional, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	<input checked="" type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

O benefício concedido pela empresa em educação e desenvolvimento profissional não possui obrigatoriedade legal, ficando a critério da mesma realizar investimentos nessa área. O gasto realizado com educação e capacitação profissional promove retorno financeiro, uma vez que funcionários mais capacitados desenvolvem suas atribuições com melhor qualidade,

gerando maior lucratividade. O retorno fiscal está implícito na possibilidade que a empresa possui de deduzir esses gastos do imposto de renda devido. A abrangência desta ação é restrito ao seu corpo funcional, pois a mesma informa nesse item gastos realizados com educação dos funcionários. Esta ação constitui uma demanda social e, mesmo sendo restrita, complementa a ação do Estado, logo retrata uma ação de compromisso empresarial.

f) Transporte

Através da Lei nº. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº. 7.619, de 30 de setembro de 1987, e regulamentada pelo Decreto-Lei nº. 95.247, de 17 de novembro de 1987, o Governo Federal instituiu o sistema de vale-transporte, benefício que as empresas antecipam aos seus funcionários para despesas no deslocamento casa-trabalho-casa. Ainda segundo o Decreto nº. 95.247, de 17 de novembro de 1987, a empresa que mantiver um sistema próprio de transporte para a realização do deslocamento de seus funcionários estará isenta da obrigatoriedade de fornecimento do vale-transporte.

O vale-transporte tem caráter contributivo, ou seja, o funcionário que utiliza esse sistema deve ter descontado 6% de seu salário básico mensal, cabendo ao empregador o custeio do restante do valor.

Com referência aos incentivos fiscais, a empresa pode deduzir do lucro real o valor efetivamente pago e (comprovado) pelos vales-transporte como despesa operacional, no período base de competência da despesa. Além disso, pode ser abatido do valor devido ao Imposto de Renda, desde que não exceda a 10% desse montante, podendo o excedente ser aproveitado nos dois exercícios subseqüentes.

O fornecimento de subsídios ao empregado para que o mesmo se locomova até o local de trabalho pode ser considerado uma demanda social, uma vez que procura beneficiar os trabalhadores em geral. Essa ação possui uma abrangência social restrita, uma vez que cada empresa fornece o vale-transporte aos seus respectivos funcionários.

A ação estatal na área de transportes está mais centrada na legislação do sistema de transportes coletivos, concedendo permissões às empresas do setor para atuarem em percursos preestabelecidos e fazendo com que as mesmas mantenham uma frota sempre modernizada. O

vale-transporte concedido ao trabalhador vem complementar a ação do Estado, uma vez que possibilita o acesso aos meios de transporte dos trabalhadores em geral.

QUADRO 10
Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no item transporte, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?	X	
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	<input checked="" type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

g) Creche ou auxílio-creche

Aspectos relevantes como a saúde e a capacitação profissional e educacional, somente, não bastam para a satisfação do funcionário e para a obtenção de melhor desempenho na empresa. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu art. 22 –, “Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores [...]”. Portanto, o empregado deve contar com a tranqüilidade de deixar seus filhos menores convivendo em ambientes seguros enquanto desempenha suas atividades profissionais, o que lhe possibilitará o sustento de sua família. Verifica-se que a empresa emprega, em todo o território nacional, um total de 33.256 mulheres. Estimando-se que essas profissionais tenham filhos menores e que requeiram cuidados, é extremamente necessário que a organização mantenha uma política de auxílio-creche, de creches conveniadas, ou, mesmo que a instale em suas dependências.

Direito protegido pela Constituição Federal, a assistência aos filhos menores das mães trabalhadoras pode ocorrer de duas formas: a empresa com mais de 30 funcionárias deve manter em suas dependências local adequado para abrigá-los, ou pagar o auxílio-creche. Esse valor é destinado ao custeio dos filhos de suas empregadas em creches particulares.

QUADRO II

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no item creche ou auxílio-creche, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?	X	
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	<input checked="" type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

A manutenção de creches, ou o pagamento do auxílio-creche, possui amparo legal na Constituição Federal de 1988 e sua obrigatoriedade depende do tamanho da organização e do número de mulheres que nela trabalham. O retorno financeiro dá-se através de uma maior e melhor produtividade da funcionária que tem seu filho assistido por esse benefício. A despesa realizada com a manutenção desse item pode ser deduzida da base de cálculo para a apuração do Imposto de Renda devido, gerando, assim, retorno fiscal. Sua abrangência é restrita ao quadro funcional da empresa, mas complementa a ação estatal, pois a criação e a manutenção de creches e pré-escolas para assistência ao menor é uma demanda social, na qual o Estado vem atuando através da criação de instituições públicas ou conveniadas.

Essa ação constitui um compromisso social empresarial.

h) Participação nos lucros ou resultados

Conforme o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal, é assegurada aos empregados a participação nos lucros, ou nos resultados, desvinculada da remuneração, ou seja, distribuição de parte dos lucros auferidos no período ao seu corpo funcional. O pagamento dessa participação também está previsto nos acordos e na convenção coletiva firmados entre a categoria dos bancários, seu sindicato e as empresas pertencentes ao setor financeiro. A Lei nº. 10.101, de 19 de dezembro de 2000, regulamenta o pagamento dessa participação aos empregados das organizações. Ela não cria a obrigatoriedade de pagamento, mas dispõe sobre as formas de negociação entre empregado e empregador e define que o valor pago a título dessa vantagem pode ser deduzido como despesa operacional dentro do próprio exercício.

QUADRO 12

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem participação nos lucros ou resultados, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?		X
Complementa a ação do Estado?		X
Essa ação pode ser considerada como:	<input checked="" type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

O pagamento de participação nos lucros ou resultados aos funcionários da empresa geram retorno financeiro e fiscal, à medida que o valor desembolsado com essa ação pode ser deduzido do montante do imposto de renda devido. Pois, conforme a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, em seu Art. 3º § 1º, a pessoa jurídica poderá deduzir esse valor como despesa operacional dentro do próprio exercício de sua constituição.

A análise e a revisão da legislação pertinente aos diversos itens que compõem os indicadores sociais internos informados pela empresa levam a concluir-se que eles constituem a expressão do compromisso empresarial da organização em questão. Ao realizar o pagamento dos itens abordados, a empresa está agindo de acordo com a legislação específica, mas também está se beneficiando de uma forma direta, o que se traduz em um quadro de funcionários exercendo suas funções com tranquilidade, pois sabem que a sua saúde e de seus dependentes está assistida, que seus filhos menores estão seguros e contando com um desenvolvimento adequado. Portanto, produzindo com maior qualidade e podendo gerar maiores lucros e melhoria de imagem da empresa perante a sociedade.

3.4.2.3 Indicadores Sociais Externos

TABELA 3
Indicadores sociais externos do Banco A – 2006

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	28.149	0,46%	0,22%
Cultura	34.776	0,57%	0,28%
Saúde e saneamento	1.873	0,03%	0,01%
Outros	45.179	0,74%	0,36%
Total das contribuições para a Sociedade	109.977	1,81%	0,88%
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.539.365	91,15%	44,21%
Total Indicadores Sociais Externos	5.649.342	92,96%	45,09%

Fonte: Balanço Social da Instituição Financeira.

Os valores informados nos indicadores sociais externos refletem o somatório dos investimentos realizados pela empresa na comunidade onde está inserida e na sociedade em geral. Esses investimentos englobam ações realizadas em diversos setores importantes, ou seja, habitação, creches, educação e cultura, lazer e esportes, etc.

Para que seus investimentos sociais sejam direcionados a áreas importantes, o Banco A conta com uma fundação que o orienta e administra os projetos sociais elaborados pelo mesmo.

a) Educação

Os projetos educacionais desenvolvidos pela empresa em análise, no período considerado, abrangem desde alunos da pré-escola até a formação e o aperfeiçoamento de professores. Algumas ações beneficiaram alunos de baixa renda do ensino médio, com bom rendimento escolar, através de reforço em algumas disciplinas importantes, procurando capacitá-los para prosseguirem em sua vida escolar. Mas as ações da empresa não estão voltadas apenas para o aspecto educacional, atuando, também na elaboração de projetos culturais.

QUADRO 13
 Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
 no item educação, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	<input checked="" type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

O investimento em projetos educacionais, que abrangem a sociedade como um todo, não possuem obrigatoriedade legal, sendo critério das empresas atuarem nesse aspecto. O retorno financeiro e fiscal, gerado com esse investimento, está implícito no valor que a empresa deixará de recolher aos cofres públicos via dedução de imposto de renda devido.

Os valores investidos em projetos educacionais dirigidos à comunidade têm uma abrangência ampla, pois podem beneficiar a sociedade em geral. Sem a vinculação com o negócio da empresa. Como a educação constitui uma demanda social, em realidade uma necessidade urgente da sociedade, tudo o que a empresa fizer com relação a este assunto estará contribuindo para a solução desse problema. Os resultados dessa ação podem ser considerados complementares a ação do Estado.

b) Cultura

A grande maioria da sociedade brasileira está tendo cada vez menos acesso à cultura, devido à situação econômica e financeira vivida atualmente. Ao patrocinar projetos culturais, tanto de âmbito local como nacional, a organização está, de certa forma, cooperando para a inclusão cultural dessas comunidades.

No entanto, conforme a legislação vigente, esses valores são 100% dedutíveis do Imposto de Renda. A Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei n.º. 8313/91 –, também conhecida como Lei Rouanet, em seu capítulo IV, art. 18, prevê o que segue:

Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como

através de contribuições ao FNC, nos termos do artigo 5º, inciso II desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no artigo 1º desta Lei. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 fev 2008.

A organização considera a cultura um segmento importante cujos investimentos podem ser direcionados, utilizando sua estrutura e seus funcionários como ferramentas para a realização de projetos nessa área. No ano de 2006, a empresa desenvolveu diversos projetos na área educacional e cultural, tendo, inclusive, realizado uma campanha para arrecadação de livros para a faixa etária de zero a seis anos, que serão utilizados em projeto de desenvolvimento de aproximadamente 1,8 milhões de crianças em todo o território nacional.

Um dos projetos de significativa relevância planejado e posto em prática pelo banco foi trazer ao conhecimento da sociedade em geral os direitos da criança e do adolescente reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, a empresa adquiriu um caráter informativo, bem como, em parceria com órgãos relacionados à proteção dos direitos da criança e do adolescente, pôs o seu público alvo a par dos benefícios fiscais de que o mesmo poderia usufruir ao ajudar os fundos da criança e do adolescente.

QUADRO 14

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no item cultura, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

c) Saúde e saneamento

As ações realizadas, visando preservar as condições ambientais com o intuito de prevenção de doenças e promoção da saúde podem ser consideradas como de saúde e saneamento. A empresa desenvolveu, no exercício de 2006, projeto de conscientização sobre a necessidade de não poluir e utilizar racionalmente a água junto a comunidades adjacentes à

sua sede. Procurou, com essa iniciativa, fazer com que houvesse um melhor aproveitamento da mesma e preservar sua qualidade.

QUADRO 15
Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no item saúde e saneamento, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?		X
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?		X
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

Mesmo que a empresa reverta todo esse investimento financeiro e humano em seu benefício, construindo perante a sociedade, um *marketing* favorável ao seu negócio, é inegável a relevância dessas ações, e a comunidade atendida por esses projetos também é beneficiada. No entanto, não só as ações realizadas em prol das pessoas devem ser consideradas. Aquelas destinadas à preservação ambiental também são de extrema importância e relevância.

As empresas que desenvolvem ações na área de saúde e saneamento, normalmente, o fazem nas comunidades adjacentes às suas instalações. Pois, além de beneficiar aquela comunidade, também estão tirando proveito dessas ações. Não há legislação que obrigue as empresas a atuarem neste aspecto, sendo que as que atuam, o fazem por iniciativa própria. O retorno fiscal gerado por essas atitudes, refletem-se no imposto de renda devido. Pois, as empresas conseguem abater esses valores da base de cálculo deste imposto.

As iniciativas tomadas pela empresa, nesse aspecto, beneficiam, geralmente, apenas as comunidades mais próximas às suas sedes. O benefício gerado por essas ações não atinge a sociedade como um todo. Como saúde e saneamento básico são quesitos que a sociedade reivindica a todo o momento, trata-se de uma demanda social e tudo o que for feito em prol desta demanda pode ser considerado complementar a ação do Estado.

3.4.2.4 Indicadores Ambientais

TABELA 4
Indicadores ambientais do Banco A - 2006

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.305	0,04%	0,02%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	350	0,01%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	2.655	0,04%	0,02%

FONTE: Balanço Social da Instituição Financeira.

É cada vez mais presente em todas as administrações, quer de grandes conglomerados, quer de pequenas empresas, a preocupação com a natureza e com a preservação do meio ambiente. O Banco A, atento a todos os impactos gerados no meio ambiente por suas atividades, tem evoluído em seus processos de uso racional dos recursos naturais e procurado desenvolver a cultura da responsabilidade ambiental em seus negócios.

Essa racionalidade está sendo inculcada na mentalidade de seus funcionários e colaboradores, visando fazer com que haja responsabilidade na maneira de lidar com os recursos naturais.

Contudo a empresa também desenvolve projetos utilizados na comunidade. Podem-se citar, por exemplo, preservação de áreas verdes próximas às agências (estilo “adote uma praça”) e campanhas de conscientização da sociedade sobre a necessidade de cuidar do meio ambiente através de distribuição de *kits* de sementes.

QUADRO 16
Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem indicadores ambientais, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	<input checked="" type="checkbox"/> Compromisso empresarial <input type="checkbox"/> Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

As ações desenvolvidas no âmbito das pesquisas e programas externos não possuem obrigatoriedade legal, sendo que todas as iniciativas, neste aspecto, são tomadas por vontade e necessidade da empresa. Quanto aos projetos voltados à produção e desempenho das atividades da empresa, há a necessidade de repor a matéria prima retirada da natureza para sua utilização. O retorno financeiro que essas ações podem causar estão relacionados com o bom conceito que as empresas investidoras passam a ter com a comunidade consumidora. Pois, muitas vezes, os consumidores buscam comprar produtos e serviços de empresas que não agridam a natureza.

Conforme Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, que regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. O Decreto considera inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá usufruir dos seguintes incentivos fiscais:

I - dedução, para efeito de apuração do lucro líquido, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, ou como pagamento na forma prevista no § 1º deste artigo;

II - redução de cinquenta por cento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;

III - depreciação acelerada, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por dois, sem prejuízo da depreciação normal das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ;

IV - amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis no ativo diferido do beneficiário, para efeito de apuração do IRPJ;

V - crédito do imposto sobre a renda retido na fonte, incidente sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados ou registrados nos termos da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes percentuais:

a) vinte por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1o de janeiro de 2006, até 31 de dezembro de 2008;

b) dez por cento, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1o de janeiro de 2009, até 31 de dezembro de 2013;

VI - redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

§ 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo aplica-se também aos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica contratadas no País com universidade, instituição de pesquisa ou inventor independente de que trata o inciso IX do art. 2o da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, desde que a pessoa jurídica que efetuou o dispêndio fique com a responsabilidade, o risco empresarial, a gestão e o controle da utilização dos resultados dos dispêndios.

§ 2o Na apuração dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, não serão computados os montantes alocados como recursos não reembolsáveis por órgãos e entidades do Poder Público.

§ 3o O benefício a que se refere o inciso V do caput deste artigo somente poderá ser usufruído por pessoa jurídica que assuma o compromisso de realizar dispêndios em pesquisa no País, em montante equivalente a, no mínimo:

I - uma vez e meia o valor do benefício, para pessoas jurídicas nas áreas de atuação das extintas SUDENE e SUDAM;

II - o dobro do valor do benefício, nas demais regiões.

§ 4o O crédito do imposto sobre a renda retido na fonte, a que se refere o inciso V do caput deste artigo, será restituído em moeda corrente, conforme disposto em ato normativo do Ministério da Fazenda.

§ 5o Na hipótese de dispêndios com assistência técnica, científica ou assemelhados e de royalties por patentes industriais pagos a pessoa física ou jurídica no exterior, a dedutibilidade dos dispêndios fica condicionada à observância do disposto nos arts. 52 e 71 da Lei no 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Além desse decreto, ainda tramitam no governo projetos de lei que proporcionariam às empresas que atuassem na área da pesquisa e conservação ambiental a possibilidade de abater até 40% do valor efetivamente gasto, não podendo ultrapassar o limite de 4% do imposto de renda devido.

Os investimentos realizados pela empresa no que tange às pesquisas e programas de avanço tecnológico ou ambiental abrangem a sociedade como um todo, pois seus efeitos são estendidos a todos. Trata-se, também, de uma demanda social e tudo o que for realizado neste âmbito vem complementar a ação do Estado.

Além de informar os investimentos e gastos realizados com seu corpo funcional, com ações destinadas à comunidade e ao meio ambiente, a empresa também procura tornar transparente a composição de seu quadro de empregados, bem como a rotatividade do mesmo.

3.4.2.5 Indicadores do Corpo Funcional e Cidadania Empresarial

TABELA 5
Indicadores do corpo funcional do Banco A – 2006

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2006
Nº de empregados(as) ao final do período	59.921
Nº de admissões durante o período	12.621
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	121
Nº de estagiários(as)	1.082
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	7.926
Nº de mulheres que trabalham na empresa	33.256
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	40%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	7.292
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	1.489

Fonte: Balanço Social da Instituição Financeira

a) Número de empregados ao final do período, número de admissões, taxa de turnover e empregados terceirizados

Os indicadores do corpo funcional mostram o quanto a organização valoriza o trabalho de determinados segmentos sociais, bem como se está sendo posta em prática a política de inclusão de certas minorias.

Por se tratar de uma organização de grande porte, o quadro funcional da mesma está em constante renovação. Esse fato evidencia-se no número de admissões realizadas no ano-base de 2006, que representa em torno de 21% do total de postos de trabalho mensurados no final do período.

O número de empregados terceirizados à disposição da empresa totalizou o número de 121 postos de trabalho, sendo pouco significativo em relação ao total de funcionários contabilizados pela empresa. No entanto, o procedimento de contratar empresas para prestarem serviços básicos, como segurança, portaria, limpeza e elevadores, gera uma economia de recursos para o contratante, uma vez que esses funcionários não têm vínculo com o mesmo, não necessitando o recolhimento dos impostos patronais.

QUADRO 17

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem geração de postos de trabalho, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial () Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

Os itens acima avaliados, principalmente o número de empregados terceirizados, constituem ações de compromisso social empresarial. Todos eles se referem à geração de postos de trabalho, tanto diretos como indiretos, constituindo uma demanda social que pode abranger a sociedade em geral e complementar as iniciativas do Estado nessa questão. A mesma não possui obrigatoriedade legal, tratando-se de um compromisso social empresarial.

b) Número de estagiários

Conforme previsto na Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, as empresas de direito público e privado podem disponibilizar postos de estágios a estudantes regularmente matriculados na rede pública, ou na particular, de ensino médio ou superior. Essa medida tem o intuito de propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem através da prática orientada por um supervisor. Mesmo possibilitando aos estudantes aliam a teoria à prática, essa é uma ação que beneficia a empresa, uma vez que o estágio não tem vínculo empregatício e propicia uma prestação de serviços a baixo custo.

QUADRO 18

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem número de estagiários, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial () Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

Após a realização do teste de responsabilidade social, conclui-se que a contratação de estagiários é uma ação de compromisso social empresarial. Mesmo abrangendo a sociedade em geral, pois possibilita acesso aos postos de estágios a todos, sendo considerada uma demanda social e complementando a ação do Estado, pois facilita a inserção de estudantes no mercado de trabalho, gera retorno financeiro e fiscal, uma vez que esse tipo de mão-de-obra não demanda nenhum encargo social, não possuindo obrigatoriedade legal.

c) Número de empregados acima de 45 anos

A empresa emprega 7.926 pessoas com faixa etária acima de 45 anos, o que representa cerca de 13% de seu quadro funcional.

QUADRO 19

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem empregados acima de 45 anos, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?		X
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

A contratação de funcionários com faixa etária acima de 45 anos não possui obrigatoriedade legal, no entanto, o número de contratações destes profissionais vem crescendo em relação à década passada. O retorno financeiro gerado pela contratação destes profissionais está na experiência que os mesmos possuem, desempenhando suas atividades com eficiência e com alta produtividade. Quanto ao retorno fiscal, existem várias iniciativas do Governo para o estímulo à contratação desses funcionários. De iniciativa da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 6.930, de 2006, institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes – PNETE. Este programa forneceria incentivos fiscais às empresas que tivessem em seus quadros funcionais profissionais com esta faixa etária. No entanto, esse Projeto de Lei ainda não obteve aprovação.

A abrangência dessa ação é irrestrita, ou seja, pode abranger a sociedade em geral. Qualquer pessoa, nessa faixa etária, que satisfaça as condições solicitadas pela empresa pode concorrer a essas vagas.

A criação de vagas para os profissionais com maior faixa etária é uma demanda da sociedade, pois com a questão do estabelecimento de idade mínima para aposentadoria, há a necessidade de prorrogar a vida laboral. Pode-se considerar essa ação como complementar às iniciativas do Estado em disponibilizar postos de trabalho a estes profissionais.

Trata-se de iniciativa de compromisso social empresarial.

d) Número de mulheres que trabalham na empresa e percentual de cargos de chefia ocupados por elas

O número de mulheres que atuam na empresa é de 33.256 funcionárias, totalizando 55% do seu quadro funcional. Desse total, 39,51% ocupam cargos de chefia, ou seja, aproximadamente 13.139 mulheres estão à frente de equipes de trabalho.

Apesar de a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em seu Capítulo III, regular o trabalho das mulheres quanto a aspectos como salário, horário de trabalho, discriminação, maternidade, etc., não há obrigatoriedade legal para a contratação das mesmas, ficando essa decisão a critério das empresas.

QUADRO 20

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem mulheres na empresa e em cargos de chefia, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?	X	
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

A contratação de mulheres e sua ascensão a postos de chefia retratam ações de compromisso social empresarial, pois, mesmo não havendo obrigatoriedade legal sua contratação, gera tanto retorno financeiro como fiscal. O primeiro é resultante do trabalho realizado pelas mesmas, o qual reverte em receita para a empresa; e o fiscal ocorre através do ressarcimento de parcelas de impostos recolhidos devido à sua admissão. Essa ação abrange a sociedade em geral, pois qualquer mulher pode ter acesso às vagas oferecidas pela organização. Como o quesito trabalho é considerado uma demanda social e vem contando com inúmeros investimentos por parte do Estado, o fato de a organização manter mulheres em seu quadro funcional faz com que complemente o Estado nesse aspecto.

e) Número de negros e pardos que trabalham na empresa e % de cargos de chefia ocupados pelos mesmos

O Banco A possuía em seu quadro funcional, em 2006, 7.292 profissionais negros e pardos, sendo que desse total, 3,97% ocupavam cargos de chefia, ou seja, 289 negros ou pardos estavam nesses.

QUADRO 21

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem negros e pardos na empresa e em cargos de chefia, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?		X
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?		X
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

A contratação de profissionais de origem negra ou parda não tem obrigatoriedade legal, apesar de alguns políticos pretenderem criar cotas de vagas nas empresas, a exemplo das cotas existentes para essas etnias nas universidades. O retorno financeiro gerado pela contratação desses profissionais está no fato de que muitos possuem excelente potencial e experiência. Não existe retorno fiscal nessa ação, apesar de em alguns Projetos de Lei, não aprovados, políticos pretendam fornecer algum tipo de isenção para as empresas que possuam profissionais dessas etnias em seus quadros funcionais.

O emprego é uma demanda social, pois, na atualidade, vê-se uma escassez de oferta de postos de trabalho. As etnias negra e parda, por toda a repressão que sofreram no passado, levam uma desvantagem em relação às outras na questão de mercado de trabalho. Portanto, toda a vaga criada, pelas empresas, que beneficiem esses profissionais pode ser considerada uma demanda social, que pode ser estendida a toda à sociedade e essas ações podem complementar a ação do Estado nesse âmbito.

f) Portadores de deficiência

A inclusão de portadores de deficiência ou necessidades especiais no mercado de trabalho está prevista na Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, em seu art.93.

Art. 93 - A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados: 2%;

II - de 201 a 500: 3%;

III - de 501 a 1.000: 4%;

IV - de 1.001 em diante: 5%

(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 fev 2008.

A organização, ao contratar trabalhadores com deficiência, está cumprindo o que determina a legislação que ampara esses profissionais. De acordo com o que reza no art. 93, pelo número de funcionários informados pela empresa, o contingente de pessoas sob a égide dessa lei que deveria ser maior.

QUADRO 22

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial
no ítem portadores de deficiência, no Banco A – 2006

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não
Possui obrigatoriedade legal?	X	
Gera retorno financeiro?	X	
Gera retorno fiscal?		X
Abrange a sociedade em geral?	X	
É uma demanda social?	X	
Complementa a ação do Estado?	X	
Essa ação pode ser considerada como:	(X) Compromisso empresarial	
	() Responsabilidade social	

FONTE: Elaborado pelo autor.

A contratação de portadores de deficiência gera retorno financeiro, pois, esses profissionais, dentro de suas limitações, conseguem desempenhar um trabalho de qualidade, trazendo benefícios para a empresa. Essa ação abrange a sociedade em geral, pois qualquer pessoa portadora de deficiência pode ter acesso a essas vagas. Trata-se de uma demanda social, no momento em que a inclusão social é tão defendida por vários segmentos da sociedade. Apesar de ser legalmente obrigatória, complementa a ação do Estado. Trata-se, portanto, de cumprimento do compromisso social empresarial da instituição em estudo.

QUADRO 23

Teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial no ítem informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, no Banco A – 2006

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0		
Número total de acidentes de trabalho	597		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos (as) empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos (as) empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Empresa: 122.208	Procon: 7.393	Justiça: zero
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Empresa: 0%	Procon: 5%	Justiça: zero
Valor adicionado total a distribuir (em %):	Em 2006: 13.609.470		
Distribuição da riqueza gerada (em %):	30,5% governo 37,5% colaboradores 16,3% acionistas 0,1%terceiros 15,6% retido		

FONTE: Balanço Social da Instituição Financeira.

As empresas que procuram ter um desempenho socialmente responsável vêm procurando engajar seu quadro funcional e de colaboradores nessas ações. O Banco A ainda mantém as decisões para essas ações em nível gerencial e administrativo, não havendo uma participação efetiva de seu quadro funcional. O Valor Adicionado a ser distribuído retrata o resultado operacional da instituição e a forma como o mesmo foi dividido entre seus diversos colaboradores e parceiros.

3.4.2.6 Demonstração do Valor Adicionado

TABELA 6
Demonstrativo da aplicação do valor adicionado do Banco A – 2006

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	\$	%
1. (+) Resultado de Intermediação	12.529.696	
2. (+) Receitas de Prestação de Serviços	1.126.390	
3. (-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(46.616)	
4. Valor Adicionado Líquido (1+2+3)	13.609.470	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	\$	%
5. Empregados	5.109.247	37,5%
6. Governo	4.146.173	30,5%
7. Acionistas	2.228.106	16,4%
8. Lucros Retidos	2.125.944	15,6%
9. Total Distribuído	13.609.470	100%

FONTE: Balanço Social da Instituição Financeira.

O demonstrativo do Valor Adicionado das instituições financeiras tem um enfoque um pouco diferente do das empresas comerciais. O resultado apurado pela instituição ao final do período é consequência da intermediação financeira realizada. Essa intermediação acontece quando o banco capta recursos de investidores e de poupadores a uma taxa de juros e empresta esse valor a terceiros a uma outra taxa. O valor resultante dessas operações financeiras comporá o resultado da intermediação financeira, ou seja, o possível lucro que a organização contabilizará ao final do exercício.

A renda dessa instituição também é composta pelos resultados auferidos após a realização de operações com seguros, previdência e capitalização, pelas comissões que o

banco recebe das companhias seguradoras pelo seu trabalho de corretagem e intermediação entre os segurados e elas.

3.5 ANÁLISE GLOBAL DOS DADOS

Procurou-se, ao avaliar os itens que compõem o Balanço Social apresentado pelo Banco A, buscar na legislação amparo para as ações informadas pela empresa como sendo de responsabilidade social, evidenciando-se a natureza obrigatória de algumas delas, o que caracteriza ações de compromisso empresarial.

Conforme a análise realizada à luz da legislação vigente, e ainda tendo em mente a idéia de que o compromisso empresarial se expressa através de ações que geram algum tipo de retorno à empresa, infere-se que o Banco A está apenas cumprindo seu papel social.

Na ótica econômica, é mister que as empresas invistam ou atuem em políticas sociais, visando obter retorno, conseqüentemente, aumento nas vendas e, por conseguinte, no lucro auferido. A sobrevivência no mercado depende dos bons resultados obtidos nos negócios.

Na ótica social, as ações deveriam ser realizadas visando apenas ao bem social, indo além das obrigações contratuais da empresa. Deveriam ser ações de pura Responsabilidade social, e o resultado das mesmas reverteria em real benefício para toda a sociedade e não apenas para comunidades relacionadas ao objetivo da empresa, ou que se situem nas imediações da mesma.

Em todas as ações informadas pela empresa há reciprocidade fiscal, financeira e, muitas vezes, a obrigatoriedade legal. Isso não retira a sua relevância, pois sempre há uma comunidade beneficiada. O que se ressalta é que essas ações não têm a propriedade e a dimensão de substituir o Estado na implementação das políticas sociais.

3.6 COMPROMISSO EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CONFORME O BALANÇO SOCIAL

O compromisso empresarial das organizações traduz-se em ações que expressam a devolução dos insumos adquiridos na comunidade onde elas realizam suas atividades e beneficiam uma parcela muito pequena da sociedade. São decorrentes de contratos de trabalho, de contratos de fornecimento de matéria-prima, de parcerias estabelecidas com outros produtores e da manutenção do meio ambiente. Esse compromisso envolve não só o cumprimento dos aspectos legais inerentes à função da empresa, mas também benefícios como *marketing* indireto e o conseqüente aumento das vendas.

A responsabilidade social caracteriza-se por iniciativas que, de certa forma, podem vir a beneficiar a sociedade como um todo, sem vislumbrar nenhum tipo de bônus para as empresas envolvidas. Essas ações devem ser realizadas em parceria com a máquina estatal, a fim de abranger o maior número de comunidades possível.

Após discorrer sobre a metodologia proposta para a elaboração do balanço social dos modelos ETHOS e IBASE, - entendendo a estrutura e a natureza das informações que devem fazer parte do mesmo – e analisar o demonstrativo proposto por uma instituição bancária, é necessário estabelecer quais ações expressam o compromisso empresarial e quais expressam a responsabilidade social.

Os indicadores sociais internos englobam todas as ações e valores gastos com benefícios para o corpo funcional e seus dependentes, mostrando o compromisso assumido pela empresa de pagar e valorizar a mão-de-obra fornecida pela comunidade. A empresa que publica esses dados como resultado de responsabilidade social está, na verdade, divulgando as informações pertinentes aos contratos de trabalho firmados entre ela e seus funcionários.

As ações voltadas para a comunidade são apresentadas nos indicadores sociais externos. Essas iniciativas podem ser consideradas compromisso empresarial ou responsabilidade social, dependendo da abrangência do benefício gerado pela mesma. Pode-se tomar como compromisso da empresa para com a sociedade o investimento realizado em projetos sociais que beneficiem apenas as comunidades do entorno da organização. A

responsabilidade social da empresa está embutida na sua participação em projetos sociais mais abrangentes, onde o valor investido reverte em prol da sociedade em geral.

É premissa básica, quando da constituição de uma empresa, a idéia de que todo o insumo retirado da natureza a ser utilizado em seu processo produtivo será devolvido à mesma e que o meio ambiente não será afetado pelos métodos utilizados pelas organizações. Nessa perspectiva, os valores dos indicadores ambientais expressam, em parte, o compromisso empresarial, quando prestam conta à sociedade da matéria-prima retirada. Como exemplo, pode-se citar a indústria do papel, que retira a celulose das árvores que derruba e realiza um plantio de novas mudas, a fim de repor à natureza o que dela retirou. Na questão ambiental, os projetos apoiados pela empresa podem expressar ações de responsabilidade social, quando beneficiam o meio ambiente como um todo e não apenas a parcela envolvida nas suas atividades produtivas.

Como já foi demonstrado na análise do balanço social empresarial, os indicadores do corpo funcional revelam a obrigatoriedade do cumprimento de leis quanto às minorias. Esse item demonstra o compromisso empresarial das organizações, pois, quando esses números não representam a obrigatoriedade, refletem o benefício dos incentivos fiscais oferecidos pelo Estado quando do preenchimento de postos de trabalho por essas minorias.

A cidadania empresarial, ou seja, até que ponto a empresa está envolvida com os projetos sociais, aparece nas informações prestadas acerca do envolvimento dos diversos níveis funcionais nos possíveis investimentos. Além disso, a organização deve tornar transparente sua posição e a estratégia seguida na resolução de problemas com os consumidores, judicial e extrajudicialmente, nas questões de salubridade do ambiente de trabalho e o nível de cobrança dos padrões éticos por ela utilizados na escolha de seus fornecedores e parceiros. Esse item retrata o compromisso empresarial de manter um bom diálogo com seus clientes, com os consumidores em geral, com os fornecedores e com a comunidade onde está inserida a organização.

Encerrando o demonstrativo do Balanço Social encontram-se à disposição informações relativas à riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição entre Governo, colaboradores, acionistas e terceiros, bem como o valor que nela foi retido a título de

investimento, expressando o compromisso de retornar aos seus pares o possível lucro auferido após suas transações comerciais.

Após a realização do teste de responsabilidade social ou compromisso empresarial de todos os itens informados pelo Banco A, observa-se que todas as ações caracterizam o compromisso empresarial da instituição com seus diversos públicos. Ele aparece na informação da base de cálculo, nos indicadores sociais internos, nos indicadores sociais externos, nos indicadores ambientais e nas informações sobre os indicadores do corpo funcional e a cidadania empresarial.

Assim, embora a instituição afirme no seu Balanço Social que realiza um trabalho de responsabilidade social, fica evidente que o que é realizado é, eminentemente, compromisso empresarial.

Retoma-se, aqui, a idéia, discutida no capítulo anterior, de que a “responsabilidade com o social” é tarefa do Estado, e o mercado está, na sociedade capitalista, constituído para a acumulação.

CONCLUSÃO

O cenário político, econômico e social mundial está em constante mutação. Problemas como miséria e desigualdade social se agravam a cada dia. Simultaneamente a esse cenário, vê-se o crescimento de uma consciência social por parte das empresas.

As mudanças ocorridas com referência ao papel do Estado no concernente à sua atenção às políticas sociais públicas fortaleceram uma nova cultura de relação Estado/mercado/sociedade civil. Como decorrência dessa nova cultura, tem-se a proliferação de organizações não-governamentais, que se estruturam na tentativa de auxiliar no enfrentamento dos problemas sociais.

O Estado, que, no transcorrer das décadas, teve a concepção de seu papel social alterado inúmeras vezes, atualmente, enfrenta uma crise no sentido de colocar em prática as políticas sociais por ele instituídas. Com o veloz crescimento da população brasileira, a estrutura e os recursos financeiros do Estado têm sido insuficientes para disponibilizar à sociedade os benefícios dessas políticas. Após a revisão da literatura disponível sobre as Escolas do pensamento econômico, conclui-se que o Estado deve continuar à frente das políticas públicas, pois tem legitimidade para universalizar as ações de cunho social.

O mercado, por sua vez, detentor dos recursos financeiros, atua socialmente, esperando, com isso, reverter essas ações em maior lucratividade. Essa atitude revela seu objetivo primordial, pois ele deve ocupar-se de fazer com que as relações comerciais funcionem conforme as regras estipuladas pelo Estado. Entende-se que as empresas, mesmo tendo uma consciência social, quando agem nesse âmbito, não têm como desvincular a expectativa do lucro dessas ações.

Percebendo uma tendência a minimizar o papel do Estado como responsável pela gestão e pela execução das políticas públicas para o enfrentamento dos problemas sociais, as empresas ratificam seu compromisso empresarial, que é a preservação do seu *business*, como se fosse ação de responsabilidade social. Após a análise do Balanço Social, percebe-se que as ações realizadas visam sempre um tipo de retorno, ou seja, não são feitas com o mero intuito de tentar auxiliar o Estado na resolução das demandas sociais.

De acordo com a premissa defendida nesta tese, de que todas as ações informadas são o retrato do compromisso empresarial das organizações, faz-se importante responder as questões: em que medida as ações de responsabilidade social se confundem com o compromisso social das empresas em sua dinâmica operacional de mercado? E podem essas ações substituir a ação do Estado?

Procurou-se analisar e discutir a responsabilidade social na visão do atendimento das demandas sociais, buscando dimensionar a importância e a relevância desse novo posicionamento em prol da sociedade. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as escolas de pensamento econômico, procurando definir qual seria a melhor concepção de Estado e qual seriam as reais incumbências do mercado frente às necessidades sociais.

A responsabilidade social das empresas, no Brasil, é uma prática que remonta à década de 90 do século passado, quando surgiram diversas instituições não-governamentais, as quais passaram a incentivar as empresas que atuassem socialmente a divulgar essas ações à sociedade. No entanto, nos relatórios dessas informações, foram inseridas ações de caráter legal, ou seja, cujo cumprimento está previsto e é exigido por lei instituída pelo Estado.

A publicação das informações é feita através do Balanço Social, onde após a realização de um estudo prático, se constata que é constituído somente por ações de compromisso empresarial. Sendo conhecido como expressão da responsabilidade social empresarial, enumera valores gastos com seu corpo funcional e valores investidos na sociedade e no meio ambiente, além de retratar a postura da empresa perante a contratação de trabalhadores amparados por leis especiais e a forma como se relaciona com seus *stakeholders*.

Nesse raciocínio, surge a concepção do compromisso empresarial, o qual se caracteriza por ações que, de alguma forma, revertem em benefício para a empresa e, por consequência, são uma forma de cuidar do objetivo de negócio primordial da mesma.

O compromisso empresarial trata do cumprimento das obrigações básicas de uma organização com seus diversos públicos. A constituição de uma empresa nada mais é do que uma promessa, ou acordo tácito, que a mesma faz com a sociedade onde está inserida de que

exercerá suas atividades honrando os compromissos com seus funcionários, financiadores, acionistas, com o Governo e com a sociedade.

Avaliando os itens constantes no Balanço Social analisado, constata-se que, para que se estabeleça a diferenciação entre os conceitos de responsabilidade social e compromisso empresarial, é necessário levarem-se em consideração alguns parâmetros de avaliação das ações publicadas no Balanço Social. Entende-se que tudo o que for realizado pelas empresas que seja exigido em lei não retrata a responsabilidade social empresarial, pois o aspecto legal ou a exigência do seu cumprimento através de leis definidas pelo Estado faz com que tais iniciativas sejam obrigações empresariais. O não cumprimento das mesmas pode acarretar multas.

A responsabilidade social consiste em um modelo de gestão que ultrapassa o compromisso das empresas com a geração de empregos, o pagamento de impostos e todas as demais ações informadas no balanço social. Ela deve retratar iniciativas que venham a beneficiar a coletividade e trabalhar em consonância com o Estado. O balanço social, instrumento colocado como retrato da responsabilidade social, pode gerar benefícios, pois com sua publicação, a sociedade tem condições, através das informações obtidas, de avaliar e cobrar das instituições maior comprometimento com as causas sociais.

As ações de responsabilidade social que se procuram defender nesta tese são aquelas realizadas visando apenas ao bem da coletividade, pelas quais o empresariado procura utilizar um pouco de sua estrutura para tentar auxiliar o Estado a dirimir os problemas enfrentados pela sociedade brasileira. No entendimento deste autor, a ação de pura responsabilidade social é aquela onde a empresa busca o bem-social, não esperando nenhum retorno.

É papel do Estado suprir as necessidades da sociedade, legislando e instituindo as políticas públicas sociais e não deixando a cargo do mercado essa função. O mercado, por sua vez, deve seguir atuando nas relações comerciais e produtivas entre as empresas. O ideal seria que o Estado encontrasse no mercado uma parceria para realizar as ações sociais e não transferisse competências a outra esfera.

Entende-se por compromisso empresarial a obrigação moral que adquire uma organização de contribuir para a satisfação das expectativas criadas a partir de sua relação

com os setores com os quais deve interagir para o cumprimento de sua razão social. A responsabilidade social das organizações deve ir além desse entendimento; devem contemplar o bem social, sem vislumbrar o progresso financeiro das empresas.

Para corroborar a afirmação de que as ações praticadas pelas empresas como de responsabilidade social são meramente a expressão do compromisso empresarial, foi realizado um estudo de caso, onde, após se analisar item por item constante no Balanço Social de uma empresa do ramo financeiro, se concluiu que todas as ações nele informadas retratam o compromisso empresarial da instituição.

A responsabilidade social ideal é uma utopia, pois as empresas, compreensivelmente, têm por princípio a meta de manter e valorizar seu negócio. O nome ideal para as ações realizadas pelas empresas no aspecto social seria compromisso social empresarial, pois estaria divulgando sua incursão social e retratando os aspectos legais e as vantagens adquiridas com essas atitudes.

A sociedade deve buscar o entrosamento entre o Estado e o mercado, para, com essa confluência de forças, conseguir dirimir os problemas sociais, ou, pelo menos, amenizá-los: o Estado legislando e colocando em prática as políticas públicas, e o mercado desempenhando o papel de parceiro, ao fornecer o capital e até o material humano para disponibilizar a execução dessas ações.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social como direito. In: Anais do I Fórum Social Brasileiro. Nov. 2003. *Política de Assistência Social: uma estratégia de inclusão social*. Belo Horizonte, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- BORGES, Fernanda Gabriela. *Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BOWEN, Howard R. *Responsabilidade Social dos Homens de Negócios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Sociedade Civil: sua democratização para a Reforma do Estado*. Brasília: Enap, 1998.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (Org.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Enap, 1999. 453p.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do Estado para a Cidadania: a Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional*. São Paulo: Ed. 34; Brasília: Enap, 2002.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil. 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1 ed., 1968. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 16 nov. 2007.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1990.
- CARROLL, Archie B. *Corporate Social Responsibility Business and Society*. Chicago: Editora: Editora Agarwala & Sing, 1999.
- CARVALHO, J. Eduardo. *O Balanço Social da Empresa: uma abordagem sistêmica*. Portugal: Editorial Minerva, 2000.
- CORAZZA, Gentil. *Teoria Econômica e Estado: de Quesnay a Keynes*. Porto Alegre: FEE, 1985.
- COSTA, Lúcia Cortes da. *Os Impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, Editora UEPG, 2006.
- DE LUCA, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do Valor Adicionado: do Cálculo da Riqueza Criada ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998, p. 17-48.

DECRETO nº. 5, de 14 de janeiro de 1991. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

DECRETO nº 5.798, de 7 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislação/Decretos/2006>. Acesso em: 21 jan. 2009.

DELFAUD, Pierre. *Keynes e o Keynesianismo*. Mira-Sintra. Europa-América, 1977.

DICIONÁRIO MICHAELLIS. Disponível em: <<http://www.michaellis.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz E Terra, 1999.

FERRARI FILHO, Fernando.. Keynes, a Teoria Geral e a Longevidade da Revolução Keynesiana. *Revista Análise*. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUCRS. Porto Alegre, n. 2, v. 7, 1996.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH, John; FERREL, Linda. *Ética Empresarial: dilemas, decisões e casos*. Rio de Janeiro: Ed. Reichmann & Affonso, 2004.

FREY, Márcia Rosane; BITARELLO, Jucelaine. Balanço Social: compromisso e responsabilidade da contabilidade. In: *I Seminário de Trabalhos Científicos em Contabilidade da Universidade de Santa Cruz Do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, p. 89-117.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

GOMES, Karideny Nardi Modenesi. Responsabilidade Social nas empresas: uma nova postura empresarial – o caso CST. In: INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Responsabilidade Social das Empresas. A contribuição das universidades*. v. 3. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2004.

GRIESSE, Margaret Ann. Ética Empresarial e Responsabilidade Social Corporativa à Luz da Teoria de Julgamento Moral de Lawrence Kohlberg. *Revista Entre Ética e Ciência*, n. 35, 2003, p. 33-48.

HENDRIKSEN, Eldon S. *Accounting Theory*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin, 1969.

HOLANDA, Francisco Urbam Xavier de. *Do Liberalismo ao Neoliberalismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

HUTTON, Will. *O Estado que Temos Hoje*. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 1998.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial*. Pesquisa 2002.

KEYNES, John Maynard. *Economia*. Organizador (da Coletânea) Tamás Szmrecsányi. Tradução de Miriam Moreira Leite. São Paulo: Ática, 1978.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Balanço Social*. Teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

LAURELL, Asa Cristina. *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. Revisão técnica de Amélia Cohn. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

LEI nº. 6.321, de 14 de abril de 1976. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

LEI nº. 6.494, de 07 de dezembro de 1977. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

LEI nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

LEI nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

LETTIERI, CARLA CRISTINA DOS SANTOS. Quem realmente interessa às Empresas? Contribuições analíticas da teoria dos stakeholders ao estudo da responsabilidade corporativa. In: INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. *Responsabilidade Social das Empresas*. A contribuição das universidades. v. 3. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2004.

LIMA, Jandir Ferreira de; PITAGUARI, Sinival Osório. As Idéias Keynesianas e o Crescimento do Produto nas Economias Locais. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 6, n.10, 2005, p. 11-20.

MARTINS, Vinícius A. Contabilidade Social IOB – Temática Contábil. n. 10. Edição mar. 1999.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Gestão da Responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo*. De onde vem, pra onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001

OHLWEILER, Otto Alcides. *A Crise da Economia Mundial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

OREM, Bernardete Coser. Responsabilidade Social Empresarial. *Gazeta Mercantil*, Espírito Santo, 23 nov. 1999.

PEROTTONI, Marco Antônio; CUNHA, Aromildo Sprenger. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, ano XXVI, n. 104, p. 12-20, 2. Bim. 1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 fev 2008.

RIBEIRO, Maísa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, ano XXVIII, n. 115, p. 72-81, 1. Bim. 1999.

SÁ, Antônio Lopes. Considerações sobre o Balanço Social. *IOB- Informações Objetivas – Publicações Jurídicas Ltda.*, São Paulo, Temática Contábil e Balanços, Boletim 31/99, p. 7-9, 1999.

SIMÕES, Mauro Cardoso. Utilidade e Liberdade em John Stuart Mill. *Revista Enfoques*, Universidad Adventista Del Plata, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://www.pdfactory.com>>. Acesso em: 3 nov. 2007.

SROUR, Robert Henry. *Ética Empresarial: a gestão da reputação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevia, 2003.

TEIXEIRA, Nelson Gomes. *A Ética no Mundo da Empresa*. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade*. 1984. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade.). Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

TROMBETTA, Sérgio. *As Raízes do Liberalismo em John Locke*. 1997. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, Porto Alegre, 1997.